



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB)
FACULDADE UNB PLANALTINA (FUP)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
RURAL – PPG/MADER

SABINE RUTH POPOV CARDOSO

JUVENTUDE RURAL E PERSPECTIVAS DE NOVAS REALIDADES POR MEIO DE
AÇÕES PRESENTES: EXPERIÊNCIA COM JOVENS DO ASSENTAMENTO SILVIO
RODRIGUES

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do
Título de Mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural pelo
Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento
Rural, linha de pesquisa Desenvolvimento Rural Sustentável e
Sociobiodiversidade, Universidade de Brasília (UnB), Faculdade UnB
Planaltina (FUP).

Orientadora: Janaína Deane de Abreu Sá Diniz

Brasília – DF

2015

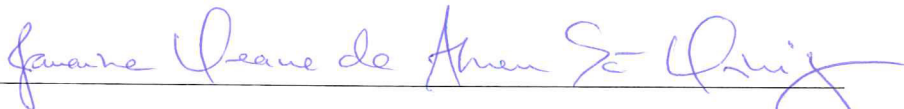
SABINE RUTH POPOV CARDOSO

JUVENTUDE RURAL E PERSPECTIVAS DE NOVAS REALIDADES POR MEIO
DE AÇÕES PRESENTES: EXPERIÊNCIA COM JOVENS DO ASSENTAMENTO
SILVIO RODRIGUES

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural pelo Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, linha de pesquisa Desenvolvimento Rural Sustentável e Sociobiodiversidade, Universidade de Brasília (UnB), Faculdade UnB Planaltina (FUP).

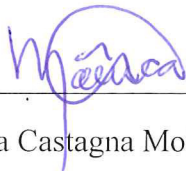
Aprovado em: 17 de agosto de 2015

BANCA EXAMINADORA



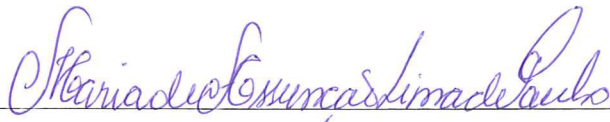
Professora Doutora Janaína Deane de Abreu Sá Diniz – Orientadora

Universidade de Brasília – Faculdade UnB Planaltina



Professora Doutora Mônica Castagna Molina – Membro Efetivo

Universidade de Brasília – Faculdade UnB Planaltina



Professora Doutora Maria de Assunção Lima de Paulo – Membro Externo

Universidade Federal de Campina Grande

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

CC268j Cardoso, Sabine Ruth Popov
Juventude rural e perspectivas de novas
realidades por meio de ações presentes: Experiência
com jovens do Assentamento Silvio Rodrigues / Sabine
Ruth Popov Cardoso; orientador Janaína Deane de Abreu
Sá Diniz. -- Brasília, 2015.
125 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado em Meio Ambiente
e Desenvolvimento Rural) -- Universidade de Brasília,
2015.

1. Juventude rural. 2. Movimentos sociais. 3.
Território. 4. Territorialidade. 5. Autonomia. I.
Diniz, Janaína Deane de Abreu Sá, orient. II. Título.

Dedico este trabalho à juventude rural e sua força em meio a caminhos ainda incertos.

Nunca deixem de sonhar.

AGRADECIMENTOS

Durante esses mais de dois anos de mestrado vi que a gratidão não parte de uma ajuda apenas acadêmica, mas de onde jamais imaginei antes de ter minha saúde comprometida já nos últimos dias de elaboração do texto final. Por isso inicio meus agradecimentos a quem me socorreu em um momento delicado de saúde. À equipe do Hospital Universitário de Brasília, que me atendeu prontamente e com todo o cuidado, não só médico, mas psicológico e emocional, diante de minha insistência em querer meu computador para continuar e finalizar meu trabalho. Até compreender que ficaria hospitalizada ainda um bom tempo. Quando tive um momento de desespero, recebi de uma assistente social uma linda poesia de alguém que passou por situação semelhante, com a descoberta, no final de seu doutorado de um problema de saúde que a fez mais forte.

Agradeço demais à equipe do Instituto de Cardiologia de Brasília, que vendo meu olhar assustado diante de uma UTI, pôde dar todo o apoio durante meu tratamento. Ao carinho de todos que atenderam a mim e a minha família.

Agradeço à atenção dos servidores do MADER, Aristides, Jorivê e Inara, sempre atenciosos em minhas demandas.

Agradeço à minha orientadora Janaína Diniz por ajudar em minha formação, estando disponível sempre que eu solicitava, buscando dar o apoio necessário. Agradeço à sua atenção, carinho, paciência e compreensão de minhas limitações temporárias de saúde.

Agradeço às professoras Mônica Molina e Maria de Assunção, pela disponibilidade e interesse, ambas colaborando muito para meu conhecimento.

Agradeço ao apoio de amigas que, com muito amor, trouxeram um pouco de leveza ao processo de escrita de trabalho: Flavinha, Didi, Mirela.

Didi, agradeço à sua presença mais que indispensável, em todas as minhas viagens de campo, lidando com a juventude rural como sujeitos novos para mim, com minhas angústias diante de alguma limitação, com meu encantamento por estar ali. Você mais que esteve presente, me deu força, livros e “toques” sobre o teatro do oprimido e a cartografia social.

Outra companhia de campo lindíssima e sempre pronta para um novo grupo focal a quem agradeço por estar em minha vida é a Mariá. Meu coração se encheu de amor com cada pedido para participar da elaboração e execução dos grupos focais, com a curiosidade infinita

de lidar com o novo e parecer que sempre esteve ali. Com todo o meu amor, agradeço ao João, apoiando tanto o trabalho quanto a minha recuperação, para me superar e me refazer com a possibilidade de tentar novamente, com mais calma.

Agradeço à minha família, com todo amor e gratidão, o carinho em todos os momentos, à minha mãe Angelika e meus irmãos Larú, Louis, Nany e Jean. Ao carinho dos sobrinhos e suas doces cartinhas. Aos tios e às tias. Ao meu pai, como uma linda lembrança.

Agradeço a todos da Caravana da Luz, pela oportunidade de conhecer o Assentamento Sílvia Rodrigues, vocês são especiais.

Agradeço a Lelê e ao Edson pela pronta atenção e carinho.

Agradeço ao Gilberto, por oferecer abrigo durante o trabalho de campo como quem realmente faz com um amigo.

Ao grupo de jovens do assentamento Sílvia Rodrigues, por acreditarem na proposta da pesquisa e serem dela sujeitos, mostrando sua realidade e sonhos.

E finalmente, agradeço a todas as boas energias que chegaram até mim, para que eu pudesse estar aqui com uma batida diferente, mais ritmada, tanto com o coração como com a vida.

Há um momento e um lugar no incessante labor humano de mudança do mundo em que as visões alternativas, por mais fantásticas que sejam, oferecem a base para moldar poderosas forças políticas de mudanças. Creio que nos encontramos precisamente num desses momentos. De todo modo, os sonhos utópicos nunca desaparecem por inteiro, estando em vez disso onipresentes como os significantes ocultos dos nossos desejos. Trazê-los à luz a partir dos recessos ocultos de nossa mente e fazer deles uma força política de mudança pode envolver o risco de frustração última desses desejos. Não obstante, isso é sem dúvida melhor que se render ao utopismo degenerado do neoliberalismo (e a todos os interesses que criam uma imagem tão negativa da possibilidade) e viver no temor abjeto e letárgico de exprimir e tentar pôr em prática quaisquer desejos alternativos.

David Harvey

RESUMO

Partindo da problemática da negação à juventude rural na escolha entre permanecer ou viver na cidade, com relação às suas perspectivas em educação, lazer, trabalho, cultura e identidade como elementos que compõem sua territorialidade, esta pesquisa tem como objetivo estudar as perspectivas de continuidade no campo da juventude rural do Assentamento Silvio Rodrigues, para a identificação de resistência e busca por autonomia, com caracterização de novas territorialidades. O recorte espacial escolhido foi o assentamento Silvio Rodrigues, localizado no município de Alto Paraíso de Goiás, noroeste de Goiás, na Chapada dos Veadeiros. Inicialmente, a escolha se deu como opção a partir da dificuldade em encontrar um contexto de juventude rural organizada no Distrito Federal. No entanto, com o conhecimento sobre o grupo de jovens se reestruturando no assentamento Silvio Rodrigues e suas expectativas em ações e dinâmicas, foi aberta a possibilidade do estudo da juventude a partir da metodologia escolhida e ferramentas estabelecidas em concordância com o estudo a partir do bioma Cerrado, no estado de Goiás, território com histórico de ocupação a partir da Marcha para Oeste. Para que seja possível chegar a resultados que apontem para uma perspectiva de continuidade no campo da juventude rural, por escolha, o trabalho se orientou para uma perspectiva de autonomia e constituição de novas territorialidades. Como metodologia, inicialmente foi realizada busca de dados, como relatórios, projetos e estudos. A partir disso, o grupo focal mostrou-se como técnica e metodologia apropriada para o grupo de jovens analisado, que permitiu além de respostas, a reflexão sobre como a juventude rural pode se compreender como categoria que, é ao mesmo tempo homogênea, mas que apresenta grande diversidade como característica. A formação de grupos representativos da juventude rural é de extrema importância para sua afirmação como categoria social em busca de direitos e autonomia.

Palavras-chave: Juventude rural, movimentos sociais, território, territorialidade, autonomia.

ABSTRACT

Starting from the issue of denial of rural youth in the choice between staying in the countryside or living in the city, regarding their perspectives in education, leisure, work, culture and identity as elements that make up their territoriality, this research aimed to study the perspectives of continuity in countryside for a group of rural youth in a rural settlement, for the identification of resistance and search for autonomy, with characterization of new territorialities. The spatial delimitation chosen was the settlement Silvio Rodrigues, located in the municipality of Alto Paraíso de Goiás, in the Chapada dos Veadeiros. Initially, the choice was an option from the difficulty in finding a context of rural youth organized in the Federal District. However, with the knowledge that a youth group was restructuring in this settlement, with their expectations concerning activities and dynamics, it was possible to do a study on youth from the chosen methodology and tools established in accordance with the study from the biome Cerrado in the state of Goiás, territory with history of occupation from the March to the West. To be able to get results which could point to a continuity perspective in the field of rural youth, by choice, the work was oriented to the perspective of autonomy and establishment of new territorialities. The methodology was started with a search of data, such as reports, projects and studies. From this, the focal group showed up, as technical and appropriate methodology for the youth group analyzed, which allowed, in addition to answers, the reflection on how rural youth can be understood as a category that is at the same time homogeneous and presents great diversity as a characteristic. The formation of groups representing rural youth is of paramount importance to their claim as a social category for rights and autonomy.

Keywords: Rural youth, social movements, territory, territoriality, autonomy.

RESUMEN

A partir de la problemática de la negación de la juventud rural en la elección entre quedarse en el campo o que vivir en la ciudad, con respecto a sus perspectivas en la educación, el ocio, el trabajo, la cultura y la identidad como elementos que componen su territorialidad, esta investigación tiene como objetivo estudiar las perspectivas de continuidad en ámbito de la juventud rural del asentamiento Silvio Rodrigues, para la identificación de la resistencia y la búsqueda de la autonomía, con la caracterización de nuevas territorialidades. El área espacial elegido fue el asentamiento Silvio Rodrigues, ubicado en el municipio de Alto Paraíso de Goiás, el noroeste de Goiás, la Chapada dos Veadeiros. En un principio, la elección era una opción en la dificultad de encontrar un contexto de juventud rural organizada en el Distrito Federal. Sin embargo, con el conocimiento del grupo de jóvenes está reestructurando el asentamiento Silvio Rodrigues y sus expectativas en acciones y dinámicas, que se abrió la posibilidad de que el estudio de la juventud con la metodología y las herramientas elegidas, establecido de acuerdo con el estudio del bioma Cerrado en el estado de Goiás, territorio con histórico de ocupación a partir de la Marcha al Oeste. Así que es posible obtener los resultados que apuntan a una perspectiva de la autonomía y establecer nuevas territorialidades. La metodología se realizó inicialmente una búsqueda de datos, tales como informes, proyectos y estudios. A partir de esto, el grupo de enfoque se presentó, como metodología técnica y apropiado para el grupo de jóvenes analizada, lo que permitió, además de las respuestas, la reflexión sobre la juventud rural de como se puede entender como una categoría que es a la vez el tiempo homogénea, sino que presenta gran diversidad como una característica. La formación de grupos que representan a la juventud rural es de suma importancia para su afirmación como una categoría social que busca sus derechos y su autonomía.

Palabras clave: Juventud rural, movimientos sociales, territorio, territorialidad, autonomía.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Localização da Chapada do Veadeiros	58
Mapa 2: Localização do Assentamento Silvio Rodrigues	60
Mapa 3: Detalhe do Assentamento Silvio Rodrigues	63

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Representação do teatro- imagem. A imagem real	76
Figura 2: Representação do teatro-imagem. A imagem ideal.....	77
Figura 3: Oficina de cartografia social.....	80
Figura 4: Resultado da oficina – perspectivas de futuro no assentamento Silvio Rodrigues.....	81
Figura 5: Detalhe para perspectivas de futuro na RECIFRA	81
Figura 6: Floresta dos sons.....	83
Figura 7: Roleta magnética – utilização de palavras-chave para discussão	84
Figura 8: Leitura de poemas durante dinâmica	86
Figura 9, 10, 11 e 12: Dinâmica das mãos realizada durante o acampamento regional da juventude rural de Goiás no assentamento Silvio Rodrigues.....	88
Figura 13: Exibição de material audiovisual – A Ilha das Flores	89
Figura 14: Exibição de material audiovisual: Diz aí Juventude Rural	89

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APSR – Associação dos Produtores do Assentamento Silvio Rodrigues

CIFRATER – Cidade da Fraternidade

CONTAG – Confederação dos Trabalhadores na Agricultura

CPT – Comissão Pastoral da Terra

EHC – Educandário Humberto de Campos

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FBB – Fundação Banco do Brasil

FETRAF – Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar

IASO – Instituto Alvorada de Agroecologia de Sobradinho

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra

NEAD – Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural

ONU – Organização das Nações Unidas

OSCAL – Organização Social Cristã-Espírita André Luiz

OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PAIS – Produção Agroecológica Integrada e Sustentável

PAJUR – Programa de Fortalecimento da Autonomia da Juventude Rural

PETROBRÁS – Petróleo Brasileiro S.A.

PJR – Pastoral da Juventude Rural

PLANAPO – Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNATER – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PNCF – Programa Nacional de Crédito Fundiário

PNRA – Política Nacional de Reforma Agrária

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

RECIFRA – Florestadora e Reflorestadora Agropecuária

SAN – Segurança Alimentar e Nutricional

SEAGRO – Secretaria de Agricultura de Goiás

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SNJ – Secretaria Nacional da Juventude

UnB – Universidade de Brasília

Sumário

INTRODUÇÃO.....	17
1. AGRICULTURA E SUJEITOS DO CAMPO – CONTEXTO DE USO DA TERRA	23
1.1 Breve contexto da agricultura no Brasil: sujeitos envolvidos	24
1.1.1 Aproximando o contexto: O Estado de Goiás	27
1.2 Movimentos sociais e juventude rural no contexto Cerrado de uso da terra.....	30
2. JUVENTUDE, JUVENTUDE RURAL E TERRITÓRIO	34
2.1 Juventude e juventude rural: suas peculiaridades.....	34
2.2 Juventude e gênero: especificidades em questão	41
2.3 O campo e a cidade – territórios antagônicos ou complementares?.....	43
2.4 Territórios de significados: jovens rurais como sujeitos	46
2.5 Diversidade e políticas públicas.....	53
3. RECORTE ESPACIAL ANALISADO – ASSENTAMENTO SILVIO RODRIGUES	57
3.1 Práticas sociais presentes no assentamento	64
3.2 A escola	65
3.3 Informações sobre a realidade local - estudos e dados secundários.....	68
3.4 A juventude do assentamento Silvio Rodrigues e a escolha do método.....	69
3.4 Sobre o grupo focal	71
3.5 A utilização das técnicas complementares.....	74
3.5.1 O teatro- imagem.....	75
3.5.2 A cartografia social.....	78
3.5.3 As dinâmicas	82
4. O GRUPO FOCAL: AÇÕES E ANÁLISE	90
4.1 Resultados a partir dos tempos históricos: passado, presente e futuro.....	90
4.2 Entre o rural e o urbano: quais as implicações na escolha?	98
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	101

REFERÊNCIAS	107
APÊNDICE A.....	115
APÊNDICE B.....	117
ANEXO I.....	123

INTRODUÇÃO

A construção de análises a partir da categoria social apresentada neste trabalho ocorre ainda de forma tímida, tanto na academia quanto na formulação de políticas específicas. A juventude rural como uma identidade desmembrada da juventude em si, faz parte de uma parcela da população jovem¹ que é rica em significado, com identidades plurais e que busca seus direitos e quer escuta de sua voz. A importância do estudo se dá inicialmente devido a uma busca maior por estudos para a categoria social analisada. É importante que haja maior volume de estudos referentes à juventude rural, de grande importância para a modificação de ações para o meio rural do país. O envelhecimento e a masculinização do campo são fatos que mostram que para que a juventude tenha o desejo e a oportunidade de continuar no campo, devem ser ouvidos sobre seus desejos, em suas dificuldades e seus ideais de futuro. Isso não deve ocorrer para o isolamento de mais uma categoria fechada em si, pois como construção social, não há limites reais para a juventude, mas há peculiaridades que podem ser identificadas para melhores e mais efetivas ações.

...as possibilidades de inserção social dos jovens estão condicionadas aos recursos materiais e simbólicos que são disponibilizados ao longo do seu processo de socialização. Esses recursos, que as novas gerações herdam das anteriores e sobre os quais promovem avaliações, constituem as condições objetivas a partir das quais constroem suas trajetórias pessoais. Esses aspectos encontram-se intimamente ligados ao movimento dialético de produção-reprodução-transformação social, uma vez que há uma ambivalência característica do *vir-a ser* intrínseca à condição juvenil (WEISHEIMER, 2005, p. 26).

Quando buscamos resposta para a invisibilização da juventude rural enquanto categoria social, encontramos o histórico de ocupação rural no excludente e exclusivo. Esta forma de ocupação, ocorrida desde o século XVI, excluía o indivíduo que não possuía bens e não tinha poder político. A ocupação passou a ser exclusiva a quem possuía bens e poder político. Esse processo, contínuo e resistente, vem enfrentado lutas a partir de movimentos sociais que, em sua história, buscam romper com esta lógica de latifúndio e para isso são compostos de diversas categorias sociais, representados por sujeitos em busca do que lhes foi negado historicamente. A juventude rural é aqui estudada enquanto categoria social com

¹ De acordo com dados do Censo demográfico 2010 apresentados pela Secretaria Nacional da Juventude, cerca de 8 milhões de jovens entre 15 e 29 anos vivem em áreas rurais. Destes, mais de 2 milhões vivem abaixo da linha da miséria. Ainda, entre 2000 e 2010, mais de 835 mil jovens se mudaram do campo para a cidade.

direito à afirmação de identidades e de autonomia como forma de resistência. Como apropriação de um território caracterizado pela expropriação.

A partir de estudos envolvendo diversas disciplinas, como geografia, história, sociologia, antropologia, filosofia, psicologia e educação, foi possível chegar a uma análise da juventude relacionada ao território em uma perspectiva que pudesse gerar melhor compreensão de processos gerais para essa categoria social. Importante assinalar que o assentamento escolhido para a pesquisa possui histórica discussão sobre a juventude rural local a partir de suas expectativas em identidade, formação política, políticas públicas e continuidade no campo. Na pesquisa sobre juventude rural inserimos breve conceitualização acerca de território e territorialidade por entender que como análise que parte de uma formação geográfica, a compreensão desses elementos e a forma como podemos compreendê-los em uma realidade agrária, a partir de relações de poder, mostra-se de extrema importância, pois os processos envolvidos em relações de territorialidade estão inseridos em aspectos multidimensionais expostos no texto. Quando afirmamos o propósito de compreensão de perspectivas para a juventude rural em sua autonomia, falamos em processos de afirmação do sujeito do campo no território.

Dado o avanço dos conhecimentos sobre as tendências migratórias e a visão dos jovens sobre a atividade agrícola, parece importante a inversão da questão, procurando examinar as condições que favorecem sua permanência. Neste sentido, são importantes os estudos que analisam o modo de vida, as relações sociais, as condições estruturais, as oportunidades de lazer e acesso a atividades agrícolas e não-agrícolas, para jovens de ambos os sexos. Dentro dessa perspectiva, faltam estudos que particularizem as relações sociais em diferentes regiões do Brasil (BRUMER, 2007, p. 41).

A afirmação de identidades a partir da juventude rural ocorre de forma complexa, pois não há uma singularidade no processo de territorialização destes sujeitos. Um território, mesmo composto por ideais semelhantes e por indivíduos pertencentes a uma categoria estabelecida socialmente, possui em si a multidimensionalidade, a partir de uma relação com o espaço e com o tempo que não se reproduz enquanto cópia, mas enquanto diversidade.

O território é uma construção histórica e relacional constituída a partir das relações de poder multidimensionais, articuladas em um sistema de redes, mas apresentando singularidades compreendidas como identidade territoriais. Cada território exige, portanto, uma leitura singular de suas territorialidades e temporalidades e a tarefa que se impõe aos geógrafos e outros profissionais que adotam o conceito de território, consiste no aprofundamento dos estudos das abordagens para apreensão da realidade (SANTOS, 2011, p.33).

Quando falamos sobre a autonomia, palavra já presente em programa de ação governamentais para a juventude rural, inserimos seu significado semântico de origem grega² como “o mesmo”, “ele mesmo” e “por si mesmo”, junto à palavra *nomos*, que significa “compartilhamento”, “lei do compartilhar”, “instituição”, “uso”, “lei”, “convenção”, ou seja, como faculdade de se governar por si mesmo, com emancipação ou independência.

A autonomia disposta por Paulo Freire (1996) relaciona-se à identidade do educando em processo, a partir de métodos educativos que levam a uma reelaboração do educando a partir do conhecimento de si. Para ele, a autonomia é uma construção que leva à liberdade, a partir de um contexto de transformação de práticas de opressão em práticas de liberdade. A palavra autonomia é compreendida por Reichert e Wagner (2007, p. 408) como “a capacidade do sujeito decidir e agir por si mesmo, com o pressuposto de que o desenvolvimento e a aquisição desta habilidade sofrem a influência do contexto em que o jovem se desenvolve”. As autoras sugerem atenção com o contexto social para a construção de uma pretendida autonomia, como fator de grande influência à sua construção entre jovens. Também com esta preocupação e como forma de intervir com elementos geradores de autonomia durante os encontros, deu-se a escolha do local de pesquisa.

A escolha pelo recorte espacial se deu por diferentes motivações. Para esta pesquisa, procurei um assentamento de reforma agrária em localidade próxima a Brasília, com a discussão acerca da juventude rural a partir de grupo de jovens formado na comunidade. Meu interesse inicial ocorreu com a participação, enquanto pesquisadora no Curso de Formação Agroecológica e Cidadã, realizado pela UnB junto a Secretaria Nacional da Juventude, nos meses finais de 2013. A partir do trabalho de diagnóstico sobre a juventude rural em assentamentos do Distrito Federal e Entorno, pude ter contato com o tema de pesquisa ainda pouco explorado pela academia. Com o fim do trabalho de diagnóstico e do curso realizado junto aos jovens, tive despertado o interesse em realizar a pesquisa sobre juventude rural. Com um projeto já iniciado sobre agroecologia em assentamentos de reforma agrária, optei, inicialmente por realizar pesquisa que possibilitasse discussão com envolvimento na juventude rural em agroecologia.

Com dificuldades nesta busca, a partir da oportunidade de um curso na Chapada dos Veadeiros, enxerguei uma possibilidade de encontrar a realidade que buscava no assentamento

² Disposição referente ao significado semântico encontrada em REICHERT, Claudete Bonatto; WAGNER, Adriana. **Considerações sobre a autonomia na contemporaneidade**. Estudos e pesquisa em psicologia, UERJ, RJ, v. 7, n. 3, p. 405-418, dez, 2007.

Silvio Rodrigues. Meu contato inicial se deu com a participação no Projeto Caravana da Luz, curso aberto à comunidade, no assentamento, com práticas que envolviam formação complementar em permacultura, a partir da bioconstrução e de noções em agrofloresta. Ainda com dificuldades em encontrar um recorte espacial para a pesquisa, apresentei o problema a algumas pessoas da comunidade, a fim de identificar a presença de juventude rural organizada. Conversando com os instrutores do curso e alguns membros da comunidade, houve uma positiva receptividade quanto à proposta de pesquisa. Pude ter o primeiro contato com várias famílias, conhecendo um pouco daquela realidade, além de conversar com professores da escola local e moradores da Cidade da Fraternidade, que apresentaram um pouco do histórico da comunidade, com bastante preocupação em me auxiliar na pesquisa. Com a confirmação de que eu poderia ter uma primeira conversa com o grupo de jovens, a partir de uma liderança comunitária jovem, Marconey, iniciei uma pesquisa de dados secundários sobre o assentamento, para logo iniciar o trabalho de campo.

Nesta pesquisa realizada no assentamento Silvio Rodrigues, existe um grupo de jovens que há dois anos se reúne tanto para decisões sobre trabalhos coletivos, plantio, participação em projetos, quanto para discussão sobre sua participação em movimentos sociais, congressos e encontros temáticos, além de questões relacionadas à educação e à família. Esse grupo, formado a partir de ações junto à Pastoral da Juventude Rural (PJR), após trabalhos realizados em 2012 e 2013, voltou a se reunir em junho de 2014, com uma proposta geral de execução de projetos produtivos a partir do desejo de geração de renda das e dos jovens do campo. Esse tema gerou algumas implicações que serão logo explicitadas. Acompanhando esse grupo durante seis meses, foi proposta a análise de suas perspectivas de continuidade no campo, a partir do acompanhamento dos trabalhos juntos ao grupo de jovens. Coloquei, assim, como objetivo geral da pesquisa:

- Estudar as perspectivas de continuidade no campo da juventude rural do Assentamento Silvio Rodrigues, para a identificação de resistência e busca por autonomia, com caracterização de novas territorialidades para a categoria social no recorte espacial analisado.

Os objetivos específicos são:

- Discutir as categorias juventude e juventude rural, de forma a gerar o debate sobre a permanência no campo a partir da resistência ao contexto de

expropriação ocasionado pelo histórico agrário no país, gerando consequências à categoria social analisada;

- A partir de estudos sobre território no contexto geográfico, verificar como se constrói a territorialidade entre jovens e como se dão as perspectivas de continuidade, apresentando reflexões sobre a permanência da juventude rural no campo;
- Apontar os desafios quanto a ações que abordem o(a) jovem rural como categoria de análise que o diferencia da juventude urbana.
- Identificar as ações realizadas pela juventude rural no recorte espacial analisado, a partir da realidade local, desejos e sonhos para o futuro, realizando uma análise de como essas ações podem implicar em maior visibilidade e formulação de políticas específicas para estes sujeitos.

As questões postas nos objetivos partem de uma preocupação acerca de estudos sobre juventude rural e, além disso, uma preocupação quanto à representação atual dessa categoria na formulação de políticas públicas. Há grande argumentação para a manutenção da juventude rural no campo, como parte de uma hereditariedade imposta, como forma de garantir a produção futura de alimentos. No entanto, esses argumentos não são definidores de uma realidade que deveria ocorrer por meio da escolha dos sujeitos analisados, com a definição de direitos, ações e políticas voltadas à juventude rural e a real possibilidade de escolha sobre ser do campo ou ser da cidade.

Como a pretensão de dissertar sobre o contexto agrário, com a juventude do campo como sujeito, envolvendo no tema a formação de grupos de jovens como forma de resistência, também foi fundamental a observação de buscas mais simbólicas, como o simples fato de assistirem a um filme juntos ou buscarem recursos para organizar uma festa. Em meio a múltiplas ações, sempre houve espaço para a discussão sobre o papel da juventude rural em um assentamento de reforma agrária e sobre como poderiam agir para chegar aos seus sonhos, o que foi de extrema importância para o trabalho. A participação no grupo de jovens, as conversas com famílias, escola e lideranças locais fizeram parte de momentos-chave para a composição da pesquisa. A divisão do trabalho se deu da seguinte forma:

No primeiro capítulo - Agricultura e sujeitos do campo – contexto de uso da terra - apresento um breve contexto da agricultura, iniciando um histórico sobre a formação agrária no Brasil, dando ênfase no tempo histórico da marcha para Oeste e Revolução Verde, apresentando os sujeitos envolvidos na dominação da terra. Em uma escala maior, detalhamos um pouco mais o contexto agrário no estado de Goiás, inserido no bioma Cerrado e como este se caracteriza como cenário que representa tanto uma enorme biodiversidade quanto um acelerado processo de expansão agropecuária e desterritorialização de povos e tradições, mas com uma luta contínua contra a dominação do território, a partir de movimentos sociais.

O segundo capítulo – Juventude, Juventude Rural e Território, apresenta uma discussão sobre a juventude como categoria social, seu histórico de resistência, conflitos e busca por direitos. Como objeto principal de discussão, exponho a juventude rural em suas peculiaridades, formação política e papel na questão agrária. Como abertura de outras perspectivas para a juventude rural e novas territorialidades, também é discutido o tema território. É traçado histórico do assentamento, formação e atuação da juventude em discussões, possibilitando a análise sobre território e territorialidades em seu caráter multidimensional.

No terceiro capítulo, denominado Recorte espacial analisado – Assentamento Silvio Rodrigues, apresento inicialmente o histórico de ocupação do assentamento, sua caracterização e como ocorreu a formação de jovens como grupo em busca de direitos. Logo, descrevo o trabalho realizado, com detalhamento da metodologia, o grupo focal, e das ferramentas utilizadas como forma de comunicação com a juventude, discussão sobre esta enquanto categoria social e cumprimento dos objetivos da pesquisa.

O quarto capítulo, O grupo focal: ações e análise – apresenta os resultados gerados pelas discussões no grupo focal e expressa como se deu a análise dos principais elementos encontrados nas discussões entre pesquisadora e sujeitos de pesquisa, a partir dos tempos históricos propostos: passado, presente e futuro, com a perspectiva de reflexão a partir de histórico de luta, experiências enquanto grupo e perspectiva de futuro a partir deste para a juventude rural.

Por último, no capítulo 5, as considerações finais ocorrem em um movimento de reflexão, a partir, tanto da análise teórica sobre o tema, como de um contexto de discussão coletiva, ocorrida durante as reuniões de grupo focal junto à juventude rural do assentamento.

1. AGRICULTURA E SUJEITOS DO CAMPO – CONTEXTO DE USO DA TERRA

Para melhor retratar a realidade do campo e bem caracterizar a juventude rural como categoria social não dissociada do território, com a constante interação e modificação deste, importante que realizemos um pequeno estudo de como se constrói historicamente e qual o papel do sujeito do campo, representado por jovens, a partir de um histórico agrário. A importância em conhecer o histórico se dá além de uma contextualização, mas também como uma forma de compreender relações de poder, certos conflitos, expropriação e resistência como elementos que representam até o tempo presente, a realidade agrária do país e, neste estudo, a realidade histórica de uso da terra no bioma Cerrado.

Quando falamos em agricultura³ estão presentes interações entre a sociedade e o que ocorre com ela. A partir de uma relação entre grupos humanos e a natureza, houve profundas transformações surgidas historicamente a partir da utilização da técnica. A agricultura se modificou, assim como as relações humanas, marcando avanços ao mesmo tempo em que se procurava o aprofundamento dessas técnicas, alterando características naturais a partir de inovações a partir de uma ciência voltada para a modernização e para propagação de seus resultados de forma global, modificando tanto a produção agrícola mundial quanto as relações de vida nela presentes (SANTOS, 2006).

No entanto, essa modificação com crescente mecanização e uso de tecnologias não levou a muitos agricultores o acesso aos meios de produção presentes nas denominadas revoluções agrícolas. Isso os empobreceu, pois eles não puderam acompanhar o aumento de rendimento e produtividade na terra, resultado da modernização agrícola (MAZOYER; ROUDART, 2010). Ao mesmo tempo em que essa modernização trazia benefícios econômicos iniciais, também desencadeou um processo de dependência do agricultor para garantia de sementes, acesso a maquinários, mercados, enfim, toda uma estrutura que passou a transformar o alimento em mais um produto de mercado.

³A agricultura tal qual se pode observar em um dado lugar e momento aparece em princípio como um objeto ecológico e econômico complexo, composto de um meio cultivado e de um conjunto de estabelecimentos agrícolas vizinhos, que entretêm e que exploram a fertilidade desse meio. Levando mais longe o olhar, pode-se observar que as formas de agricultura praticadas num dado momento variam de uma localidade a outra. E se estende longamente a observação num dado lugar, constata-se que as formas de agricultura praticadas variam de uma época a outra (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 71).

Como resultado, temos uma contextualização do rural que obedece a uma lógica de modernização, crescente emigração e pauperização de populações, ao mesmo tempo em que a produção rural está aberta à expansão do capitalismo, tornando-se vulnerável porque inibe forças de resistência, e necessita de forças muito maiores que na cidade para negar sua fragmentação (SANTOS, 2006). O histórico agrário, inserido em uma realidade não só da modernização da agricultura, mas a partir de modificações sociais, econômicas e culturais a ela relacionadas, parte de um contexto político de dominação de territórios e povos, fragmentando identidades, enfraquecendo formas coletivas de práticas de agricultura e submetendo os sujeitos do campo a processos de expropriação.

1.1 Breve contexto da agricultura no Brasil: sujeitos envolvidos

O histórico agrário no Brasil possui uma trajetória de expropriação e conflitos, desde que os portugueses dominaram o território para exploração de povos e recursos. Esse processo passou por diferentes fases, todas com sujeitos lutando por liberdade e contra a opressão gerada pelo latifúndio. Os conflitos no espaço agrário envolvem relações sociais contraditórias de cunho político, econômico, social e cultural. São elementos de poder sobre o território, organizado hoje segundo regras capitalistas de dominação e geração de lucro através da produção nas grandes propriedades.

A formação agrária no país se deu a partir da dominação portuguesa, de caráter de exploração de recursos e habitantes nativos para geração de produtos para a Coroa. Já a amarração do modo de organização do espaço agrário brasileiro teve origem a partir de 1530, com a efetiva ocupação do território e utilização da Lei das Sesmarias, criada pela corte portuguesa, que regulava juridicamente a repartição da propriedade fundiária. Segundo essa lei, o acesso à terra deveria ser proporcional ao número de escravos em propriedade de cada senhor, restringindo-se assim, de direito, a alguns poucos, ficando excluída a maioria da população (MOREIRA, 1990). O processo de formação territorial da propriedade da terra explica os conflitos gerados a partir da colonização, com a predominância histórica de latifúndios e a expropriação da população do campo para satisfazer os fins da economia agrária capitalista, sendo essa a causa do surgimento de lutas pela terra no Brasil.

Em um histórico mais recente, não ignorando o passado de conflitos pela terra, houve o avanço da fronteira agrícola para o oeste e a nova caracterização dos latifúndios, associado à industrialização e mecanização agrícola. A Revolução Verde, a partir da segunda metade do século XX, veio através de maior tecnificação da agricultura, com grande utilização de

maquinários e insumos como fertilizantes e defensivos químico-sintéticos. Isso surgiu de uma demanda de mercado por produtos padronizados internacionalmente, para consumo interno e exportação. Fernandes (1999) afirma que a Revolução Verde surgiu como um pacote tecnológico gerador de conflitos sociais, com a expulsão do campo de grande quantidade de camponeses, além de problemas ambientais decorrentes de monocultivos e utilização de insumos sem controle.

A Revolução Verde teve um desenvolvimento ampliado nos países em desenvolvimento, sendo o Brasil um exemplo, com grande utilização de agrotóxicos, representados por fertilizantes químicos e defensivos com alto poder de contaminação de água, solos, vegetação, animais e do ser humano. Esses produtos tiveram seu uso a partir de subsídios do Estado aos agricultores que possuíam a capacidade financeira de crédito e terras para o desenvolvimento destas atividades. Com isso, os agricultores que não puderam aderir a este novo padrão de produção tiveram como consequência a desvalorização de seus produtos e perda de mercado. Passaram a buscar trabalho nas grandes propriedades, muitos vendendo suas terras e perdendo o direito de produzir o próprio alimento em uma clara relação de pauperização e expropriação (MAZOYER; ROUDART, 2010).

A uniformização da agricultura para atender a um mercado com atenção à exportação, a partir de produtos de alto valor comercial, não atende obrigatoriamente a uma necessidade alimentar diversificada, mas a uma especialização local, como a produção de frutas e soja no Nordeste, novas frentes agropecuárias no Norte ou a especialização produtiva em grãos no Centro-Oeste. Com isso, pequenos agricultores que não se adequam ou não se subordinam ao mercado, acabam sendo excluídos a partir da lógica de dominação do espaço agrário (SANTOS; SILVEIRA, 2013). Além disso, os autores destacam:

A criação de um mercado unificado, que interessa, sobretudo às produções hegemônicas, leva à fragilização das atividades agrícolas periféricas ou marginais do ponto de vista do uso do capital e das tecnologias mais avançadas. Os estabelecimentos agrícolas que não puderam adotar as novas possibilidades técnicas, financeiras ou organizacionais tornaram-se mais vulneráveis às oscilações de preço, crédito e demanda e às novas formas organizacionais do trabalho, o que frequentemente é fatal aos empresários isolados (SANTOS; SILVEIRA, 2013, p. 121).

Não falando ainda de uma pauperização já declarada, mas anunciando um processo de dependência do mercado, Santos & Silveira (2013) detalham novas divisões do território dito moderno a partir de seu uso intensivo, mesmo com a uniformização e com a padronização a partir de uma lógica de produção de mercado.

Em um contexto de alto grau de expropriação, com histórico fazendo parte da estrutura agrária do país, a Revolução Verde intensificou usos de territórios cada vez mais fragmentados. Nesse mesmo período e se caracterizando como confronto à realidade imposta por um padrão de agricultura e distribuição de terras excludente, grupos passaram a se organizar no meio rural brasileiro (OLIVEIRA, 2001).

A partir da Teologia da Libertação houve inspiração à luta e comunidades passaram a se organizar politicamente. Na década de 1970 movimentos camponeses se organizaram pela terra e pela reforma agrária. As lutas se fortaleciam conforme aumentava a expropriação. A Igreja Católica passou a realizar trabalhos de alfabetização e politização de camponeses. No final da década, com o intuito de uma luta maior, contra o modo de produção capitalista, teve início a organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST. Na década de 1980, com a lentidão por parte do Estado para desapropriar áreas passíveis de assentamento, o MST intensificou ocupações como forma de pressionar o processo de reforma agrária. Movimentos conservadores entraram em cena contra a reforma agrária, impedindo que ela se realizasse. Movimentos de repressão aumentaram e a questão agrária era discutida e colocada em pauta pelos governos que se seguiram na década de 1990. Forte conflito decorrente disso foi o episódio de Eldorado dos Carajás com a morte de 19 sem-terra (FERNANDES, 1999).

Estes movimentos, denominados movimentos socioterritoriais⁴, representados no Brasil, principalmente pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, se fortaleceram e se territorializaram por todo o país, com a formação de cooperativas de assentados, ampliando a discussão sobre a questão agrária e dando autonomia a novas organizações de luta pela reforma agrária, culminando hoje na formação da juventude rural como categoria social que luta por direitos comuns.

Para essa categoria a conquista do território é mais que a conquista da terra, é o resgate da identidade, é movimento de resistência, de manutenção/valorização da diversidade cultural, é a oportunidade de ações de busca por direitos negados por relações de expropriação no campo (OLIVEIRA, 2001).

⁴ O conceito de movimentos socioterritoriais surgiu com reflexão sobre os movimentos sociais a partir de uma leitura geográfica, a leitura a partir do território. Os geógrafos Bernardo Mançano Fernandes e Jean Yves Martin realizaram o primeiro esforço teórico entre 2000 e 2001. Em Fernandes (2005, p.31): Os movimentos socioterritoriais para atingirem seus objetivos constroem espaços políticos, especializam-se e promovem espacialidades. A construção de um tipo de território significa, quase sempre, a destruição de um outro tipo de território, de modo que a maior parte dos movimentos territoriais forma-se a partir dos processos de territorialização e desterritorialização.

Quando citamos os sujeitos do campo, importante ressaltar que não são sujeitos participantes de um mesmo ideal político, vindos de uma mesma cultura ou de uma mesma região do país. Estes sujeitos não possuem uniformidade, a não ser o fato de lutarem por um território negado a todos da mesma forma. Os movimentos socioterritoriais surgem de forma a unir indivíduos, representados por homens, mulheres, jovens, crianças, com diferentes, sonhos, culturas, em busca de uma vida com autonomia, em que:

A terra representa um sonho para os camponeses expropriados, quando o acesso a ela converte-se em acesso ao território, a terra tão sonhada torna-se o meio que possibilita ampliar e materializar os sonhos da família, em diferentes planos, dimensões e escalas temporais. Para o campesinato o acesso à terra, quando convertida em território, representa a materialização da vida (RAMOS FILHO, 2013, p. 54).

A organização de indivíduos em busca desse acesso à terra se dá de forma plural. Além de ter como organizações diferentes representantes não apenas do MST, como os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais – STRs, diferentes confederações e federações de trabalhadores, como CONTAG e FETRAF, cooperativas e associações, e, representado a categoria aqui estudada, a PJR, atuam no sentido de modificar a dinâmica territorial. São movimentos territorializados porque lidam diretamente com o direito ao território e à Reforma Agrária (LIMA, 2005).

1.1.1 Aproximando o contexto: O Estado de Goiás

Voltando um pouco mais no tempo, com a Marcha para Oeste⁵, final da década de 1930, é possível traçar modificações territoriais que caracterizam o histórico de ocupação no estado de Goiás. Teixeira Neto (2013) afirma que em sua constituição, Goiás teve como característica o encolhimento de suas fronteiras, a partir de uma expansão desorganizada e competitiva, em uma lógica de produção agroindustrial voltada ao mercado nacional e internacional. As características de sua formação foi uma rápida ocupação, ocorrida em menos de 50 anos, marcada por uma mobilidade espacial e populacional, por meio da dominação de oligarquias que detinham e ainda detêm o poder sobre o uso da terra, a partir da concentração fundiária e instabilidade de limites e fronteiras.

⁵ A marcha para Oeste foi um movimento de interiorização do Brasil, com o incentivo à ocupação de lugares denominados vazios populacionais. Esse movimento de interiorização do Estado foi efetivado por Getúlio Vargas e representado, principalmente pela criação de colônias agrícolas com objetivo de produção alimentícia, em sua maior parte grãos e produção agropecuária, para os centros urbanos emergentes. Além disso, também tinha como finalidade a contenção de conflitos sociais que ocorriam à época em outras regiões do país, culminando na construção de Brasília como capital federal (PESSOA, 1997).

Campos e Silva (2013), em seus estudos sobre a fronteira goiana, resgatam diversas histórias e documentos que caracterizaram o território goiano em suas relações sociais e cotidianas, além de seu ambiente. Esses relatos foram obtidos por viajantes, naturalistas, geógrafos, bandeirantes, entre outros personagens, e os documentos como jornais, cartas e relatórios de documento apresentam informações sobre um território que se coloca historicamente a uma distância enorme do resto do Brasil, física e simbolicamente, por meio da negação às populações ao acesso à civilização e às suas vantagens.

Quanto à forma de ocupação de Goiás, esta se deu a partir da busca de ouro e a partir da pecuária. Com a produção de ouro não prosperando como o esperado por seus exploradores, a pecuária passou a ser a base de ocupação do território no estado. Essa nova produção partindo do antes desocupado Goiás permitiu sua comunicação com outras regiões, principalmente a Sudeste, com envio de gados para Minas Gerais ou São Paulo (CAMPOS E SILVA, 2013). No entanto, essa comunicação se dava apenas a partir de uma minoria de proprietários que tinham poder de compra de terras e gado, tinham a possibilidade econômica e política de realizar investimentos no estado:

As questões agrárias e o processo de ocupação territorial em Goiás no século XX tiveram como característica constante o impedimento ao acesso à propriedade, traço evidenciado pelos recursos e meios usados pelos grupos dominantes. Para exercer esse impedimento usava-se uma legislação impeditiva, com excessivas exigências burocráticas de requisição de terras, levantamentos e demarcações, dentre outros, além do alto preço do imóvel (CAMPOS E SILVA, 2013, p. 44).

A ocupação de certas áreas do interior do país, com grande relevância o Estado de Goiás e Mato Grosso, surgiu a partir da necessidade de mudanças econômicas, políticas e sociais a partir de uma crise internacional não superada, que levou populações desempregadas, principalmente de cafeicultores, a serem proprietárias agrícolas nestas denominadas frentes de expansão, multiplicando os estabelecimentos rurais de médio porte a partir da agricultura e da pecuária. A partir da abertura de novas fronteiras rodoviárias, houve a possibilidade de aumento de áreas de exploração agropecuária, ainda como uma possibilidade, principalmente com a fronteira Belém-Brasília. O surgimento de novos fluxos de mercado, a partir da abertura de estradas que levavam a Brasília, ainda em construção, impulsionou a aquisição de grandes propriedades como uma forma de garantia econômica em um novo território, geralmente realizada por meio de frentes de expansão (BERTRAN, 1988).

Estas frentes de expansão, identificadas por Campos e Silva (2013) como Frente Agrícola e Frente Agropecuária, tiveram início entre o final do século XIX e primeira metade

do século XX e basearam-se principalmente na produção agrícola de grãos e na criação de gado para comercializar em outros estados. A ocupação se dava em sua maioria por arrendamento de terras e não por contratos de compra e venda, como elemento de contribuição para um rápido crescimento da ocupação rural no Estado de Goiás, como exposto por Bertran (1988, p. 119), com média de crescimento ultrapassando os números marcados para a média do país:

De 1940 a 1950 sua área rural expandiu-se em 25,4% (contra 17,4% para o Brasil). De 1950 a 1960 acentua-se essa expansão, Goiás atingindo 17,4% de crescimento de áreas rurais, enquanto a expansão brasileira se fazia em torno de um modesto 7,6% na década. Nos anos de 1960 essas taxas começam a se aproximar (Goiás 23,9%, Brasil 17,2%) embora no período 1970-1975 as taxas goianas voltem novamente a dobrar a média brasileira, acelerando-se em 21% nesse quinquênio, contra 9,9% para o país (BERTRAN, 1988, p. 119).

Ao vermos a aceleração ocorrida na década de 1970, já podemos fazer a relação com a modernização da agricultura, com novas frentes de expansão, a partir da pecuária extensiva e da produção de grãos em grande escala. Essa modernização apresenta-se a partir de um padrão de financiamento estatal, com garantia de crédito rural a baixas taxas de juros e acesso fácil a maquinários e insumos, com os agentes financiadores tendo como clientes os grandes produtores. Houve com isso, um rápido crescimento e grandes rendimentos da fronteira agrícola no Estado de Goiás, de forma contínua. Esse crescimento não cessou e, mesmo com uma crise fiscal ocorrendo no país já na década de 1980, a forma com que se deu a expansão da agricultura no estado, de forma empresarial, voltada à produção de grãos, como milho e soja e com as agroindústrias em funcionamento e expansão, permitiu um contínuo movimento da fronteira agrícola, mas de forma predatória, repetindo o ocorrido no centro-sul do país (HESPANHOL, 2007).

É importante pontuar que a forma de ocupação de terra ocorreu a partir de uma legislação estatal com dizeres contraditórios que, da mesma forma que exigia a compra da terra para sua ocupação, também estabelecia diretrizes de ocupação para aqueles que já detinham a posse da terra, contribuindo de forma indireta, mas ciente, para a formação de latifúndios (CAMPOS E SILVA, 2013). Para Maia (2013), as ações do Estado revelaram que houve uma proposital ideia de dinamização de produção agrícola e agropecuária, sendo a ocupação de Goiás uma continuidade de ocupação territorial visível na história do país.

A expansão de áreas para exploração agrícola no Estado de Goiás se deu de forma acelerada, principalmente entre as décadas de 1960 e 1970. Isso provocou acelerado impacto ambiental. De acordo com BERTRAN (1988, p. 120), durante esse período de tempo, “As áreas de cerrados e “pastos naturais” foram responsáveis em Goiás por mais de 55% dos ganhos em expansão rural, contra cerca de 40% para o Brasil”. Essas áreas foram usadas, relata o autor, principalmente para pastagens. Como objetivo de grandes produtores, as pastagens se formaram com a derrubada de árvores, com alguma forma de agricultura ocorrendo quando conveniente, acelerando o processo de destruição ecossistêmico. O desmatamento na região se deu de forma tão acelerada quanto seu rápido crescimento econômico, deixando a paisagem com um aspecto homogêneo e com um verde sem vida. Como citado em Funes (2013, p. 141, grifo do autor) “Os cantos dos pássaros, o coaxar dos sapos e as “terras cobertas por uma exuberante vegetação, mas inútil”, vai cedendo lugar para as grandes pastagens, as lavouras extensivas locomotivas do agronegócio. A paisagem do cerrado se transforma em outras”.

Junto aos impactos ambientais, apresentaram-se problemas sociais no campo. Enquanto a expansão de grandes áreas contribuiu com o sucesso dos denominados empresários rurais nas áreas de Cerrado, populações não possuidoras de terras passaram a fazer parte da mão-de-obra de grandes fazendas ou migraram para as cidades próximas que estavam se constituindo como importantes polos urbanos, como Goiânia, Anápolis e Brasília, ainda há pouco inaugurada, para ocupar vagas de trabalhos basicamente domésticos ou na construção civil. São essas populações que mais tarde se constituirão como sujeitos em busca de autonomia, em busca de um território negado, para o resgate do trabalho rural e de suas identidades fragmentadas, sujeitos estes denominados sem terra (BERTRAN, 1978; 1988; PESSOA, 1997).

1.2 Movimentos sociais e juventude rural no contexto Cerrado de uso da terra

Para que possamos realizar uma discussão com atenção especial aos atores envolvidos no histórico de ocupação do Cerrado, compreendido neste estudo como uma crescente área de produção, é interessante não desligar as ações dos sujeitos à natureza presente, mas compreender a complexidade que envolve homem-natureza, em uma forte ligação que não deve ser tomada de forma isolada. Funes (2013) compreende a necessidade dessa relação, a

partir de um traçado histórico sobre a ocupação do cerrado, especialmente a região Centro-Oeste. O autor afirma ser indispensável fazer a associação entre homem e natureza e compreende que estes elementos são indissociáveis tanto em sua caracterização e historicização quanto em seu comportamento, alertando que ambos devem ser tratados em conjunto.

Com a denominação já comum de celeiro do país, o cerrado brasileiro, presente em grande parte da região Centro-Oeste do país, é um bioma ainda carente de reconhecimento em sua importância natural e cultural, onde em seu histórico de ocupação, “o agronegócio e a agroindústria fazem girar a máquina do setor produtivo, estruturado no latifúndio e fundamentado na pecuária de corte, na lavoura extensiva de algodão, cana-de-açúcar (etanol) e, em especial, da soja” (FUNES, 2013, p. 125). Essa caracterização, rica em cifras geradas, mas pobre em valorização de suas riquezas naturais e das pessoas e culturas ali estabelecidas, contribui para a continuidade de uma estrutura baseada na exploração da natureza e do trabalho. É retirada a vegetação original, com consequente dispersão e morte da fauna, homens são colocados em condições de subordinados ou expulsos de suas terras para dar lugar a padrões modernos de produção.

Retomando o histórico da Revolução Verde, com a continuidade da concentração fundiária, prolongando-se com a utilização de tecnologias e mecanização no campo, ocorreu talvez, em maior intensidade, uma nova forma de dominação do território, tecnificada e modernizada, intensificando a expropriação de agricultores sem poder de compra de terras ou com terras e poder aquisitivo insuficientes para confrontar os grandes empresários rurais. Sem uma perspectiva de continuidade de trabalho no campo, a migração para as cidades tornou-se uma alternativa de sobrevivência, já que era percebida como outra possibilidade nesse contexto de exclusão (OLIVEIRA, 2001).

As dificuldades históricas⁶ em contrapor um modelo de controle do território baseado em grandes propriedades agroexportadoras fez surgir e se fortalecerem no Brasil movimentos em busca de território para indivíduos expropriados, desterritorializados, fragmentados em suas culturas. As ações destes movimentos ecoaram pelo país, com adesão de milhares de

⁶Como dificuldades históricas, expomos a concentração fundiária no Brasil, como processo histórico instituído com o regime colonial português de domínio do território, com a ampliação das capitânicas hereditárias e distribuição de sesmarias, a Lei de Terras de 1950 e as ações obtidas com a modernização conservadora, com consequente inserção do país, de forma subalterna no capitalismo internacional. (RAMOS FILHO, 2013).

peças exigindo terra como direito. Na região Centro-Oeste, Estado de Goiás e logo, no bioma Cerrado, ocupações foram realizadas como forma de garantir terra para plantar, criar, como forma de resgate, principalmente com a organização do MST, como representante nacional da luta pela reforma agrária, mas com diversas organizações envolvidas. Como resultado, houve diversas desapropriações de fazendas para a realização da dita reforma agrária, nunca sem conflitos entre as partes envolvidas (OLIVEIRA, 2001).

Com esse panorama, conflitos e diversos sujeitos envolvidos, buscou-se a identificação de categorias de luta. Uma destas categorias, a juventude rural, mostra-se hoje como possibilidade de renovação dos movimentos, necessitando ainda que sejam estabelecidos direitos e ações para sua visibilidade também como categoria política. A juventude rural, ainda sem esta denominação, sempre esteve no movimento, mas somente na década de 1980 passou a integrar as discussões nos movimentos, a partir de uma construção política iniciada com a percepção da organização desta nos movimentos sociais (CASTRO *et al.*, 2009).

A criação da Pastoral da Juventude (PJR) em 1983 teve já em sua formação a juventude rural na estrutura organizativa. Ainda que um movimento não muito visível dentre os outros, pôde se fortalecer integrando-se na Via Campesina Brasil. Outros movimentos já tiveram a juventude rural como categoria de luta política e também como membro organizativo, mas somente há pouco tempo, após os anos 2000, está havendo inserção organizativa neste movimento, como CONTAG, MST e Movimento dos Atingidos por Barragens, a partir de perspectivas destes movimentos com o futuro de suas ações (CASTRO *et al.*, 2009).

Um dos motivos para que houvesse maior mobilização de jovens rurais nos movimentos sociais foi a dificuldade destes quanto ao acesso à terra. Nos estudos de Castro (2009) sobre eventos organizados por movimentos sociais, constatou-se que a maioria morava com os pais, alguns outros membros da família, outros como empregados rurais. Essa realidade não mudou de forma significativa, apesar de algumas ações afirmativas a partir de políticas públicas para facilitar a aquisição de terras e a possibilidades de produção.

Como forma de compreender melhor o contexto, como aporte vindo da pesquisa de campo realizada, inserimos em meio à discussão teórica informações de um jovem participante do grupo focal. De acordo com ele, a organização da juventude rural dá-se ainda

de forma pouco integrada. Há alguns grupos de jovens em assentamentos rurais ainda pouco articulados, principalmente devido à dificuldade de comunicação entre seus representantes. Há somente dois representantes da PJR que participam de decisões no estado de Goiás, e são convidados a congressos como responsáveis por comunicar seus grupos quanto às discussões da Pastoral. Contudo, mesmo com alguns entraves, os representantes locais da juventude mostram-se atentos às decisões da categoria, conhecem a história dos movimentos sociais que os apoiam e reconhecem que é necessário um fortalecimento político em busca de visibilidade política. É necessário que essa categoria seja atendida em suas expectativas, pois como bem pontuam Castro *et al.* (2009), ainda são distantes as relações entre discurso e prática neste processo de reconhecimento da juventude rural como categoria diversa e como geração, persistindo ainda conflitos a partir de diferentes contextos que não devem levar a um discurso uniformizador, mas ressignificar e criar práticas políticas.

Enfim, o contexto Cerrado de uso da Terra é um contexto de luta antiga e contínua, a partir do embate constante com o agronegócio, em um território dominado pelo latifúndio e por interesses meramente econômicos. Quando concentramos essa pesquisa a partir da categoria social juventude rural, esta não se coloca apenas como de ordem social, mas principalmente territorial devido à sua luta ser também, e ao mesmo tempo, em favor de um território apropriado, em um Estado com histórico de expropriação e conflitos, em um bioma ameaçado em sua diversidade. Nesse contexto, seguimos com um referencial acerca da juventude rural associada ao território, como não pode deixar de ser, a partir de diferentes olhares, procurando a compreensão de como esta se identifica e o que busca para a formação de novas territorialidades.

2. JUVENTUDE, JUVENTUDE RURAL E TERRITÓRIO

Buscamos aqui inicialmente fazer o diálogo teórico estabelecendo tanto semelhanças quanto limites conceituais a respeito de juventude e juventude rural. Enquanto contribuição no entendimento no tema, expomos uma discussão que envolve a juventude rural em questões como gênero, histórico de migração para cidades e tratamento das diferenças, seguindo para indispensável caracterização de território e territorialidades, enquanto afirmação de identidades e autonomia, fazendo uma pequena discussão sobre o estado da arte de políticas afirmativas para a juventude rural. Assim, apresentamos parte da complexidade que envolve a juventude rural inserida no contexto proposto.

2.1 Juventude e juventude rural: suas peculiaridades

Para Ribeiro (2004), é importante assinalar que a caracterização de juventude como categoria social é estabelecida para a contestação do mundo apenas a partir da Revolução Francesa, simbolizando a liberdade e o novo em oposição à servidão e ao antigo, com aspectos que surgem da possibilidade de um recomeço político e social. A juventude passa a ser caracterizada como um grupo com elementos comuns, mas com suas peculiaridades. Nesta caracterização há diversas abordagens, como a de que a juventude é uma fase da vida composta por liberdade de busca e por poder de contestação, com constituição estética de elementos como corpo, saúde e liberdade. Como construção artificial, o ideal de juventude coloca-se com características tanto de melhor época da vida, em comparação à infância e à velhice, como também de busca pelo novo, e isso leva a um movimento criativo inerente a esse ideal social.

Já enquanto definição como um período de transição, foi assumida após 1964, com a Conferência Internacional sobre Juventude, ocorrida na cidade de Grenoble, França. Esta definição ocorre a partir de uma ideia de socialização a partir do estabelecimento de determinados papéis sociais, além de sua percepção ocorrer por meio de características familiares, educacionais e produtivas, atestando um potencial de autonomia do sujeito a partir de suas experiências (ABRAMO, 1994, *apud* WEISHEIMER, 2005).

Para Kehl (2004, p. 89), em uma definição psicológica, “a juventude é um estado de espírito, é um jeito do corpo, é um sinal de saúde e disposição, é um perfil do consumidor, uma faixa do mercado onde todos querem se incluir”.

Bourdieu (1983), em sua discussão, *Juventude é apenas uma palavra*, qualifica a juventude como uma construção social, inserida na luta entre jovens e velhos, de forma complexa. Afirma a evidência de manipulação quando é estabelecido um intervalo de idade para a definição de jovem, o que falseia a homogeneidade imposta, muitas vezes pela categoria. A juventude constitui, em sua essência, a busca pelo novo, em oposição à velhice como categoria social, porque estes não buscam mais o novo e são muitas vezes contra quem o faz, ressaltando que essa oposição não é uma regra, mas uma forma de se definir estas categorias elaboradas socialmente.

A juventude pode ser compreendida como o rompimento com as tradições, por meio de ações ditas revolucionárias ou reformistas, já teorizadas pelos mais velhos, mas com potencial de execução somente pela mocidade como “agente revitalizante”. Essa caracterização é compreendida por realizações de ações rápidas e busca pelo que é novo ou pelo que pode ser modificado. Para que haja uma sociedade dinâmica, com grande conteúdo de mudanças, se faz necessária a presença da juventude em ações tanto revolucionárias quanto reformistas. A intermediação da juventude em mudanças é essencial, porque possui reservas de energias e já conhecem os elementos existentes, além do que pode ser passível de inovação (MANNHEIM, 1968).

Como categoria social, a juventude está inserida em uma realidade social constituída por vários grupos de forma heterogênea, ao mesmo tempo em que se forma como categoria social delimitada por faixa etária. Essa constituição carrega em si características simbólicas, históricas, materiais e políticas. Em função dessa constituição da realidade, há diferenças nas vivências da juventude, tanto simbólicas como concretas, relacionadas à realidade financeira, educação, trabalho e lazer. Essa forma de categoria heterogênea, mas com características comuns, a partir de um ideal estético ou como elemento para servir ao mercado, também mostra outros elementos relacionados a uma crise advinda da falta de políticas para a juventude, de forma generalizada. Essa crise é vista de forma pessimista através dos tempos e com grande insatisfação quanto às medidas tomadas para esse grupo (ABRAMOVAY; ESTEVES, 2009).

Como categoria situada entre a infância e o universo adulto, entre a dependência e a autonomia, a juventude é inserida historicamente em um contexto de inquietude, com escolhas maduras ou não, com poder ou sua falta, em uma determinação cultural de transitoriedade, imposta por limites que preveem uma uniformização e uma simplificação etária que não ocorrem na realidade. A juventude foi historicamente construída e identificada em um universo conceitual não delimitável juridicamente ou a partir de comportamentos estabelecidos para determinada faixa etária, mas a partir de múltiplas perspectivas, de sua socialização, de seu papel simbólico e suas perspectivas sociais (LEVI; SCHMITT, 1996).

O que deve ser compreendido quando se pretende chegar a um conceito de juventude, é que há uma cultura, um viver imbuído no discurso, que não deve de maneira alguma ser antagônico a modos de viver de adultos ou de velhos. Silva (2002, p. 111) coloca muito bem a questão:

As discussões em torno do conceito de cultura juvenil colocam em questão os limites entre juventude e velhice, o jovem e o adulto, ou onde começa um e outro. Sendo assim, trata-se de discutir não o caráter de antagonismo dessas culturas, adulta e juvenil, mas, sim, a sua complementaridade enquanto espelhos reflexos uma da outra ou, ainda, sua oposição complementar.

Quando, historicamente, Levi & Schmitt (1996) relembram revoltas e revoluções com a linha de frente tendo jovens protagonistas, procuram afirmar que, em uma determinação cultural efêmera, em um tempo fugidio, mas repleto de entusiasmo, a formação de modos de pensar e agir em buscas e aprendizagens ocorrem em um tempo só, e podem levar a êxitos ou fracassos. Para a presente pesquisa, essa reflexão é de extrema importância, porque insere essa identificação do ser jovem como construção histórica a partir de expectativas presentes em uma construção social, que, muitas vezes, não a representa. Sua multiplicidade não parte somente de ganhar ou perder uma batalha, mas de afirmação de múltiplas identidades, e consequentemente de não previsão de ações esperadas. Quando partimos da definição de juventude para uma ideia de juventude rural, essa multiplicidade se afirma e abrem-se novos olhares e outras dimensões para a categoria enquanto sujeitos de pesquisa.

A construção da juventude como uma etapa em formação para a vida adulta é uma construção moderna, que existe para impor valores de transição para a vida adulta, ou seja, que identifica os e as jovens como seres inacabados e lhes impõe uma racionalização e individualização, em uma separação categórica de formação incompleta, estabelecida socialmente e que se mostra heterogênea conforme o grupo ao qual está inserida (PAULO, 2011).

A partir das colocações postas acima, sejam elas com elementos da psicologia, história, sociologia, antropologia ou educação, podemos perceber que muitas vezes a juventude é vista como um “meio do caminho”, uma “etapa inacabada”, com delimitações de comportamento ou ações esperados pela sociedade. Quando algo não ocorre conforme o esperado para essa juventude, há uma atenção maior para que ela não seja desviada em sua formação traçada por outros sujeitos que a construíram socialmente. No entanto, não perguntaram a ela qual sua proposta e como se identifica:

Vale a pena lembrar que a fronteira que separa juventude e maturidade corresponde, em todas as sociedades, a um jogo de lutas e manipulações, visto que as divisões entre idades são arbitrárias e que a fronteira que separa a juventude e a velhice é um objeto de disputa que envolve a dimensão das relações de poder. É importante destacar que, como qualquer outra forma de classificação, suas fronteiras são socialmente construídas (WEISHEIMER, 2005, p. 22).

Convencionou-se definir a faixa etária para a juventude entre 15 e 29 anos no Estatuto da Juventude (BRASIL, Lei nº 12.852 de 5 de agosto de 2013), sendo que esta definição será utilizada na pesquisa. No entanto, a definição é apenas uma classificação que foi se formando historicamente a partir da caracterização da juventude e que pode ter contribuído ou não para a elaboração de políticas para a categoria. Não há uma imposição de intervalo de idade para que um indivíduo seja identificado como jovem ou assim se identifique. Essa construção da juventude por faixa etária pode não caracterizá-la como unidade, pois sua identificação deve-se também à identificação do sujeito como pertencente a esse grupo: “A juventude torna-se juventude também por sua própria representação nas condições a que está submetida. Ou seja, tornar-se jovem acontece a partir das especificidades de cada jovem ou grupo de jovens na relação com outros sujeitos” (SILVA *et al.*, 2006, p.76).

Agora, quando há a pretensão de conceituar a juventude rural, percebe-se que a categoria “juventude” ou a “jovem” ou o “jovem” não possui uma compreensão única, mas leituras a partir de diferentes realidades. O (a) jovem rural e o (a) jovem urbano(a) possuem inicialmente a diferença de localização no espaço. Em cada um desses espaços há diferentes formas de ser jovem. As roupas, as festas, as músicas, as formas de manifestação, as possibilidades de educação e trabalho são características que diferenciam jovens do campo e jovens da cidade:

Elas e eles vivem no campo, têm como forma de subsistência e identificação a agricultura e constituem suas experiências em diversos espaços e relações socioculturais: na família, na comunidade, no trabalho da roça, na escola, no desejo de continuar os estudos, no grupo de jovens; na necessidade da independência financeira e nos movimentos e organizações do campo (SILVA *et. al*, 2006).

A caracterização da juventude rural como uma identidade social pretende dar visibilidade a parte da categoria que se manteve invisibilizada e distante das políticas por não ser atendida em sua singularidade, à sua realidade, como afirmam Freitas e Martins (2007, p. 81):

É importante considerar que perceber essa heterogeneidade juvenil no campo, não significa multifacetar a realidade social, desconsiderando sua unidade. Significa perceber como os jovens, marcados por situações singulares, conformam-se/reagem à realidade histórico-social em que se encontram inseridos.

Importante mencionar que mesmo a identidade juventude rural possui características culturais distintas e que deve ser atendida em seus direitos. A juventude caracterizada nesta pesquisa inicialmente referiu-se a populações da faixa etária compreendida entre 15 e 29 anos, estabelecida pelo Estatuto da Juventude, que vivem em assentamentos de reforma agrária e que possuem um histórico de luta pela terra que as unifica na discussão. No entanto, a formação do grupo focal acabou por ser constituído com a faixa etária entre 14 e 23 anos, mas não restrito a essa faixa etária, o que será analisado mais à frente. Importante informar que há outras identidades de juventudes rurais, não presentes no recorte espacial estudado, que não serão tratadas no presente estudo, como jovens ribeirinhos, jovens quilombolas e jovens indígenas que, com particularidades em suas vivências, carregam identidades únicas, que não devem ser aqui generalizadas, mas reconhece-se a importância da realização de pesquisas a partir destes sujeitos.

Como ponto em comum que caracteriza essa tão heterogênea juventude rural, está a identificação com a agricultura, as vivências com a família e com a comunidade, as relações de trabalho, os estudos, as possibilidades existentes nos grupos de jovens como movimento e atuação política, vividos com especificidade a partir de sua realidade, da emergência de ações e de formas de organização. Essa identificação a partir das vivências é muito importante para que seja fortalecida a organização das/dos jovens para uma determinada ação, com a pretensão de que continuem no campo, não como uma imposição, mas como possibilidade de escolha (CASTRO, 2006).

Dentre os processos que afetam a juventude rural, estão dificuldades socioeconômicas por ela enfrentadas, os diferentes universos culturais a que essa juventude pertence e muito importante, a diminuição de fronteiras entre rural e urbano, sendo que este último será discutido mais a frente. Nestes processos, características como o ser, o sentir e o representar

são fundamentais para que a juventude seja compreendida de forma heterogênea, para que seja possível responder a questões de âmbito sociocultural, educacional e econômico, tanto em estudos acadêmicos quanto na formulação e reformulação de políticas públicas (SILVA, 2002).

Esses processos afetam, na verdade, a juventude em si, mas o propósito de enfatizá-los na juventude rural se deve às suas peculiaridades. O mundo do trabalho é visto mais precocemente pelo jovem e pela jovem rural, o primeiro muitas vezes com a continuidade do trabalho dos pais, de forma a se caracterizar como uma sucessão geracional do trabalho dos pais na agricultura, a segunda pelo trabalho doméstico e a expectativa dos pais de casamento, com a exclusão feminina da atividade agrícola. Com histórico da juventude rural com pouca ou nenhuma perspectiva de melhoria de vida no campo, em termos econômicos e de condições de trabalhos, essa perspectiva se torna assustadora, o que gera a busca de alternativas possíveis em seu universo que não uma situação de fragilidade econômica (CARNEIRO, 2007).

Salienta-se que devem ser discutidas outras possibilidades para a juventude rural, para que não permaneça a ideia de que estes estão sendo formados indivíduos para abastecer de alimentos a população das cidades, mas sujeitos do campo que possam fazer a escolha entre permanecer no campo ou ir para as cidades, com poder de escolha e oportunidades nessas realidades que se complementam e não devem, portanto, se anular. Assim como não se deve discutir a juventude rural como transformadora, que irá realizar uma revolução no meio rural. Para esses sujeitos, há condições histórico-sociais impostas, limites de possibilidades que devem ser considerados.

A importância de uma análise sobre as perspectivas para a juventude rural, apresentadas por ela, se dá neste trabalho especialmente por dois motivos. O primeiro é a presença de pesquisas acadêmicas que tomam a juventude rural por sujeito de relevante importância, é a categoria social ligada à hereditariedade no campo e à continuidade de tradições agrícolas passadas por suas famílias. O segundo motivo é a importância do trabalho coletivo como estratégia política de resistência de populações pauperizadas pela expropriação, negadas em sua identidade e em sua territorialidade. Para isso, a organização de grupos de jovens para a compreensão destes, como portadores de direitos, é de extrema importância. As decisões, se realizadas de forma coletiva, tem o poder de gerar autonomia para os sujeitos do campo e tem na juventude rural grande representatividade.

No histórico da juventude enquanto sujeito em assentamento de reforma agrária, foram se constituindo alguns conceitos importantes para sua afirmação. Iniciamos com a juventude enquanto participantes de novas ruralidades presentes no contexto agrário brasileiro. As jovens e os jovens, como categoria representante do universo rural em suas particularidades, tem sua identidade formada a partir de um entendimento desse rural:

Rural é tudo o que é pertencente ou relativo ao, ou próprio do campo; é o agrícola; é relativo à vida campestre. Ou ainda pode ser visto como a zona fora do perímetro urbano ou suburbano das grandes cidades, na qual geralmente predominam as atividades agrícolas, ou zona onde se situam pequenas cidades de vilegiatura que não as de praia (MEDEIROS, 2011, p. 59).

Para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e para diversos documentos publicados pelo poder público, o rural é compreendido como tudo aquilo que não é urbano. O campo tem a definição a partir da distância de grandes centros, da densidade populacional e do tipo de produção, sendo as mais citadas as produções agrícola e a pecuária. Inserida neste contexto está a ruralidade, como uma construção social resultante de ações de diferentes sujeitos, em espaços com construção social e cultural imbuídos de características herdadas e/ou adaptadas a partir de adaptações espaço-temporais, como algo que pertence ao rural (MEDEIROS, 2011).

As ruralidades existentes na agricultura familiar são diversas, mas esta representa, de forma homogeneizadora e assume-se ou não como sinônimo de campesinato, sendo ambos ainda, mas não na totalidade, representantes da resistência ao capitalismo. Candiotto (2011) afirma a importância do papel dos sujeitos envolvidos neste contexto. A caracterização da realidade rural, seja ela impressa nas ruralidades ou na agricultura familiar, depende de escalas de interpretação desde características comunitárias às instituições às quais pertencem, sejam elas regionais ou em escala federal, por exemplo.

As ruralidades, constituídas a partir de realidades múltiplas no campo na diversidade levam em conta as especificidades e representações do espaço rural, como o território, representado de forma material e imaterial, por se considerar as especificidades e as representações deste espaço rural nos aspectos físicos (território e seus símbolos), ao lugar onde se vive (territorialidades, identidades) e lugar de onde se vê e se vive o mundo. Em Medeiros (2011), compreende-se que a noção de rural, com exclusão da cultura, de conhecimentos e vivências de seus sujeitos, além de estar associada ao atraso, não cabe para as transformações sociais e políticas as quais deve passar enquanto realidade complexa.

Devem estar inseridos aí elementos que constituem as ruralidades necessárias para a valorização cultural e política, não para uma nova reinvenção do rural enquanto novas oportunidades econômicas.

Neste movimento que surge a partir da caracterização de novas ruralidades no campo, está uma característica organizativa da juventude rural que surge a partir de movimentos sociais, em uma busca de maior participação em sua realidade, com conseqüente modificação nos processos de decisão em suas comunidades. A abertura à mobilização de jovens em organização de luta pelos direitos do campo é um grande avanço na questão posta de respeito à diversidade (FERREIRA; ALVES, 2009). Os grupos jovens formados em diversos movimentos sociais e socioterritoriais como o MST, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, a Via Campesina, o Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB e a Comissão Pastoral da Terra – CPT, são formas de contestação a uma representação única por parte dos movimentos, e isso traz maior sentido à formulação de políticas que atendam à juventude. Nesta nova característica de movimentação, a organização das jovens rurais enquanto grupo que busca sua afirmação enquanto juventude e enquanto mulher, em uma perspectiva que nega uma exclusão histórica dentro de espaços onde sempre estiveram presentes exercendo trabalhos e reflexões invisibilizadas. A conquista de ações direcionadas a esta categoria, mesmo que ainda apresentem falhas, faz parte da caracterização de uma ruralidade em busca de direitos, com dizeres contrários à expropriação de direitos e valores.

2.2 Juventude e gênero: especificidades em questão

Ao afirmarmos a necessidade de outras possibilidades para a juventude rural, é imprescindível assegurar que deve haver atenção quanto às especificidades de gênero na juventude rural. As condições histórico-sociais impostas a essa categoria social foram se organizando enquanto um espelho das relações de gênero constituídas socialmente, tendo se estabelecido profunda desigualdade entre homens jovens e mulheres jovens do campo. Ao afirmar as desigualdades de gênero na juventude rural como relações que devem ser trabalhadas em seu significado, Lima *et al.* (2006) sugerem que a educação, assim como a presença da discussão de gênero nos movimentos sociais, são de grande importância para o equilíbrio dessas relações. Verifica-se que nos movimentos sociais já existe um trabalho que busca o compartilhamento de ações entre homens e mulheres.

Para as mulheres, desde a infância e com continuidade na juventude e vida adulta, o que ainda ocorre é a reprodução de relações de gênero, com papéis atribuídos de forma diferente para os jovens ou para as jovens, com a desvalorização do papel da mulher em diferentes contextos. Diversos estudos apontados por Brumer (2007) ilustram uma realidade de sucessão geracional que nega às jovens o direito de herança à terra dos pais agricultores, sendo que esta terra é destinada, como regra cultural, a um filho homem. Às jovens também é negado o aprendizado e a prática na agricultura, ficando sob sua responsabilidade o cuidado com a casa, perpetuando a relação de controle sobre a mulher e uma negação desta enquanto sujeito.

Como aponta pesquisa de Paulo (2011), o cuidado com a casa passa a fazer parte também das jovens que se casam e assumem um novo lar, mas ainda com um papel de auxiliares nas atividades, sejam elas atividades domésticas ou atividades na agricultura. Quando há melhores condições socioeconômicas em determinadas famílias, há possibilidades e até certo estímulo para que as jovens estudem, já que o trabalho na agricultura não tem apoio da família. Isso lhes traz mais perspectivas de trabalho no futuro que ocorrerá, na maioria das vezes, longe do ambiente rural, contribuindo com o fenômeno de masculinização juntamente com o envelhecimento que se observa no campo.

Dados do Censo demográfico 2010 apontam para a diferença entre homens e mulheres no campo. Nas áreas rurais vivem 14,32 milhões de mulheres e 15,51 milhões de homens. Essa diferença se dá em grande parte devido aos motivos expressos acima. Outro importante dado está também relacionado ao acesso à propriedade pelas mulheres do campo. Enquanto em 82% das casas a responsabilidade legal está com os homens, apenas 18% destas casas estão sob a responsabilidade das mulheres, influenciando o processo de escolha de beneficiários da terra com a herança, esta ficando, na maioria dos casos, com os homens (CASTRO *et al.*, 2013).

Quanto à sucessão, as relações de gênero devem ser trabalhadas em uma perspectiva de redefinição do papel da mulher na agricultura, a partir de um diálogo capaz de discorrer sobre os temas geração, parentesco, sociabilidade, inseridos em relações conflituosas de solidariedade, subordinação e autonomia (STROPASOLAS, 2007). As relações patriarcais estabelecidas em diversas famílias acabam por “afastar” as jovens do desejo em permanecer no campo. O controle exercido pela autoridade familiar, geralmente masculina, resulta em seu afastamento de espaços de socialização, não somente em festas, mas em ambientes de decisão

política, como movimentos sociais e grupos de jovens. Esse controle social, exercido sobre as mulheres desde a infância, se traduz na juventude como uma forma de impossibilitá-las de participar de espaços de decisão política que atendam aos seus interesses e quebrem a dominação de gênero (CASTRO *et al.*, 2009).

Quando são abertas possibilidades a essas jovens mulheres, a partir de perspectivas que se distinguem das possibilidades postas historicamente, de casamento, ou migração, há conseqüentemente transformação social e novos sonhos. Ao participar de uma prática social, seja em um movimento social ou alguma outra forma de organização coletiva, há a valorização de cultura, de fazeres e de um novo projeto de vida (JANATA, 2004). Essa constituição feminina como forma de contestação de valores, como forma de afirmação de identidade social, mesmo com conflitos e contradições, vem ocorrendo e se colocando como afirmativa social, cultural e política para as mulheres.

A importância da organização da juventude rural está se construindo historicamente com a participação e atuação política das jovens rurais, ainda que como um embate de gênero (CASTRO *et al.*, 2009). Mesmo com muito avanço a conquistar, as jovens rurais vêm ocupando certos espaços de decisão frente aos movimentos sociais, mesmo preservando as relações patriarcais nas famílias. Essas relações são conflituosas e acabam se resolvendo com a participação das jovens nos espaços de decisão e posterior reconhecimento de seu papel.

2.3 O campo e a cidade – territórios antagônicos ou complementares?

Quando os estudos sobre juventude rural relatam sua invisibilidade⁷ em diversos aspectos verifica-se, além da ignorância dada a essa categoria social para a elaboração de políticas públicas, representação política, discussão de direitos e oportunidades diferenciadas, também devido a essa invisibilidade, um sentimento de vergonha por parte de muitos jovens, como uma negação a uma realidade de exclusão social e a uma visão estereotipada de convivência social (PAULO, 2013). Para a autora:

O sentimento de vergonha é perpassado também por uma relação de poder, se constituindo como violência simbólica norteadora das relações sociais cotidianas, sendo assim, para quem sofre, um elemento de coerção e para quem expõe, como um elemento distintivo, uma forma de se auto-classificar ao desclassificar o outro (PAULO, 2013, p. 8).

⁷ Sobre a invisibilidade da juventude rural, estudos importantes são: (CARNEIRO, 1998; SILVA, 2002; STROPASOLAS, 2007; CASTRO *et.al.*, 2009).

Esse sentimento de vergonha ocorre juntamente ao desejo de se parecer o outro, o jovem da cidade, como forma de pertencimento àquele novo ambiente. A proximidade com os ambientes urbanos e seus diversos aspectos, como acesso à educação e ao lazer, melhores oportunidades de trabalho, formas de se vestir e de se comportar socialmente passam a ser objetivos em comum de alguns sujeitos representantes desta categoria social. Objetivos que, mesmo incorporados por jovens rurais, não negam totalmente o desejo também de manter laços com o ambiente rural.

A partir de estudos sobre uma possível idealização do que representa o rural e o urbano para jovens rurais, Carneiro (1998) ressalta a dificuldade encontrada por eles em se definir uma identidade que contemple seus desejos em se igualar a um ideal de vida urbano, mas que não percam as características de sua origem, a partir de uma identidade local. A autora cita entre os motivos para que os jovens desejem ir para a cidade o acesso ao trabalho, mas acima disso, a possibilidade de se construir um projeto de vida. O acesso ao lazer, à educação e à comunicação é incorporado em um ideal que surge a partir de uma perspectiva de não continuidade no campo e, muitas vezes, de não retorno ao seu lugar de origem, principalmente jovens que puderam ter uma formação profissional que não se adequa à realidade rural.

Historicamente, há o desejo de jovens em sair do campo, principalmente em não dar continuidade ao trabalho de seus pais na agricultura. Brumer (2007), ao citar a migração contínua de jovens que partem do campo para a cidade, aponta como motivo os atrativos da vida urbana. Além da cidade como potencial de crescimento, há a busca a partir do fator de expulsão do campo, como as dificuldades encontradas no meio rural, tanto as dificuldades econômicas quanto as dificuldades relacionadas diretamente ao trabalho necessário à atividade agrícola.

Carneiro (2007) aponta como atrativos não só bens materiais, mas também imateriais, em uma construção simbólica de oportunidades inexistentes no contexto rural. Trabalhos menos cansativos, acesso ao lazer e à educação como elementos que não sigam necessariamente a realidade do campo são uma busca constante para jovens rurais que partem para ambientes urbanos, não como negação ao rural, mas como complemento ao que lhes falta. Quando há o elemento de busca no urbano, mas não há a negação do rural, não há um padrão de vida da cidade sendo construído, mas sim uma busca de complemento para uma

realidade rural com mais direitos para o jovem, uma desconstrução de antagonismos entre o rural e o urbano:

Considerando, por outro lado, que o rural e o urbano não são universos opostos, mas que se complementam, estabelecendo entre si uma relação diática, não se pode pensar, todavia, que esses sejam homogêneos, sendo uma das facetas da sua heterogeneidade, mesmo nos pequenos municípios, a representação de que a sua sede, denominada oficialmente de cidade, é o lugar do “moderno”, do “saber”, enquanto o rural fica nessa relação, como o lugar da tradição, sendo esta, entendida como “atraso” (PAULO, 2013, p. 14).

O chamado “ideal rurbano” passa a fazer parte de uma conquista dos jovens. A necessidade de busca de uma conquista pessoal, alternada com o desejo de permanência junto à família, faz com que a jovem e o jovem busquem para sua satisfação elementos que abriguem em sua vida só o melhor, mas de duas realidades distintas. Este ideal, no entanto, envolve conflitos que não se generalizam para a categoria social, são pessoais, mas se identificam em sua busca. Os conflitos familiares são de grande importância na escolha entre essas duas realidades, além de possibilidades de trabalho almejadas. Mas só estes dois fatores não encerram a questão. Universos culturais distintos, influenciando projetos de vida, o desejo na construção pessoal, uma melhor situação financeira, são questões que se colocam de grande valor para a juventude rural, além de família e trabalho, para sua decisão entre estas duas realidades. (CARNEIRO, 1998).

Há uma constante busca no que há de melhor no campo e na cidade, mas esta escolha não surge apenas do desejo, vem de condições impostas a uma realidade ainda pouco visível:

É certo que essa combinação do “melhor dos dois mundos” não depende exclusivamente da vontade do jovem, ao contrário, depende, primordialmente, das condições materiais (acesso a bens e serviços) do lugar onde mora, como também da possibilidade de realizar uma renda própria, ter um emprego que, de preferência, possibilite também a realização de um projeto profissional (CARNEIRO, 2007, p. 60).

Quando há a negação de parte das características do rural, esta não se dá por completo porque não há uma oposição entre essas realidades, mas sim há uma relação de complementaridade. A juventude organizada, parecendo ciente disso, busca esse melhor, busca enfim, o que um complementa no outro. Mesmo quando há uma relação de superposição de valores do urbano sobre o rural, constituída culturalmente.

Além da dependência de condições que possam suprir materialmente as necessidades do jovem rural, relações imateriais ou simbólicas também se fazem presentes nesta realidade entre o rural e o urbano. Quando um jovem pretende, além de conhecer a cultura, ser parte

dela, ou pertencer a ela, há um encontro simbólico de dois universos. Essa aproximação, já ocorrida de forma material, passa a ocorrer de forma imaterial ou simbólica. Carneiro (1998, p. 10) sugere que “dessa relação ambígua com os dois mundos resultaria a elaboração de um novo sistema cultural e de novas identidades sociais que merecem ser objeto de investigações futuras”. A autora traz ainda a probabilidade de interferência na vida individual do jovem, com o surgimento de conflitos pessoais entre motivos, principalmente familiares, para permanecer no campo, ou assumir o outro universo, o urbano, a partir de ideais individuais.

O simbolismo que aparece na decisão de um jovem a ir para a cidade traz em si uma reelaboração de olhares sobre o rural e o urbano, em um processo de “reelaboração do sistema de valores do local”. Há uma construção identitária nesse processo, não como processo de unificação cultural, mas como afirmação da heterogeneidade presente na juventude rural, que vai rerepresentar seus valores em um novo ambiente, e, a partir daí, transformá-los (CARNEIRO, 1998).

A partir do caráter material e simbólico atribuído às diversas identidades da juventude, em especial ao que será analisado no presente trabalho, e estas identidades envolvendo como aspecto material decisões entre o rural e o urbano, e entre o rural e suas transformações, coloca-se como de extrema importância um breve estudo sobre território, apresentado também em sua materialidade e em sua imaterialidade, para melhor compreensão da juventude rural enquanto categoria social que envolve em si relações de poder, tratadas aqui como relações que caracterizam certa territorialidade.

2.4 Territórios de significados: jovens rurais como sujeitos

...o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural (HAESBAERT, 2006, p. 79).

Partindo desta concepção, em que o território é constituído em uma “relação entre sociedade e natureza, entre política, economia e cultura, e entre materialidade e idealidade”, a juventude poder entrar no discurso a partir de uma construção que envolve não só uma continuidade em um espaço rural e suas características, mas em relações de poder que envolvem a exigência de construção de políticas e ações para suas necessidades enquanto

categoria social constituída no território, e enquanto identidade imbuída de imaterialidades e simbolismos.

Essa construção de poder se dá a partir da integração de dimensões políticas, sociais e culturais como características territorializantes. O território está inserido em uma significação de coesão e identidade, ordenamento político e apropriação. Está inscrito em uma noção de espaço organizada tanto de forma objetiva quanto subjetiva. Essas formas objetivas ou materiais e subjetivas ou imateriais determinam diferentes territorialidades. Dessa forma, as chamadas territorialidades possuem uma concepção a partir de características do território e territorialização e, além disso, como resultado e condicionantes destes (SAQUET, 2010).

Para maior compreensão das territorialidades que envolvem a juventude rural em sua múltipla formação, apresentamos breve histórico sobre diferentes abordagens do território, chegando ao papel ativo para essa categoria social. O território, sendo uma construção e uma apropriação social, de acordo com Saquet (2007), faz parte de relações que envolvem poder, que se dá em múltiplos campos, como econômico, político, cultural, onde o homem está presente como ator na construção da territorialidade.

Na Geografia Tradicional, entendida no período entre 1870 e 1950, há como privilégio de conceitos a paisagem e a região, aplicados a uma visão positivista. O território aí é naturalizado e não assume, junto com o espaço, papel central na conceitualização geográfica. Na concepção gerada no início do século XIX, o território aparece como “apropriação coletiva do espaço por um grupo” (CLAVAL, 1999, p.8). O território é visto em sentido físico e material, envolvendo a busca por recursos, além da presença de uma ligação emocional, a partir de culturas, do homem com o espaço. Ele é inserido na geografia política e passa a fazer parte da estruturação de um Estado, envolvendo os temas estratégicos de segurança e de fronteiras (CLAVAL, 1999).

De acordo com Claval (1999), somente após a década de 1950 alguns autores como Jean Gottmann e Robert Sack analisam o território com uma conceituação político-administrativa para além do Estado, não tido apenas como elemento estratégico, e o colocam como ligado ao mundo das ideias, exercendo controle e conquistando a soberania, sendo que essa concepção já havia sido teorizada anteriormente por Jean Bodin, no século XVI. A partir do materialismo histórico e dialético, entre 1960-1970, o território passou por uma revisão e

os estudos referentes ao seu conceito, assim como à territorialidade foram intensificados, com utilização da interpretação desta conceitualização por filósofos e cientistas sociais.

É nesse período que há uma redescoberta desses conceitos, mas diferentes abordagens do conceito de território e identidade são sistematizadas nas décadas subsequentes. Ora o território é naturalizado, ora assume dimensão política, ora é ator em estratégias de dominação, sejam elas sociais, políticas, econômicas, de certa área ou de ideais, sempre havendo em sua conceitualização relações de poder. A partir da efervescência de discussões a respeito de território e territorialidade, autores passam a dar a esses termos uma concepção de unidade, de interação política, econômica, social, cultural, todas em complemento e caracterizando o espaço em sua diversidade e multiplicidade (SAQUET, 2007).

A determinação histórica do processo de territorialização está na relação constante das dimensões sociais que envolvem sua formação. Dimensões que são peculiares a cada lugar, que envolvem relações identitárias, de fixação de grupos em determinadas áreas para fins políticos, econômicos, culturais, onde formas de vivência são estabelecidas, compartilhadas, transformadas, que não cessam, pois, nesse processo, símbolos ou imaterialidades são criados. Quando há uma modificação ou perda de território, há ao mesmo tempo uma reterritorialização, pois o caráter simbólico do território não se perde, apenas se apresenta com forma diferente, mas com a mesma apropriação simbólica. A territorialização ocorre com a interação sociedade-natureza e envolve diversas expectativas referentes à apropriação e pertencimento, onde identidades são estabelecidas:

As diferentes dimensões são e estão relacionadas e, por isso, condicionam-se; são indissociáveis e o reconhecimento dessa combinação se faz necessário para tentarmos superar os limites impostos por cada concepção feita isoladamente, o que remete a dicotomização na abordagem geográfica. O processo de territorialização é um movimento historicamente determinado; é um dos produtos socioespaciais do movimento e das contradições sociais, sob as forças econômicas, políticas e culturais, que determinam as diferentes territorialidades, no tempo e no espaço, as próprias des-territorialidades e as re-territorialidades. Estes processos (des-re-territorialização) são concomitantes, nos quais, a natureza exterior ao homem é um dos componentes importantes (SAQUET, 2007, p. 69).

As relações de poder que compreendem a apropriação do território podem gerar desterritorializações, em um processo de perda da apropriação do espaço, onde há instabilidade e segregação, com a precarização de grupos de indivíduos, que são impossibilitados de apropriarem-se do território material. Nesse processo está impressa a

multidimensionalidade do território, caracterizando as territorialidades formadas, na relação entre os indivíduos, de forma recíproca e única. Saquet (2011) sinaliza um triplo sentido para a territorialidade, como as relações sociais efetivadas, a apropriação e demarcação de certo espaço e o caráter de militância política para a transformação da sociedade, por meio de temporalidades e arranjos espaciais. Antes, propõe a seguinte definição:

A territorialidade é um fenômeno social, que envolve indivíduos que fazem parte de grupos interagidos entre si, mediados pelo território; mediações que mudam no tempo e no espaço. Ao mesmo tempo, a territorialidade não depende somente do sistema territorial local, mas também de relações intersubjetivas; existem redes locais de sujeitos que interligam o local com outros lugares do mundo e estão em relação com a natureza. O agir social é local, territorial, e significa territorialidade (SAQUET 2010, p. 115).

Saquet, a partir de pensadores como Gilles Deleuze e Félix Guattari, além de profunda influência de Giuseppe Dematteis, apresenta uma reflexão acerca de processos que levam à reterritorialização e à caracterização de novas territorialidades, sendo necessário para isso, um processo de desterritorialização. Guattari (1995) elabora um sentido filosófico do processo construtivo da desterritorialização, que deve ocorrer de forma a permitir uma expressão subjetiva do território que, de forma consistente, possa apresentar uma nova constituição territorial, ou uma reterritorialização. O autor, referindo-se ao poder de desterritorialização capitalista, afirma que, se este é realizado com a capacidade de singularização, é capaz de se apresentar sob a forma de uma reterritorialização.

Quando são apresentados processos de reterritorialização, na verdade pode-se apresentar o resgate de identidade, apresentado por Guattari como um processo de ressingularização. Para a juventude rural, com histórico de participação em movimentos sociais, a materialidade se dá no direito a permanecer na terra de sua família, com instrumentos e políticas que garantam que fiquem, e a imaterialidade se dá por sua cultura identitária reafirmada. Com o território sendo constituído de forma material e imaterial, ele mostra a presença constante da atuação humana em sua composição.

A juventude, embora esmagada nas relações econômicas dominantes que lhe conferem um lugar cada vez mais precário, e mentalmente manipulada pela produção de subjetividade coletiva da mídia, nem por isso deixa de desenvolver suas próprias distâncias de singularização com relação à subjetividade normalizada (GUATTARI, 1995, p. 14).

Santos (2006, p. 96), em uma clara definição de território, e que bem se aplica aos sujeitos envolvidos na pesquisa, afirma que:

O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida sobre os quais ele influi. Quando se fala em território, deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população.

Quanto à utilização do território, há um movimento constante inerente à constituição do território em que não há repouso, há novas territorialidades e novas culturas, o que influencia na mudança do homem. Assim ocorre no movimento que gera a territorialização, a partir de processo de desterritorialização que mais tarde dará lugar ao novo, como forma de recuperação ou resgate do que já parecia perdido. O movimento não cessa no tempo ou no espaço, mas está sempre em movimento (SANTOS, 1997).

Haesbaert (2006), ao afirmar como se dá a interação do poder para a territorialização, que ocorre a partir de múltiplas dimensões, desde a mais política até a mais simbólica, pode se constituir com diferentes características. Estas se formam com maior representação material por meio de apropriação do espaço e sua ordenação, ou a partir de outras formas com maior representação cultural ou simbólica, por meio de identidades territoriais ou ambas:

Territorializar-se, desta forma, significa criar mediações espaciais que nos proporcionem efetivo “poder” sobre nossa reprodução enquanto grupos sociais (para alguns também enquanto indivíduos), poder este que é sempre multiescalar e multidimensional, material e imaterial, de “dominação” e “apropriação” ao mesmo tempo [...] Para uns, o território é construído muito mais no sentido de área-abrigo e fonte de recursos, a nível predominantemente local; para outros, ele interessa enquanto articulador de conexões ou redes de caráter global (HAESBAERT, 2006, p. 97).

Quando fazemos uma reflexão a partir do poder envolvendo o território, seja ele compreendido a nível local ou global, nos deparamos também com a reflexão sobre o desenvolvimento envolvendo o território. A importância que há no discurso acerca do desenvolvimento está além de ações e políticas que envolvam o progresso e suas melhorias em qualidade de vida, está nas minuciosas relações de poder. O território, especialmente o território rural exposto enquanto possibilidade de sucesso, apresenta-se a partir de composição histórico-política envolta em um discurso de desenvolvimento que traz em si ausência de conflitos, tecnologias avançadas com alto nível de investimento financeiro. Tudo isso com a geração de um grande vazio identitário, compondo um verde estéril que surge durante processos de desterritorialização de populações e suas culturas, identidades e conhecimentos tradicionais.

Quando Gómez (2007) faz a des(construção) do desenvolvimento, a partir de uma perspectiva geográfica, explicita suas ingronquências e necessidade de superação do que nele foi historicamente construído. O discurso histórico que parte do desenvolvimento, traz elementos econômicos, sociais, políticos, institucionais, entre outros, que se relacionam institucionalmente como referência, e busca se estabelecer como verdade. Os argumentos utilizados como crítica ao desenvolvimento é que este, enquanto continua com sua inserção em planejamentos, financiado e executado em seus planos, traz uma verdade de aumento de miséria, desigualdade, desastres e opressões diversas. Inserida neste elemento gerador de discussão está a crítica ao desenvolvimento territorial rural:

O território do desenvolvimento territorial rural, na verdade, é uma categoria aplainada, reduzida a instrumento técnico de planejamento. A multiplicidade de sentidos que o território comporta e que o converte numa categoria analítica rica e complexa, uma categoria imprescindível para tentar compreender a natureza conflituosa da sociedade capitalista, é problemática para a elaboração e implementação de políticas públicas. O capital se reproduz com e sem conflito, contudo a planificação para o desenvolvimento leva embutida a consolidação de certa ordem social, o qual requer certa estabilidade. Para traçar uma política de desenvolvimento, seria necessário (ou pelo menos desejável) esterilizar os conflitos que possam questionar a legitimidade e a absurda lógica capitalista. O território do desenvolvimento territorial está cortado à medida das necessidades de controle social e reprodução capitalista (GOMEZ, 2007, p. 51).

Esta crítica ao desenvolvimento territorial pode estar refletida na construção de políticas públicas isoladas e ações pontuais para a juventude rural, enquanto categoria de análise inserida no território. Como agente limitador da compreensão social, o desenvolvimento imposto a esta ou a outras categorias sociais encontradas no território rural, parece não ser capaz de atender à complexa realidade agrária. O desenvolvimento e seus desdobramentos discursivos devem ser debatidos, a partir da reflexão sobre sua histórica ineficiência. Pires (2007), em uma de discussão sobre a relevância territorial no discurso do desenvolvimento, apresenta uma perspectiva de reterritorialização da produção que parece homogeneizadora, como uma “readaptação à internacionalização da produção e das trocas”, no entanto já fazendo parte de um histórico de globalização econômica e que conta com espaços homogêneos e fragmentados em suas identidades.

Apresentamos esta caracterização como forma de melhor representar a constituição da categoria social analisada. Não se trata aqui de expor uma argumentação sobre maior influência de um território coberto de objetividade ou um território meramente simbólico. Ou ainda de iniciar um discurso infindo acerca do desenvolvimento. Como os sujeitos da

pesquisa fazem parte de uma realidade de luta pela terra, que traz em si forte simbolismo em sua identidade, a concepção de território tratada aqui envolve o material e o simbólico, com a impossibilidade de uma análise fragmentada, a partir do histórico de expropriação seguida de apropriação por meio de movimentos socioterritoriais, trazendo como caráter simbólico múltiplas identidades e caracterizando múltiplas territorialidades.

A territorialidade possui em sua constituição uma multidimensionalidade caracterizada por relações sociais, por apropriação ou demarcação de determinados espaços, ou por organização a partir de militância a partir de um ideal de justiça social. Essa constituição do território ou esse movimento de territorialidade são efetivados a partir de interação que se coloca de forma plural, a partir de relações entre indivíduos. Na abordagem agrária é necessária a caracterização do sujeito, neste caso a juventude rural do assentamento Silvio Rodrigues. Para Saquet (2007; 2010), além de uma concepção acerca de território, é importante assinalar como se dá a apropriação tanto material quanto simbólica do espaço, técnicas, objetivos individuais e coletivos, além de fatores que caracterizam identidades, relações de poder e trabalho, formação política e histórico, formação e constituição de associações de produtores ou formas coletivas de organização entre os sujeitos.

Assim, associar ao controle físico ou à dominação “objetiva” do espaço uma apropriação simbólica, mais subjetiva, implica discutir o território enquanto espaço simultaneamente dominado e apropriado, ou seja, sobre o qual se constrói não apenas um controle físico, mas também laços de identidade social. Simplificadamente podemos dizer que, enquanto a dominação do espaço por um grupo ou classe traz como consequência um fortalecimento das desigualdades sociais, a apropriação e construção de identidades territoriais resulta num fortalecimento das diferenças entre os grupos, o que, por sua vez, pode desencadear tanto uma segregação maior quanto um diálogo mais fecundo e enriquecedor (HAESBAERT, 2009, p. 121).

Esta juventude, que contém em si uma identidade própria, a partir de diversos fatores materiais ou imateriais, faz parte de uma estatística de migração para as cidades a partir de processos de desterritorialização, da destituição de direitos enquanto indivíduo e enquanto categoria inserida nas relações sociais e do território. Como forma de reconhecimento desta categoria, as políticas públicas podem funcionar como uma afirmação da juventude enquanto sujeitos, a inversão de um processo de desterritorialização e a apropriação como garantia de autonomia. Essas políticas devem ocorrer não para dependência financeira, por meio de financiamentos mal formulados ou a partir de tutela sobre determinadas ações, mas com a finalidade de “superar as desigualdades sociais políticas, econômicas e culturais produzidas

pelo modelo de desenvolvimento rural brasileiro, baseado no latifúndio, no agronegócio e na concentração de bens naturais comuns” (GALINDO, 2014, p. 127).

Quando inserimos uma abordagem territorial na categoria de estudo juventude rural, buscamos identificar como se dão as relações de poder nesse território a partir de sua multidimensionalidade, em busca de uma territorialidade a partir de igualdade de direitos, a partir do conhecimento de organizações coletivas que desejam um trabalho de ressignificação do território que gere autonomia, a partir da apropriação. Nesta abordagem, a promoção de políticas públicas que permitam à juventude rural, em suas especificidades, o acesso integral ao que ainda lhes falta pode contribuir de forma significativa com a autonomia da juventude rural, tanto de forma material quanto simbólica.

2.5 Diversidade e políticas públicas

Ao serem estabelecidas políticas públicas voltadas diretamente à juventude rural, ou a ela integradas, é importante estarmos atentos ao caráter multidimensional que a categoria apresenta, a partir de características étnicas, de gênero, religiosas, territoriais e de orientação afetivo-sexual. Assim como já há forte discussão a respeito destas múltiplas características, há também uma tendência que torna muitas das políticas homogêneas, altamente burocratizadas e apresentando insuficiências quanto às condições dos sujeitos de participarem de ações propostas. É importante que seja dada atenção à diversidade, aos debates em torno da juventude rural, de forma que esta seja atendida como categoria enquanto estratégia, mas diversidade enquanto identidade, como um desafio (GALINDO, 2014).

Para Stropasolas (2014) o desafio está na capacidade institucional de elaboração de políticas públicas a partir de reivindicações da juventude rural, que possam levar a ações que abranjam aspectos comuns à juventude rural. Devem ser distinguidas as particularidades comuns desta categoria social, garantindo, ao mesmo tempo, na sua concepção, os instrumentos que contemplem as particularidades, o reconhecimento e a valorização das diferenças a partir de uma desconstrução da noção de rural. Segue-se, assim, um caminho que contraria as concepções surgidas a partir da lógica do agronegócio, gerada através do lucro de grandes empresas e da degradação socioambiental, concentração de renda, recursos e propriedade da terra nos chamados territórios rurais. As consequências vindas com essa lógica

são a exclusão de agricultores familiares, camponeses e populações tradicionais, fragmentando suas identidades e privando-os de territórios ricos em significados. Nestes grupos estão jovens que, a partir de suas particularidades, são caracterizados como jovens rurais e que buscam representar e ser representados enquanto categoria para a elaboração de políticas públicas que os atendam em suas características em comum mas, sobretudo, em sua diversidade.

Para Hespanhol (2007), é importante que as políticas públicas sejam capazes de garantir não só às populações da cidade, mas às populações do campo, a plena cidadania à qual tem direito. O acesso à educação, saúde, habitação, saneamento, transporte, entre outros serviços públicos, deve ser garantido pelo poder público, seja a partir da disponibilidade destes serviços no campo, seja facilitando o acesso a tais serviços na cidade mais próxima. Estas políticas devem ser implementadas de forma integrada e a partir das características regionais da população. Necessidades como assistência técnica de qualidade, inserção de produtos no mercado, a partir de pequena escala, a capacitação gerencial e técnica de agricultores, estímulo à agregação de valor, além de apoio aos pequenos produtores para a organização associativa são expostas como essenciais para a melhoria da qualidade de vida das populações do campo.

Em outra perspectiva, a partir de uma definição com base no campesinato e na negação da agricultura com fins prioritariamente mercadológicos, Bartra (2007, p. 93) afirma que a produção camponesa deve estar “comprometida con la equidad social y el medio ambiente”. O autor fala de uma modernidade diferente, com valores sociais e ambientais superiores aos que são estabelecidos pelo mercado e pela perspectiva de lucro. Como pressuposto desta outra modernidade estariam valores sociais, culturais e ambientais, indicando que em processo produtivos já estão sendo incluídos estes valores, ainda como “externalidades”, não ainda como princípios. Como cenário atual estão agricultores ainda marginalizados tanto pela economia, como pela história e pela tecnologia, que servem a interesses específicos de mercado.

Inseridos nesta discussão estão os jovens como sujeitos, e isso é importante destacar, já que ao elaborar políticas públicas, os gestores devem estar atentos à diversidade presente na categoria, e como esta diversidade é representada, com a necessidade de investigação da estrutura que acaba por reunir modos de viver da cidade aos do campo (CARNEIRO, 2007). Com o reconhecimento desta nova estrutura social no campo, deve-se ter atenção às

demandas múltiplas para a juventude rural, com a elaboração e execução de políticas públicas, para uma modificação real e integral da realidade de expropriação vivida por estes sujeitos.

A Secretaria Nacional da Juventude (SNJ) afirma a criação de uma pasta de Juventude Rural, surgida com o propósito de promover ações para a juventude do campo, para a conquista de autonomia e emancipação destes sujeitos. Para isso, a SNJ coordena um Grupo de Trabalho Interministerial, com participação de sete ministérios e com o objetivo de apresentar uma Política Nacional para a Juventude Rural. Dentre as possibilidades de ação estão integração de políticas já existentes, aliada a outras ações para o fortalecimento da juventude rural, seguindo requisitos dispostos por estes sujeitos relacionados à agroecologia e sustentabilidade (Portal Da Juventude⁸).

A juventude rural enquanto categoria é citada como beneficiária de diversas políticas de acesso à terra, créditos e programas de educação e formação profissional. No entanto, ações mais direcionadas são recentes. A Política Nacional de Reforma Agrária ou PNRA, inclui em seu texto como beneficiária a juventude rural, tanto a partir do Programa de Acesso à Terra por reforma Agrária como a partir do Programa Nacional de Crédito Fundiário. Ambos os programas de aquisição de terra foram formulados inicialmente para um atendimento não diferenciado aos sujeitos requerentes da reforma agrária. No entanto, a partir de 2013, tanto a distribuição de terra como a compra por meio de crédito apresentaram modificações a partir do destaque dos programas também para a juventude (CASTRO *et al.*, 2013).

Outros programas criados inicialmente de forma geral para agricultores familiares, posteriormente estabelecidos para diferentes categorias, passaram a inserir a juventude rural como beneficiária. Em meados de 2014 foi lançado o Programa de Fortalecimento da Autonomia Econômica e Social da Juventude Rural (PAJUR), a partir de ações conjuntas com outras instituições. O PAJUR possui em seu discurso a formação agroecológica e cidadã, com estímulo à troca de experiências, ampliação do acesso às políticas públicas e o desenvolvimento de tecnologias sociais (Portal da Juventude). Estas ações têm como finalidade servir de arcabouço à elaboração de uma política nacional voltadas à categoria, já que somente a Política Nacional de Juventude parece não atender às especificidades inerentes à realidade do campo.

⁸ O Portal da Juventude traz informações sobre e para a juventude, discussões sobre avanços políticos, chamadas de projetos, eventos e notícias sobre a categoria. Disponível em <http://juventude.gov.br/>

São listados como ações da SNJ, iniciadas em 2011 e que passaram a fazer parte do PAJUR, A Inclusão Digital para os Jovens Rurais, o edital de Articulação de Grupos de Economia Solidária, o Curso de Formação Agroecológica e Cidadã com Geração de Renda, que integra as ações do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), o Programa Estação Juventude Itinerante Rural e o Curso de Capacitação de Jovem em Agricultura Sustentável, Gestão e Inovação Tecnológica.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, com a linha PRONAF Jovens estabeleceu critérios específicos para acesso ao crédito. A política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER teve sua primeira ação voltada diretamente à juventude em 2012. Outras ações que, de acordo com o Governo Federal, buscam abarcar diferentes necessidades do agricultor familiar e, além disso, inserir a juventude rural no processo são o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO) lançado como Plano Brasil Ecológico e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). A inserção dos e das jovens nestas diferentes ações são formas de garantia de continuidade no campo a partir da criação de oportunidades, por meio de ações que visam a soberania alimentar com base em uma alimentação saudável. (MENEZES; STROPASOLAS; BARCELLOS, 2014).

As políticas citadas são recentes, muitas ainda se adaptando à realidade diversa da juventude rural. Como fator de impedimento a ações que atendam à complexidade da juventude rural enquanto categoria está a não existência de uma política pública voltada diretamente ao atendimento à juventude rural. A juventude rural já possui uma enorme diversidade identitária, encontrada em territórios. Dificulta a elaboração de ações que atendam em um só documento a juventude rural e a juventude urbana, esta caracterizada por outras identidades e territorialidades. Uma política pública nacional, que atenda às peculiaridades da juventude rural, tanto em suas particularidades como em sua diversidade, mostra-se como um grande avanço em efetivas ações para atendimento aos seus direitos.

3. RECORTE ESPACIAL ANALISADO – ASSENTAMENTO SILVIO RODRIGUES

Para compor o contexto analisado, é importante que se compreenda onde o Assentamento Silvio Rodrigues está inserido. Para isso, iniciamos a caracterização do lugar a partir da Chapada dos Veadeiros, seguido pela caracterização do município de Alto Paraíso de Goiás. A Chapada dos Veadeiros, com sua área de 21.475,60 km² é considerada um dos Territórios da Cidadania⁹. Nela estão oito municípios goianos: São João d'Aliança, Alto Paraíso de Goiás, Campos Belos, Cavalcante, Colinas do Sul, Monte Alegre de Goiás, Nova Roma e Teresina de Goiás. Sua população¹⁰ é de 62.684 habitantes. Nesse território 20.544 pessoas vivem na área rural, em uma porcentagem de 32,77% da população total. Dessa população rural, 3.347 são agricultores familiares e há 1.412 famílias assentadas. A chapada está na região Nordeste de Goiás, considerada a região mais pobre do Estado, com 9.623 pessoas em situação de Extrema Pobreza. Conta como atividade de maior geração de riquezas o turismo, além de estarem ali várias Unidades de Conservação e estar presente a Reserva da Biosfera de Goiaz¹¹.

Como importante característica da Chapada dos Veadeiros está a existência de grandes áreas preservadas, voltadas à proteção e conservação da biodiversidade local, o que compõe interessante oportunidade de projetos voltados à gestão territorial, com estratégias de conservação e diminuição dos impactos antrópicos ali causados. Coloca-se como fator de grande importância o envolvimento da comunidade local nos processos de sensibilização e mobilização para a preservação da biodiversidade, além de fortalecer a cultura local. Outro elemento de grande importância é a priorização de modelos de desenvolvimento com base na conservação da natureza, não na geração de *commodities* (LIMA E FRANCO, 2013).

⁹ “O Territórios da Cidadania tem como objetivos promover o desenvolvimento econômicos e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. O Território é formado por um conjunto de municípios com mesma característica econômica e ambiental, identidade e coesão social, cultural e geográfica.”(Cartilha Territórios da Cidadania, 2009). Disponível em file:///C:/Users/Casa/Downloads/pageflip-1868126-576-It_Territrios_da_Cidadan-1714088.pdf

¹⁰ Todos os dados numéricos referentes ao parágrafo exposto foram obtidos do Sistema de Informações Territoriais/ Sistema de Desenvolvimento Territorial, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), IBGE (2010) e INCRA (2010).

Disponível em <http://sit.mda.gov.br/download.php?ac=obterDadosBas&m=5205307>

¹¹ As reservas da biosfera, criadas como instrumentos de conservação de determinadas áreas, tem como finalidade o uso sustentável de recursos naturais, por meio da relação entre as populações e o meio ambiente, com a promoção de conhecimento, práticas e valores humanos, sendo a Chapada dos Veadeiros inserida na Reserva da Biofera Goiás pela Organização da Nações Unidas - ONU.

O Mapa 1 apresenta a localização da Chapada dos Veadeiros, com destaque para sua inserção em Goiás e proximidade com o Distrito Federal.

Mapa 1: Localização da Chapada dos Veadeiros



Alto Paraíso de Goiás, município onde ocorreu a pesquisa, está localizado na GO-118. Foi assim denominada em 1963, dez anos após ser desmembrado do município de Cavalcante. Conta com um número populacional estimado em 2014 de 7.328 habitantes em uma área de 2.593,905 Km².

Encontra-se no município, já no distrito de São Jorge, o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, criado por meio do Decreto Federal n 49.875 de 11 de janeiro de 1961, com uma área de 65.514 ha, sendo de grande importância para a manutenção da vida de espécies de fauna e flora do Cerrado, muitos em ameaça de extinção, além dessa área ser de grande importância ambiental. Outro elemento de grande importância ambiental é o fato de o município fazer parte desde 2001 da Área de Proteção Ambiental – APA de Pouso Alto, criada por meio do decreto do Estado de Goiás n.5.419 de 01 de maio de 2001.

Seu visual é marcado por elementos naturais como cachoeiras, morro de chapadas, vales, além de fauna e flora representativas e bastante diversificadas do bioma cerrado. Estão instalados no município cerca de 40 centros místicos, filosóficos e religiosos, o que, junto às buscas pelas características naturais, confere a Alto Paraíso uma grande movimentação de pessoas de todo o mundo em busca de elementos não materiais, o que garante grande visibilidade turística.

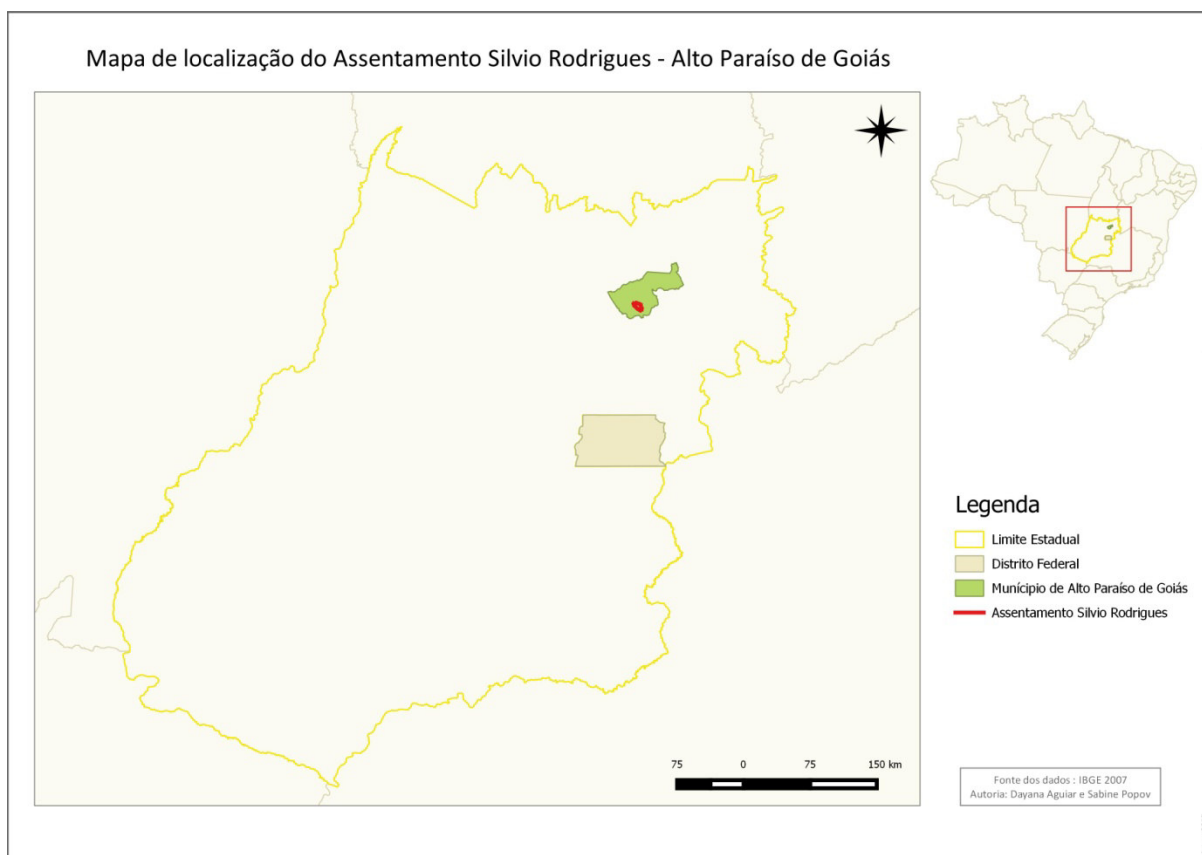
O município tem como principal atividade econômica o ecoturismo, além da pecuária extensiva e exploração agrícola principalmente de soja, milho e feijão. O município tem como característica produtiva a grande concentração de terras, com as pequenas propriedades sendo minoria em área e produção no município. Ações de reforma agrária são incipientes na região, com a prevalência de grandes propriedades para exploração de elementos de valor econômico, invisibilizando ações presentes em pequenas comunidades.

O assentamento Silvio Rodrigues, criado pelo INCRA em 15 de fevereiro de 2004, por meio da Portaria INCRA/SR-28/T/N.104/04 e objeto do presente estudo, tem o acesso localizado na Rodovia GO 118 – KM 148 – Fazenda Paraíso, entre as cidades de Alto Paraíso de Goiás e São João d’Aliança, a uma distância de cerca de 30 km de cada uma. Vivem no assentamento 120 famílias ou 398 pessoas em parcelas com áreas que variam de 20 a 30 hectares, em uma área total de 4.061,742 ha. Deste total, 73¹² são jovens entre 15 e 29 anos. A divisão de atividades se dá a partir de 10 núcleos de base¹³, cada um com um coordenador. Além dos núcleos familiares, há ainda a divisão em núcleos de educação, saúde, segurança, cultura e meio ambiente, para ajudar e encaminhar debates a partir de temas discutidos em assembleias. O Mapa 2 apresenta a localização do Assentamento Silvio Rodrigues, inserido no município de Alto Paraíso de Goiás.

¹² Contagem realizada durante entrevistas às famílias, por membros do projeto Caravana da Luz, entre 2013 e 2014.

¹³ Os núcleos de base se constituíram no MST como forma de organização coletiva, a partir da divisão das famílias em grupos com identidades entre si, com fim de facilitar decisões coletivas sobre diferentes temas. Esses núcleos, de acordo com o Movimento, devem ser compostos por cerca de 10 famílias, cada um com um coordenador ou uma coordenadora responsável em tornar coletivas discussões sobre política, educação, cultura, comunicação, saúde, gênero, meio ambiente, produção e cooperação (VALADÃO, 2005).

Mapa 2: Localização do Assentamento Silvio Rodrigues



Por meio de organização do MST, foi realizada a ocupação da Fazenda Paraíso, que ainda na década de 1950 havia sido incorporada ao patrimônio da União para servir de campo experimental de sementes de trigo adaptadas, com experimentos realizados pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Em 1970 esses campos foram desativados e a área cedida para a entidade denominada Cidade da Fraternidade, de caráter filantrópico e religioso, a partir da religião espírita, para o cuidado de crianças abandonadas, com abrigo e educação. Em 2003 a Fazenda Paraíso foi cedida ao INCRA com o fim de assentamento das famílias acampadas.

Houve alguns conflitos com representantes da Cidade da Fraternidade - CIFRATER, já que o termo de cessão de uso que permitia a permanência de moradores na área havia vencido e não fora renovado. A partir de medidas judiciais chegou-se à decisão de que as famílias seriam assentadas na área e a CIFRATER ali permaneceria, como parte da área do assentamento. No entanto, não há conhecimento de decisão judicial que declare que essa decisão foi de comum acordo entre as famílias e a CIFRATER. A escola existente na Cidade da Fraternidade passou a aceitar matrículas das crianças do assentamento a partir de parceria com o município de Alto Paraíso de Goiás.

Quanto à organização coletiva dos agricultores, existem duas associações de produtores, sendo que a que abriga o maior número de famílias e à qual tivemos contato é a Associação dos Produtores do Assentamento Silvio Rodrigues – APSR, fundada em treze de fevereiro de 2009. O diretor presidente, Marconey Correia da Silva, está inserido na categoria pesquisada, é um jovem de 21 anos, morador do assentamento há sete anos e líder do grupo de jovens participantes da pesquisa. Há cerca de dois anos lidera a APSR, mas acompanha os trabalhos dos associados desde sua fundação e tem planos de, a partir do trabalho coletivo, fazer com que o assentamento seja caracterizado como um núcleo produtivo no município. A associação tem hoje 80 membros formalmente associados e tem como fim estruturar e organizar a produção e beneficiamento de alimentos produzidos pelas famílias. A associação afirma que um grande desafio é o trabalho e a organização coletiva entre famílias vindas de lugares com diferentes culturas, como Mato Grosso (MT), Minas Gerais (MG), Bahia (BA) e São Paulo (SP).

Sobre a produção, as principais atividades que geram renda para as famílias são a horticultura e a bovinocultura leiteira. Em menor escala, utilizados principalmente para subsistência, há plantios de arroz, feijão, mandioca e milho. Também possuem algumas variedades de frutas e coletam frutos do cerrado para a fabricação de geleias, quando não para alimentação própria.

Como trabalho produtivo está em curso o projeto denominado Projeto Lavoura Comunitária, com trabalhos junto aos agricultores, financiado pela Secretaria de Agricultura de Goiás (SEAGRO – GO), via prefeitura municipal de Alto Paraíso, trabalho no qual já foram plantados coletivamente 25 hectares de arroz de sequeiro, com 50 participantes, por meio da APSR.

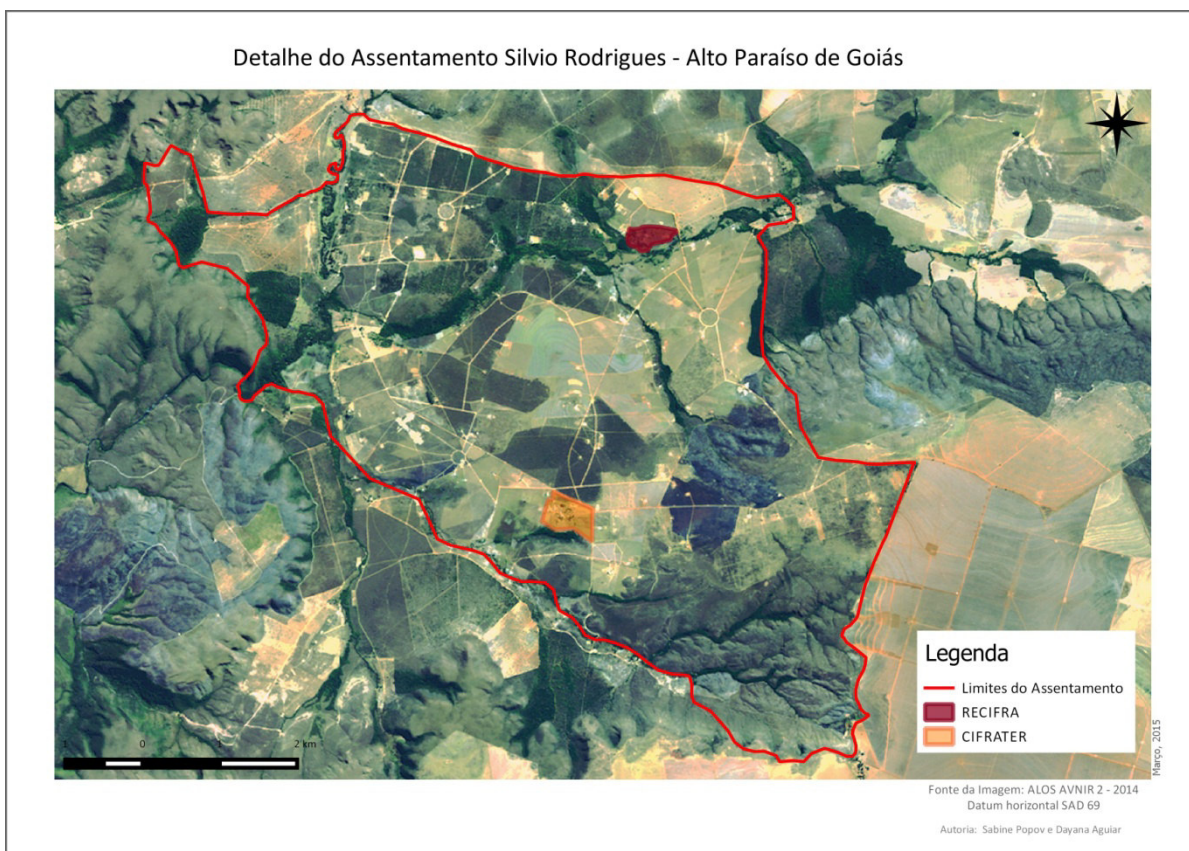
Também com meio da APSR as famílias do assentamento contam com a parceria da Cooperativa Frutos do Paraíso para comercialização, principalmente por meio do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, com 29 membros participantes, e do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, realizando entrega de hortaliças, frutas, pães e doces em escolas e instituições públicas de Alto Paraíso. Outras instituições atuantes no assentamento que auxiliam no processo produtivo com prestação de serviços em assistência técnica e extensão rural são a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Goiás - EMATER-GO e o Instituto Alvorada de Agroecologia de Sobradinho – IASO.

Além do caráter de estruturação da produção, a APSR realiza parcerias com fins de capacitação dos agricultores, em diferentes cultivos, produção de leite e seus derivados, além de promover a formação em militância político-comunitária para representatividade em decisões políticas. Esses trabalhos acontecem em parceria com o Sindicato Rural de Alto Paraíso de Goiás e os cursos são fornecidos pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR.

Sobre a infraestrutura do assentamento, mesmo com a criação formalizada em 2003, só foi realizada instalação de energia elétrica após dez anos, em novembro de 2013. Com isso houve grande dificuldade na permanência de muitas famílias no assentamento, pois necessitavam de eletricidade para utilização de máquinas para beneficiamento e conservação de alguns alimentos. Além disso, com a dificuldade no acesso à água para consumo e produção, havia a necessidade de bombeamento elétrico para garantia de abastecimento às famílias. Uma construção já existente, ainda quando a área era uma fazenda, foi utilizada para beneficiamento de alimentos e depois para abrigo de crianças. Essa área, denominada RECIFRA¹⁴, era o único espaço onde as famílias tinham acesso à energia elétrica e onde havia algumas construções como galpão, curral e algumas casas de alvenaria, utilizadas durante o período de acampamento como moradia e hoje, como sede do assentamento, onde ocorrem reuniões e festas, ainda de forma precária. Em destaque no mapa 3, a RECIFRA e a CIFRATER, com atenção dos limites do assentamento, para melhor representar o recorte espacial analisado.

¹⁴ RECIFRA: Sede do assentamento Silvio Rodrigues. Supõe-se que a sigla signifique Florestadora e Reflorestadora Agropecuária, empresa ligada à Cidade da Fraternidade, que realizava plantio de eucalipto na região (Não houve esclarecimento da comunidade quanto à origem da SIGLA).

Mapa 3: Detalhe do Assentamento Silvio Rodrigues



Com relação a alguns aspectos ambientais relatados, áreas de cultivo de eucaliptos anterior à ocupação dos sem-terra e áreas de pastos utilizadas para pecuária extensiva, hoje fazem parte de alguns lotes e apresentam problemas de grande degradação ambiental. Essa situação se coloca como barreira à transição agroecológica, exigindo mais trabalho e recursos financeiros para uma prática inversa à que vem ocorrendo historicamente.

As fontes hídricas do assentamento são os cinco cursos d'água denominados Ribeirão Piçarrão, Córrego Paraíso, Córrego Lagedo, Córrego Maria Inácia e Córrego Maromba. Alguns deles estão com problemas de baixo nível de água, o que compromete o fornecimento de água para uso das famílias. Isso ocorre devido ao processo de degradação como assoreamento e retirada de vegetação de suas margens. Alguns deles abastecem parte das parcelas por captação direta. Há parcelas em que não há fonte de água próxima, onde são necessárias alternativas para abastecimento de água, como construção de poços artesianos, barragens ou caixas d'água (ECOTECH, 2006).

3.1 Práticas sociais presentes no assentamento

A partir do problema de acesso à água por diversas famílias, o início de um projeto denominado Caravana da Luz, realizado pela Estação Luz, Espaço Experimental de Tecnologias Sociais, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP e de Utilidade Pública Municipal, localizada na cidade de Ribeirão Preto – SP, está construindo, desde 2013, sistemas domésticos de captação de água de chuva, por meio de cisternas de ferrocimento, além do tratamento biológico de águas cinzas e negras, por meio de círculo de bananeiras, de fossa séptica, sistema de bombeamento de água com carneiro hidráulico e irrigação por gotejamento. Esse trabalho tem sido feito por meio de curso oferecido às famílias do assentamento, em forma de mutirão, além de sua abertura a qualquer indivíduo interessado em conhecer o processo.

As ações da Caravana da Luz, realizadas com fundamentos na permacultura e baseadas no desenvolvimento de tecnologias sociais, ocorriam inicialmente de forma voluntária, com posterior incentivo financeiro por meio de patrocínio da PETROBRÁS. Após a finalização do projeto, que deverá atender a 12 famílias, há planos de continuidade dessas ações em forma de mutirões envolvendo na comunidade aqueles que já participaram do curso, além da participação aberta a qualquer pessoa que tenha interesse em acompanhar o trabalho, mas com a diferença de que, com a ausência de patrocínio, haverá uma taxa de inscrição para cursistas que não pertençam à comunidade. O pagamento servirá para a obtenção de material para a construção dos sistemas citados.

Outro elemento presente no assentamento, que envolve a implantação de tecnologias sociais, denominado Produção Agroecológica Integrada e Sustentável – PAIS, financiado pela Fundação Banco do Brasil – FBB, busca proporcionar às famílias uma alimentação diversificada. Com a distribuição de kits para plantio de hortaliças, mudas frutíferas e criação de animais a partir de base agroecológica, esse trabalho tem contribuído para a produção de alimentos a partir da não utilização de agrotóxicos. Até o final de 2014, haviam sido implantados cerca de 20 kits.

Em caráter de pesquisa e buscando a melhoria da qualidade alimentar e nutricional em áreas rurais, representando a Universidade de Brasília, o Centro UnB Cerrado atua em duas atividades a partir de uma abordagem de Segurança Alimentar e Nutricional – SAN. A primeira atividade, denominada Projetos Agricultores protagonistas de Segurança Alimentar e

Nutricional - Produção e Abastecimento de Alimentos, envolve diretamente jovens do assentamento com ações de elaboração de projeto de agricultura de base agroecológica, desenvolvimento de um Plano de Trabalho anual, elaboração de relatórios semestrais, participação de encontros coletivos e individuais (com cada família participante), e execução dos projetos. Como incentivo à participação no projeto, há disponibilidade de bolsas de auxílio à pesquisa aos jovens, que passam a ter a possibilidade de execução das ações.

A segunda atividade, denominada Projeto Cozinha Escola, tem atuação maior de mulheres. Muitas delas, mães de jovens que atuam de alguma forma com ações relativas ao tema. Este projeto trabalha com receitas a partir de uma alimentação saudável como estratégia de superação da pobreza. Os projetos envolvem a participação de 16 jovens e suas mães, havendo ainda pouca participação dos pais, por trabalharem fora de suas parcelas ou ainda não se sentirem parte do projeto, conforme relato de pesquisador do Centro UnB Cerrado. Como complemento das ações ocorridas em 2014, há um projeto com início previsto para 2015, com curso voltado à juventude rural com duração prevista de dois anos, denominado Agroecologia, inovação e sustentabilidade - ressignificando a relação do jovem com o campo. Este projeto contará com a participação de jovens do assentamento Silvio Rodrigues e outras comunidades da região.

3.2 A escola

O Educandário Humberto de Campos- EHC, denominação da escola criada em 1966, localizada na Cidade da Fraternidade, é uma Instituição Filantrópica, mantida pela Organização Social Cristã-Espírita André Luiz – OSCAL. Antes, com trabalhos voltados ao acolhimento de crianças desamparadas, atendia à demanda de estudantes de 1^a a 4^a série do ensino fundamental. Com a ocupação da área, a partir de organização do MST e com a proximidade da escola, houve a necessidade de aumento da oferta de vagas, da educação infantil ao ensino médio, para atender aos filhos das famílias sem-terra.

Atualmente, a escola tem a maioria dos estudantes matriculados representados pelos filhos dessas famílias assentadas, em um total de 189 alunos, 16 professores e 05 servidores. Do total de alunos, 123 estão na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, 50 estão nos anos finais do ensino fundamental e 16 estão no ensino médio. No grupo focal

formado para esta pesquisa participaram alguns estudantes do ensino médio e apenas uma estudante dos anos finais do ensino fundamental, além de jovens que já estudaram no educandário.

As instalações da escola são compostas por um prédio principal, um prédio anexo e um centro social que contam, além das salas de aula e salas administrativas, com sala multiuso, cozinha, copa, banheiros feminino e masculino, banheiros para funcionários, pátio-refeitório, quadra coberta e quadra aberta e parque infantil. Há como recurso didático, televisor, aparelho de DVD, aparelho de som, retroprojeter, computador, mimeógrafo, copiadora, jogos pedagógicos e livros disponíveis aos alunos.

Considera-se de grande importância a caracterização da escola, não só por seu histórico, mas por suas atuais transformações atuais, a partir de maior diálogo entre alunos e professores. Esse diálogo vem sendo estabelecido por meio de uma proposta de gestão escolar democrática, com consequente expectativa entre crianças e jovens. A possibilidade de diálogo se dá devido às transformações ocorridas no espaço escolar, onde o aluno passa a ser o centro do aprendizado. Essa perspectiva que vem sendo construída surgiu de diferentes exemplos de escolas democráticas, entre elas a Escola da Ponte.

Escola da ponte: um único espaço partilhado por todos, sem separação por turmas, sem campanhas anunciando o fim de uma disciplina e o início de outra. A lição social: todos partilham de um mesmo mundo. Pequenos e grandes são companheiros numa mesma aventura. Todos se ajudam. Não há competição. Há cooperação. Ao ritmo da vida: os saberes da vida não seguem programas. São as crianças que estabelecem os mecanismos para lidar com aqueles que se recusam a obedecer às regras. Pois o espaço da escola tem de ser como o espaço do jogo: para ser divertido e fazer sentido, tem de ter regras. A vida social depende de que cada um abra mão de sua vontade, naquilo em que ela se choca com a vontade coletiva. E assim vão as crianças aprendendo as regras de convivência democrática, sem que elas constem de um programa. (ALVES, 2004a, p. 1).

A Escola da Ponte foi criada em Portugal na década de 1970 pelo educador José Francisco de Almeida Pacheco. Enquanto idealizador da proposta, por meio da observação do cotidiano escolar a partir de uma educação tradicional voltada ao ensino de conteúdo, iniciou um processo de transformação da escola. As transformações partiram de um diálogo inicial envolvendo toda a comunidade escolar, em que os alunos puderam manifestar suas ideias com respeito à escola. Com isso, as séries foram abolidas, assim como o ensino restrito à sala de aula. A divisão passou a se dar em núcleos - núcleo de iniciação, núcleo de consolidação e núcleo de aprofundamento. Alves, (2004b) detalha suas impressões sobre a escola da ponte

como uma nova forma de ver a educação, como uma experiência única de autonomia do estudante e liberdade de aprendizado. Na escola do assentamento, está havendo a busca de elementos que gerem autonomia, partindo de uma maior interação na comunidade escolar para a gestão do aprendizado.

Exemplos de escola da ponte no Brasil tiveram início em São Paulo. Em Alto Paraíso não há conhecimento de exemplos de escola da ponte. O EHC ainda não se caracteriza como uma escola da ponte, o que ocorre é um esforço inicial, de alguns professores em transformar o ambiente escolar para facilitar o aprendizado na escola, contando com o diálogo com os estudantes. Essa modificação já conta com aulas entrevista, em que há espaços de diálogo para que estudantes possam expor como desejam que ocorram a aulas, possibilidade de diferentes formas de avaliação, assim como aulas não exclusivamente nas salas de aula.

Como outro exemplo de transformações para a democratização de ações na escola foi realizado no ano de 2013 uma experiência junto aos estudantes, denominada Nas Ondas do Rádio. Por meio de projeto apresentado à comunidade escolar foram realizadas oficinas de formação em radialismo, comunicação e educomunicação, com o objetivo de funcionamento de uma rádio na escola, com posterior alcance em todo o assentamento.

A proposta pedagógica da escola elaborada em 2013 e em modificação para o ano letivo de 2015 apresenta ações que devem ocorrer de forma coletiva entre, alunos, professores e funcionários, a partir de constante diálogo. Ainda no documento, as ações propostas refletem tentativa de adequação à realidade do campo, como projeto de plantio coletivo de hortas a abordagem educacional a partir dela e conhecimento de alguns professores sobre a realidade do campo. Há elementos de diálogo diretamente relacionados à escola da ponte. Para contribuir com essas novas perspectivas em educação, em meados de 2014, o educador José Pacheco foi convidado a realizar uma visita à escola e expor sua experiência aos professores e estudantes, apoiando as mudanças já iniciadas. Percebe-se que essas transformações que vem ocorrendo no EHC são de extrema importância. A escola, ainda símbolo de relações autoritárias ocorridas na sociedade e que objetifica o estudante como depósito de conteúdo, tem tirado o interesse destes pelo ambiente escolar e pela forma como se dá a educação.

No início de um planejamento de mudanças profundas, há grande expectativa por parte dos educadores e já desperta curiosidade nos estudantes do assentamento. Não há nesta

escola nenhum educador com formação a partir da educação do campo¹⁵. No entanto em algumas conversas esteve presente a necessidade e a importância de uma formação docente que possa compreender a realidade do campo e interagir com os estudantes a partir de uma perspectiva de escolha.

3.3 Informações sobre a realidade local - estudos e dados secundários

A pesquisa parte de uma realidade local, com elementos concretos que surgem do conhecimento de ações de um grupo de jovens formado em um assentamento de reforma agrária. A partir desse universo concreto, buscou-se compreender o conjunto de relações que expressam processos gerais que ocorrem com a juventude rural e como se dá sua territorialidade. Como método utilizado para a pesquisa, foi adotada abordagem qualitativa na modalidade de recorte espacial no assentamento Silvio Rodrigues.

A partir do primeiro encontro com o grupo foi composta a caracterização inicial da juventude rural naquele recorte, com elementos textuais sobre a juventude rural enquanto sujeito compreendido no território. Tanto o primeiro contato com a comunidade quanto a busca textual, por meio de literatura acadêmica, documentos oficiais e esboços de projetos locais contribuíram para o enriquecimento da pesquisa. No entanto, a análise pôde se completar somente com a utilização do grupo focal. Além de método e técnica de pesquisa, o grupo focal trouxe a possibilidade de aproximação entre a pesquisa acadêmica e a realidade do campo como uma troca, como foi elaborado e posteriormente detalhado.

Este último foi elemento de grande importância para o estudo. Gomes (2005) define o grupo focal como técnica de coleta de dados e como método, formado com o propósito de qualificar as informações desejadas para a pesquisa, com um número limitado de indivíduos envolvidos em ações pertinentes ao tema da pesquisa e dispostos a discutir suas vivências de forma flexível e aberta, contribuindo para o processo investigativo. Para complementar as atividades necessárias à análise qualitativa, além da realização dos encontros do grupo focal, houve coleta de dados por meio de diálogos informais e utilização de caderno de anotações. Para Quivy e Campenhoudt (1998), essas ações em conjunto constituem uma boa oportunidade de considerar os elementos da pesquisa de forma conexa.

¹⁵ Importante e recente entrevista da professora Mônica Molina sobre a Educação do Campo como possibilidade de preencher falhas na formação de professores que atuam em escolas rurais está presente em <http://revistaescola.abril.com.br/politicas-publicas/entrevista-monica-molina-especialista-educacao-campo-732775.shtml>, além de outras publicações de sua autoria sobre o tema.

3.4 A juventude do assentamento Silvio Rodrigues e a escolha do método

Ao realizar estudos sobre as territorialidades envolvidas em assentamentos de reforma agrária e, mais precisamente, no recorte espacial escolhido para a pesquisa, busca-se a compreensão do local como correspondência do todo, em suas particularidades e de acordo com tempo e espaço envolvidos. A territorialidade aqui compreende a multiplicidade de cada indivíduo na categoria social analisada, a juventude rural, assim como a unidade do grupo de jovens na busca por autonomia.

A construção de análises a partir da categoria social apresentada neste trabalho ocorre ainda de forma tímida, tanto na academia quanto na formulação de políticas específicas. A juventude rural, como um desmembramento da juventude, faz parte de uma parcela cada vez menor, mas significativa e com identidades plurais que buscam seus direitos e querem escuta em sua voz. Sua territorialidade ocorre a partir do que a eles falta, como jovens e como comunidade rural. É uma territorialidade marcada por resistência, existente a partir de um histórico familiar de participação em movimentos sociais e busca pelo direito à terra e ao alimento (FERREIRA & ALVES, 2009).

A relevância do estudo se dá inicialmente devido a uma busca maior por estudos para a categoria social analisada. É importante que haja maior número de estudos referentes à juventude rural, de grande importância para a modificação de ações para o meio rural do país. O envelhecimento e a masculinização do campo são fatos que mostram que para que a juventude tenha o desejo e a oportunidade de continuar no campo, deve ser ouvida. Isso não deve ocorrer para o isolamento de mais uma categoria fechada em si, pois como construção social, não há limites reais para a juventude. No entanto, há peculiaridades que podem ser identificadas para melhores e mais efetivas ações.

Nesta pesquisa realizada no assentamento Silvio Rodrigues, um grupo com cerca de 15 jovens se reúne há dois anos para decisões sobre trabalhos coletivos, plantio, participação em projetos, discussão sobre inserção em movimentos sociais, viagens a congressos e encontros temáticos, além de questões relacionadas à educação e à família. Esse grupo, atualmente apoiado pela Pastoral da Juventude Rural, após alguns meses sem encontros,

voltou a se reunir em 2014, com uma proposta geral de execução de projetos produtivos a partir do desejo de geração de renda das e dos jovens do campo.

Durante reunião do Grupo de Jovens do Assentamento Silvio Rodrigues, no dia 29 de maio de 2014, sete jovens se apresentaram com interesse em participar do grupo focal. A proposta de trabalho foi explanada e houve a oportunidade do primeiro contato com o grupo para planejamento de datas e ações. Além disso, durante a apresentação do grupo de jovens foi possível obter informações iniciais sobre a organização da juventude rural local.

Foi realizado o planejamento anual das reuniões do grupo de jovens, para definição de atividades, como participação em eventos com o tema juventude rural, agroecologia e luta pela terra. Houve relato da experiência dos jovens com implantação de hortas, galinheiro, curso de agroecologia e participação em congressos e cursos curso de fotografia. A pesquisa procurou estabelecer datas para o grupo focal que não entrassem em conflito com o planejamento interno do grupo.

A partir de tais informações expostas, decidimos trabalhar no grupo focal impressões dos jovens quanto ao tempo presente, com elementos do passado para a culminância com as perspectivas de futuro. Tivemos como fim compreender o histórico da juventude que compunha o grupo, somando ainda, ferramentas que não entrassem em conflito com a metodologia já enunciada de grupo focal. No encontro inicial foi trabalhado o tempo passado, nos encontros subsequentes foram trabalhados os temas presente e futuro e finalizando, nos últimos dois encontros, apenas perspectivas de futuro, sempre a partir de ações no grupo focal.

Como as leituras sobre juventude rural apontaram para a necessidade de ações mais dinâmicas na coleta de dados e como necessidade social de trabalhos coletivos, essas ferramentas complementares ao grupo focal puderam enriquecer os diálogos de forma mais dinâmica. As reuniões não aconteceram apenas com fim de levantamento de dados, mas também como elemento de reflexão para trabalhos futuros com juventude rural. Foram utilizadas ações do teatro do oprimido, dinâmicas e jogos, dinâmicas de grupo já propostas para trabalhos com grupo focal e utilização da cartografia social, como expressão coletiva da territorialidade.

3.4 Sobre o grupo focal

Antes de detalhar como o trabalho foi realizado, é importante explorar um pouco o grupo focal enquanto método e enquanto ferramenta de pesquisa. Como no grupo de jovens do assentamento Silvio Rodrigues já havia uma discussão relacionada à juventude rural e às suas possibilidades de ação, a pesquisa procurou adequar seus objetivos a um método não individual, em busca de uma generalização possível da juventude rural no recorte espacial analisado.

Antoni *et al.* (2001) citam as vantagens na utilização de grupos focais para compreender comportamentos coletivos. A primeira das vantagens é a possibilidade de troca de experiência entre os participantes, o que gera conhecimento sobre o outro e comparação de visões distintas a partir de um mesmo tema abordado. Ressalta ainda a interação como fator que melhor identifica a compreensão acerca de um grupo focal. Para Gatti (2012), na escolha do grupo focal é importante que haja a discussão de um tema comum e que os participantes já conheçam esse tema, de modo que a discussão poderá ocorrer a partir de elementos vindos de experiências particulares que funcionem como aporte à pesquisa.

Para melhor compreensão sobre grupos focais, Gomes (2005 p. 41) contribui afirmando que “o grupo focal é constituído por um conjunto de pessoas selecionadas e reunidas por pesquisadores para discutir e comentar um tema, que é objeto da pesquisa, a partir de suas experiências pessoais.” A autora afirma que a origem de grupos focais como técnica está na psiquiatria, a partir de adaptação oriunda de entrevistas não direcionadas, realizadas em grupo, tendo sido historicamente adaptada para outros contextos e amplamente utilizada para pesquisas publicitárias, com literatura conhecida desde a década de 1920. Para pesquisas sociológicas foi utilizada a partir da década de 1940, com diversas formas de utilização como técnica de coleta de dados desde então. A utilização em ciências humanas ocorreu a partir da década de 1980, com uso intensificado e adaptações para fins acadêmicos, especialmente em pesquisas qualitativas.

A importância do grupo focal para a pesquisa se deu por trazer importantes possibilidades de verificar informações a partir de posicionamento coletivo sobre determinado tema ou sobre temas diversos inseridos na discussão sobre a juventude rural. Não é obrigatório um consenso a partir de uma ideia, mas a facilidade de exposição de vários indivíduos em um mesmo ambiente, tempo e dentro de um histórico comum de vivência.

Gatti (2012) afirma que em um contexto de interação criado em um grupo focal, pode-se chegar a múltiplos pontos de vista a partir de um encaminhamento de lógicas e emoções sobre um tema, o que facilita a captação de informações com mais representatividade, ainda que não haja consenso sobre determinado tema.

Para a pesquisa com a juventude rural, o grupo focal foi importante para a pesquisadora como forma de compreensão coletiva a respeito de conteúdos relacionados à categoria, tanto ideológicos, quanto emocionais, e infere-se que para o grupo de jovens, a importância se deu também para o estabelecimento de momentos de discussão e melhor entrosamento no grupo durante o processo de captação de múltiplos significados enquanto sujeitos inseridos em uma realidade coletiva. Gatti (2002, p. 11) enfatiza a importância dessa técnica:

O trabalho com grupos focais permite compreender processos de construção da realidade por determinados grupos sociais, compreender práticas cotidianas, ações e reações a fatos e eventos, comportamentos e atitudes, constituindo-se uma técnica importante para o conhecimento das representações, percepções, crenças, hábitos, valores, restrições, preconceitos, linguagens e simbologias prevalentes no trato de uma dada questão por pessoas que partilham alguns traços em comum, relevantes para o estudo do problema visado. A pesquisa com grupos focais, além de ajudar na obtenção de perspectivas diferentes sobre uma mesma questão, permite também a compreensão de ideias partilhadas por pessoas no dia a dia e dos modos pelos quais os indivíduos são influenciados pelos outros.

Dias (2000) descreve o processo que ocorre durante a formação de grupos focais como técnica. A composição de um grupo focal deve ter início com a participação de entre 6 a 10 pessoas que possam, a partir de seleção, apresentar características semelhantes para a discussão e, além disso, disponibilidade e interesse em compartilhar percepções, sentimentos, atitudes e ideias sobre um determinado tema.

Tanto o número de participantes como a seleção destes deve ocorrer de forma a contribuir com a interação dentro do grupo. O processo deve ocorrer de forma organizada e com estímulos à contribuição de todos. Para isso são sugeridas as dinâmicas de grupo. Antes de detalhar as dinâmicas, seguiremos com o detalhamento do grupo. Ainda com a contribuição de Dias (2000), após a constituição dos grupos, seguem as reuniões, com duração de cerca de duas horas, com a participação de um moderador, que, na pesquisa acadêmica, pode ser o próprio pesquisador. O moderador deve ter um planejamento das reuniões já detalhado, com objetivos e um guia de discussão. Este deve servir de aporte à discussão e não deve ser utilizado como entrevista. O moderador será um facilitador de discussão, sem realizar, no entanto, intervenções quanto aos pontos de vista relacionados ao

tema. Deverá apenas redirecionar a discussão em caso de dispersão e/ou dificuldades na exposição dos pontos de vista dos participantes.

Além disso, diversos autores apontam para a importância na escolha do local das reuniões. Este deve ser um lugar calmo, com mínimas intervenções externas e que chamem os participantes à discussão. Geralmente, busca-se um local com características que contenham alguma identidade com o grupo e faz-se a disposição dos participantes em grupo. Gatti (2012) chama a atenção para esse momento inicial, que deve ocorrer com a anuência dos participantes, tanto a escolha do local e disposição do grupo quanto com a explicitação de como serão os encontros, com seus objetivos claros, tempo de cada encontro, número de reuniões necessárias à pesquisa, formas de registro, como caderno de anotações, possibilidades de registro fotográfico, áudio ou audiovisual, sempre com a permissão do grupo.

De forma geral, o grupo focal tem como objetivo a geração de ideias e a obtenção de opiniões que não devem ser necessariamente consensuais entre os participantes. Deve ocorrer a participação e o encontro de ideias sem perguntas diretivas. A promoção da discussão se dá a partir do moderador, que age de forma passiva, apenas centrando a discussão a partir do tema apresentado (DIAS, 2000).

Como síntese que bem identifica a técnica para a utilização em ciências sociais e humanas, Gatti (2012, p.11), afirma que o trabalho com grupos focais:

[...] permite compreender práticas cotidianas, ações e reações a fatos e eventos, comportamentos e atitudes, constituindo-se uma técnica importante para o conhecimento das representações, percepções, crenças, hábitos, valores, restrições, preconceitos, linguagens e simbologias prevalentes no trato de uma dada questão por pessoas que partilham alguns traços em comum, relevantes para o estudo do problema visado.

Com muito cuidado e respeito ao grupo é possível sair de respostas simplistas e aprofundar o debate, sempre de forma coletiva e com a identificação de pontos polêmicos ou de impasse.

Seguindo esses passos, os objetivos do grupo focal foram apresentados ao grupo de jovens para que ideias e adaptações fossem discutidas. Foi exposto planejamento inicial, posteriormente detalhado. Foi realizada uma reunião para apresentação da pesquisa e do grupo de jovens e seis encontros do grupo focal. Além desses encontros, houve uma intervenção com o tema da pesquisa no I Encontro Estadual da Juventude Rural, no assentamento, entre os dias 12 e 14 de setembro de 2014, organizado pelo MST. Todos os

encontros ocorreram no assentamento, sendo que quatro ocorreram na RECIFRA e três em casas de familiares de jovens do grupo.

O grupo focal foi escolhido como método e ferramenta de pesquisa a partir da informação de que o grupo de jovens estava se reestruturando e voltando às suas discussões, com necessidade de atividades e dinâmicas para garantia de participação dos jovens. Com essa questão posta, foram pesquisados alguns métodos participativos e optou-se inicialmente por entrevistas semiestruturadas. No entanto, de caráter individual, estas pouco contribuiriam para o debate do grupo. O grupo focal foi escolhido e explanado como melhor opção tanto para o debate do grupo de jovens quanto para as informações de pesquisa. Foram propostos encontros quinzenais, com temas sugeridos pela pesquisadora, sempre com a preocupação de serem aprovados pelos participantes, com duração aproximada de 2 horas por encontro. A pesquisadora atuou nos encontros como moderadora. Entrevistas e encontros foram gravados. Houve posterior degravação e verificação dos dados coletados, por meio de análise de conteúdo.

3.5 A utilização das técnicas complementares

A busca por técnicas complementares ao grupo focal que pudessem envolver de forma participativa o grupo de jovens do assentamento Silvio Rodrigues levou-nos ao encontro de quatro práticas que muito enriqueceram a relação jovem-pesquisador, oferecendo a possibilidade de um trabalho com resultado tanto para a pesquisa quanto para o grupo de jovens. A utilização de jogos e exercícios a partir do teatro do oprimido, elementos de cartografia social, dinâmicas de grupo e exposição de material audiovisual foi, além do cumprimento dos objetivos da pesquisa, uma forma de contribuir para novos elementos de discussão para o grupo de jovens. Ocorreu como forma de troca a partir da convergência dos objetivos de pesquisa e objetivos dessa juventude componente do estudo.

Referente à interação em um grupo, Gatti (2012) assinala que, já compreendendo a percepção sobre grupo focal por outros autores, quando o pesquisador percebe inicialmente uma inibição do grupo em iniciar uma conversa sem intermédio constante, tem a liberdade de escolha de técnicas que facilitem a interação. Essas técnicas devem conter em si ligação com o tema de pesquisa e com seus sujeitos. Elas trazem diversas possibilidades para o surgimento de caminhos próprios para a discussão, com o pesquisador sempre atento em cumprir os objetivos da pesquisa.

3.5.1 O teatro- imagem

A partir do conhecimento de trabalhos com Teatro do Oprimido¹⁶ em movimentos sociais, foi possível a percepção de sua importância como técnica complementar de grupo focal junto ao grupo de jovens. As místicas, muito utilizadas pelo MST e pela Via Campesina, estavam presentes na memória dos jovens como símbolo de discussão política vivenciada pelos adultos. Nessa forma de representação, ações do teatro do Oprimido são utilizadas constantemente. No entanto, a prática não era comum para os jovens e as jovens do assentamento, apenas um jovem demonstrou conhecimento sobre a prática. Além da utilização no grupo focal, houve algumas conversas sobre a origem e importância política dessa forma de teatro.

O teatro como ação política pode ser uma arma de liberação e que deve ser utilizado com objetivo de luta contra a dominação. No teatro do oprimido, o espectador deve ter capacidade de ação e ser dela sujeito. Assim como os atores, tem o poder de intervir na cena e modificá-la. Ele funciona como uma arma contra o pensamento das classes dominantes, que separa ator de espectador e teatro da política (BOAL, 1991).

Inicialmente, para a composição de um dos encontros do grupo focal, foi utilizada a técnica de teatro-imagem, que consiste na montagem de uma cena estática que contemple uma situação de opressão o tempo presente, com a posterior construção de outra imagem que contemple uma situação ideal, ou sem opressão para os envolvidos.

É representada por parte de um grupo (atores), enquanto outra parte (público ou *especta-actor*) assiste a cena e, não concordando com a representação pode modificá-la até estar satisfeito. Essa ação pode ocorrer por qualquer representante do grupo, as modificações devem contemplar o tema e ser consenso entre as partes. Com a imagem finalizada o grupo chega a uma imagem denominada real, que representa a opressão. Após essa construção, todo grupo deve formar uma nova imagem, agora denominada imagem ideal, que represente a superação dos problemas, ou o sonho, buscado para o futuro (BOAL, 2008). Além do teatro-imagem, foram utilizados na pesquisa elementos presentes no Arsenal¹⁷ do Teatro do

¹⁶ O Teatro do Oprimido é um sistema de exercícios físicos, jogos estéticos, técnicas de imagem e improvisações especiais, que tem por objetivo resgatar, desenvolver e redimensionar essa vocação humana, tornando a atividade teatral um instrumento eficaz na compreensão e na busca de soluções para problemas sociais e interpessoais (BOAL, 2002, p. 28).

¹⁷ O Arsenal do Teatro do Oprimido são jogos e exercícios utilizados para compor a expressão corporal do ator.

Oprimido, que compuseram dinâmicas durante o grupo focal. Esses jogos e exercício foram de extrema importância para a interação tanto entre jovens como entre jovens e pesquisadora.

Como detalhamento da atividade, a composição de uma representação de Teatro-Imagem a partir dos princípios já expostos do Teatro do Oprimido ocorreu com fim de reflexão. Seis jovens presentes elaboraram uma cena com a representação de uma imagem real e presente. Um jovem foi o espectador da cena, com a função de modificá-la caso não representasse o que os outros queriam demonstrar. Na primeira cena, a imagem real representada teve como tema o trabalho, em um retrato de jovens trabalhando na roça, plantando e colhendo, alguns com expressão de cansaço (Figura 1). A segunda cena, a ideal, foi a composição de uma cena com o grupo de jovens praticando esportes, dançando, com expressão de leveza, e um último jovem, inserido na cena, realizando um trabalho com uma prancheta, de gestão de seu espaço, com o olhar ao horizonte, como que projetando sonhos (Figura 2).

Figura 1: Representação do teatro- imagem. A imagem real



Autoria: Sabine Popov

Isso gera uma reflexão sobre suas ações, a partir da reflexão sobre si e facilitação em passar a mensagem durante a prática de teatro (BOAL, 2008).

Figura 2: Representação do teatro-imagem. A imagem ideal



Autoria: Sabine Popov

Esse trabalho ocorreu para suscitar a reflexão sobre ações presentes e perspectiva de futuro enquanto categoria social, utilizando a palavras chave o real e o ideal. Após a construção das imagens pôde-se ter um debate mais aprofundado sobre o tema.

De forma consensual estabelecida rapidamente, o grupo compôs a cena real representando o trabalho constante com a terra, ali representado pelo plantio e colheita. O trabalho, como algo vivenciado muitas vezes desde a infância, pôs-se na cena como opressão, devido a carência de outras experiências para a juventude rural no tempo presente. Já como representação do ideal, a imagem posta abriu outras possibilidades que não negaram o trabalho, mas ressignificaram a relação com este. O trabalho como abertura a possibilidades de planejamento, representado por M.C. S., mostrou a abertura a outras formas de ação no campo, com o planejamento sendo símbolo de futuro. Além do trabalho e com a mesma importância, o lazer foi posto por meio de representação de esportes e pela dança. Já inicialmente, percebemos como o ideal que não necessariamente deve estar apenas em um plano futuro, mas como uma mudança postura em diversos trabalhos com teatro-imagem, representa a multiplicidade e a diversidade de ações. Não nega o elemento visto antes como

objeto de opressão, mas lhe tira de sua unicidade tirana e traz outro significado, de pertencimento:

M. C. S.: Eu quis colocar como ideal o trabalho com planejamento e com o olhar para o horizonte, com os projetos produtivos. A gente também planejar o que quer para o nosso lote e para o assentamento.

3.5.2 A cartografia social

Outra técnica utilizada em um dos encontros do grupo focal, já conhecida por parte dos jovens participantes foi o mapeamento participativo para construir com o grupo noções de cartografia social¹⁸, uma vez que o tempo de pesquisa não permitiu um aprimoramento das técnicas utilizadas. Decidiu-se pela utilização do mapeamento no último encontro do grupo, já com a discussão enriquecida por meio da interação no grupo focal. A proposta, em meio às memórias do que havia sido discutido nos encontros anteriores, foi construir um ideal de assentamento para a juventude rural ali presente.

A cartografia social surgiu como conceito no Brasil no início da década de 1990, a partir de projeto denominado Nova Cartografia Social da Amazônia, coordenado pelo professor Alfredo Wagner Berno de Almeida, professor da Universidade do Estado do Amazonas. As ações do projeto contaram com a elaboração de mapas que pudessem representar o conhecimento tradicional e coletivo da terra, não associados diretamente a limites exatos do território, mas ao seu uso coletivo (GORAYEB & MEIRELES, 2014).

A ideia de um mapeamento participativo partiu da necessidade de construção de uma metodologia cartográfica, que Acselrad (2008) aponta como proposta que pode “dar à palavra” populações ainda não atendidas em seus direitos e ideais. Com os trabalhos de mapeamento sendo historicamente realizados pelo Estado e por detentores de poder político, sua ocorrência de forma participativa pode levar à afirmação de identidades.

O esforço em trabalhar o mapeamento participativo no grupo focal, além de uma técnica auxiliar, buscou levar ao grupo mais uma ferramenta de ação política, pretendida pela

¹⁸ Gorayeb & Meireles (2014) em uma perspectiva da cartografia social, dizem que uma comunidade pode construir mapas de forma participativa, após breve conceituação de cartografia, realizando um diagnóstico que a identifica, a partir de elementos presentes e para sua caracterização identitária, com posterior elaboração de mapa participativo com perspectivas de futuro como ideal para essa comunidade. Esses trabalhos são muitas vezes realizados para a afirmação do território em assentamentos de reforma agrária, comunidade, quilombola e, ribeirinhas.

categoria social estudada. A partir de leitura de trabalhos com cartografia social junto a comunidades tradicionais, a escolha pelo trabalho junto à juventude rural também teve o mesmo propósito de conhecimento do território para apropriação, proteção de suas riquezas, e conhecimento comunitário, para a democratização do uso do território e que, Acselrad (2008, p. 40) pontua:

Para clarificar o sentido dos esforços realizados em nome de uma democratização cartográfica, caberá sempre perguntar: qual é a ação política que o gesto cartográfico serve efetivamente de suporte? Esta ação política terá, em permanência, que ser esclarecida nos termos das linguagens representacionais, das técnicas de representação e dos usos dos resultados, assim como, da trama sócio-territorial concreta sobre a qual ela se realiza. O método utilizado na cartografia social que pôde atender aos objetivos da pesquisa, ao mesmo tempo em que apresentava a ferramenta ao grupo de jovens, foi o denominado foto-mapa.

A construção deste mapa é caracterizada por impressões de fotografias aéreas (adaptadas aqui como impressões de imagens de satélite), que podem ser utilizadas por uma comunidade para que sejam delineados ou estabelecidos usos da terra e outras características em transparência sobrepostas no foto-mapa (ACSELRAD, 2008). Como proposta para o grupo focal do assentamento, utilizamos resultados de encontros anteriores e sugerimos que fossem delineados projetos futuros de uso em áreas comunitárias do assentamento. O grupo complementou os desenhos com projetos futuros pessoais, a serem realizados nas parcelas de alguns deles. Utilizamos como material papel vegetal sobreposto a uma imagem recente do *Google Earth*, lápis grafite e lápis de cor.

Buscamos, com esta ferramenta e segundo afirmação de Acselrad (2008), associar o trabalho com mapeamento participativo à democratização do território e introduzir o tema junto à juventude participante da pesquisa. Seguem imagens (Figuras 3, 4 e 5) que mostram a realização da oficina e seus resultados.

Figura 3: Oficina de cartografia social



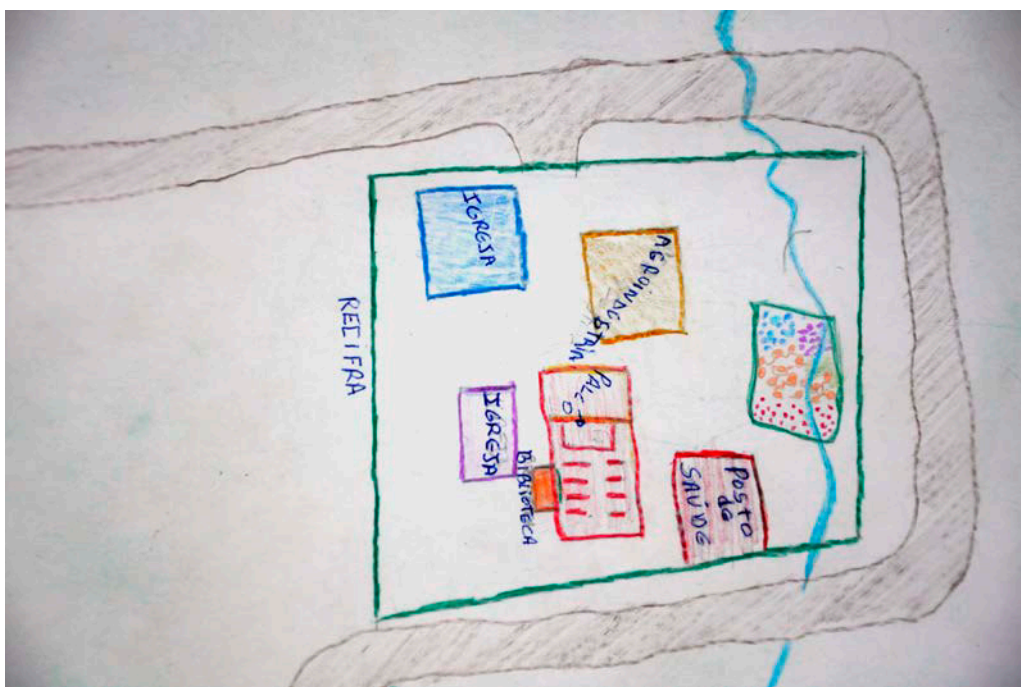
Autoria: Sabine Popov

Figura 4: Resultado da oficina – perspectivas de futuro no assentamento Silvio Rodrigues



Autoria: Sabine Popov

Figura 5: Detalhe para perspectivas de futuro na RECIFRA



Autoria: Sabine Popov

Observamos que a composição das perspectivas se deu ainda de forma preliminar, com o planejamento realizado em grande parte para a área comum das famílias. Não foi possível um maior detalhamento referente às outras áreas do assentamento devido ao caráter de oficina com duração em apenas um encontro. No entanto, importante observar que os e as jovens ali presentes puderam, devido a um sentimento de pertencimento, elaborar de forma coletiva, planos elaborados de acordo com suas perspectivas enquanto grupo.

Com a oficina de cartografia social foi possível observar a importância dada à área sede do assentamento, a RECIFRA, como espaço de uso coletivo, com perspectivas de múltiplas atividades para todos. Na figura 4 são destaque campos de futebol e uma cachoeira para lazer. Destaca-se na figura 5 a reforma da plenária, já existente, mas necessitando de reformas, exposta como “palco”. Além de planos futuros como construção de biblioteca, agroindústria, posto de saúde, igrejas de duas diferentes religiões, há atividades em área de agrofloresta estabelecida coletivamente.

3.5.3 As dinâmicas

Uso da linguagem visual: Como técnica de conhecimento pessoal e local houve uma apresentação do grupo por meio de desenhos. Deveriam ser inseridos nos desenhos aspectos de passado, presente e perspectiva de futuro para a juventude do assentamento. Foi realizada uma divisão do grupo em duplas, em que um indivíduo dessa dupla fez o desenho a partir da apresentação do outro. Para facilitar essa ação e cumprir parte dos objetivos do grupo, foram disponibilizadas as palavras-chave juventude, assentamento Silvio Rodrigues, passado, memória, presente, futuro e sonhos. No final desse momento houve a apresentação do desenho de cada um por seu parceiro e uma discussão final sobre o que foi abordado. A linguagem visual foi utilizada inicialmente como recurso com a identificação no grupo de pessoas com baixa escolaridade e conseqüente dificuldade na linguagem escrita.

Floresta dos sons: A técnica, apresentada em exercícios e jogos do Teatro do Oprimido, consiste na não utilização do sentido da visão para o desenvolvimento dos outros sentidos, com intuito de gerar reflexão em conjunto, em alternância de papéis desempenhada no grupo. O grupo se divide em duplas: um parceiro será o cego, e o outro o guia. Este emite sons de um animal, onde um será – gato, cachorro, passarinho ou qualquer outro – enquanto seu parceiro

escuta com atenção. Então os cegos fecham os olhos, e os guias, ao mesmo tempo, começam a fazer seus sons, que devem ser seguidos pelos cegos. Quando o guia para de fazer sons, o cego também deve parar. O guia é responsável pela segurança do parceiro (cego) e deve parar de fazer sons se o seu cego estiver prestes a esbarrar em outro, ou bater em algum objeto. O guia deve mudar constantemente de posição. Se o cego segue os sons com facilidade, o guia deve manter-se o mais distante possível, com a voz quase inaudível. O cego deve se concentrar somente no seu som, mesmo se ao seu lado tiver vários outros. O exercício tem como objetivo despertar e estimular a função seletiva da audição (BOAL, 1991).

Essa dinâmica permitiu o despertar da atenção e da noção de responsabilidade dos jovens enquanto grupo. No entanto, como foi a primeira dinâmica realizada¹⁹, a floresta dos sons permitiu interação entre participantes e moderadora de forma ainda tímida (Figura 6), mas sem prejuízo para a continuidade das discussões.

Figura 6: Floresta dos sons



Autoria: Dayana Aguiar

Roleta magnética: Nesta atividade²⁰, composta por uma roleta construída de forma artesanal utilizando ímãs como indicadores de palavras-tema, é proposto que um participante

¹⁹ As dinâmicas não devem seguir necessariamente uma ordem cronológica para utilização em trabalhos semelhantes a este. São dinâmicas utilizadas, ora no teatro do oprimido, ora como forma de sensibilização para o pensamento coletivo e reflexão crítica a partir de determinada realidade.

²⁰ Atividade proposta pelo professor Evandro Veras, graduado com especialização em matemática pela UFPI. Adaptada para o presente trabalho. Disponível em <http://professorphardal.blogspot.com.br/search/label/Jogos%20Recicladados>

inicie a discussão a partir da palavra indicada pelo ímã, sempre com o moderador respeitando a negação de fala sobre determinado tema. A partir da primeira fala, os outros participantes continuam a discussão até que se esgotem elementos relacionados à palavra da vez.

Figura 7: Roleta magnética – utilização de palavras-chave para discussão



Autoria: Dayana Aguiar

Durante um dos encontros do grupo focal, iniciou-se uma discussão a partir das palavras-chave juventude rural, assentamento de reforma agrária, Alto Paraíso e Chapada dos Veadeiros, como contexto inicial. A partir deste contexto, cada participante pôde girar a roleta para o sorteio de uma nova palavra. Das 22 palavras contidas na roleta, foram sorteadas 7, uma por cada membro presente: comunidade, coletivo, identidade, oportunidade, educação, futuro e trabalho. As resultantes da discussão a partir dessa dinâmica serão expostas no capítulo 4, com fim de análise em conjunto com as demais práticas e dinâmicas.

Dinâmica dos quatro movimentos²¹: A dinâmica dos quatro movimentos faz parte de exercícios de concentração teatral e tem como objetivo a interação entre um grupo a partir da atenção dada aos movimentos em um determinado espaço, em uma lógica temporal de atenção mútua. Nesta atividade os participantes ficam em círculo junto a um moderador. O moderador explica que todos devem estar preparados aos movimentos propostos. São

²¹ Esta dinâmica foi utilizada em oficina realizada por Marcela Farfan Recchia, licenciada em Artes Dramáticas e com grande conhecimento em Teatro do Oprimido, participando de diversas atividades junto ao Centro de Teatro do Oprimido – CTO, no Rio de Janeiro – RJ.

expostos quatro movimentos de braço acompanhados de sons denominados YAPS, HONDON, OPA e TORO²². Inicialmente é realizado o Yaps. Neste, um participante inicia o movimento e o próximo, de qualquer lado escolhido, deve passar este movimento, sempre com atenção para não se antecipar ou não atrasar a ação. O movimento é seguido até ter início o próximo, Hondon, em que a um novo movimento de braço, deve haver inversão do sentido inicial. O Opa é o terceiro movimento que, ao ser realizado, deve ocorrer a intercalação de movimentos pelos participantes. Por último, o toro, é um movimento final de elevação dos braços, em que os participantes devem estar atentos, pois neste, o primeiro participante que finalizar o movimento deverá reiniciar todo o exercício a partir de qualquer dos outros movimentos.

Dinâmica do chocolate²³: é uma dinâmica de grupo que busca a reflexão sobre a organização coletiva. Para essa dinâmica são necessários bombons e uma superfície da altura de uma mesa. A primeira turma recebe a ordem de um moderador de ficar com as mãos para trás e, sob nenhuma hipótese pode sair dessa posição. A segunda turma se posiciona logo atrás de cada pessoa da primeira turma. A primeira turma deverá tentar abrir a embalagem do bombom sem as mãos. O moderador observa o que ocorre. Como, geralmente, a primeira turma não consegue realizar a ação sem ajuda, o moderador pergunta se alguém tem a solução para o problema. A dinâmica é concluída com a discussão a respeito do trabalho coletivo, com o moderador indicando a presença da segunda turma, que poderia ter auxiliado a primeira turma, em um trabalho coletivo.

Elaboração coletiva de poemas: Nesta dinâmica, cada participante deve elaborar um poema a partir de tema proposto pelo moderador. Com os poemas nas mãos, forma-se um círculo, mas com todos os participantes de costas e de olhos fechados. Isso se dá com o propósito de que a leitura se dê sem que os participantes ouvintes identifiquem a autoria do texto lido, minimizando a inibição do leitor. Após esta ação, os participantes escolhem o texto que melhor descreve o tema sugerido pelo moderador e este será comentado por todos.

²² Denominações de sons utilizados para a atividade proposta, com origem dos nomes desconhecida.

²³ Tanto a dinâmica do chocolate como a elaboração coletiva de poemas e a dinâmica das mãos são trabalhos já popularizados em atividades de sensibilização para trabalhos coletivos e resolução de problemas, com origem desconhecida pela pesquisadora.

Figura 8: Leitura de poemas durante dinâmica



Autoria: Sabine Popov

Para o grupo focal do assentamento Silvio Rodrigues houve uma adaptação sugerida pelos participantes. O tema relacionado à juventude rural enquanto temporalidade foi o presente, e enquanto espaço foi o Assentamento Silvio Rodrigues. Cada participante confeccionou um poema. Logo após, todos se reuniram para a leitura. O diferencial ocorreu com a finalização da leitura, em que os participantes decidiram não selecionar o melhor texto, mas, a partir de todos os textos elaborados, selecionar trechos para composição de um único poema. O poema elaborado de forma coletiva está abaixo exposto. Os demais poemas, compostos como forma de inspiração à escrita coletiva, encontram-se no apêndice da presente pesquisa e embora não tenham sua análise aqui, podem ser incorporados a outros trabalhos a partir de análise do discurso enquanto prática de pesquisa devido à sua importância ideológica.

Fazer o que sempre mandam, mas isso pra mim é pouco
Todos os jovens merecem saber que todos tem o direito de vencer
Na juventude rural não tem nenhum mal

Juventude pode perder a batalha, mas nunca a guerra

Os melhores momentos são os que passamos juntos

Plantar e colher!

Observamos que a seleção de versos aponta para a busca por autonomia e por resistência aos processos de desterritorialização que ocorre com inúmeros sujeitos do campo. No “fazer o que sempre mandam”, surge com a falta de confiança que os adultos tratam a juventude. Quando esta apresenta ideias quanto à geração de renda, possibilidades e estudo e trabalho coletivo, muitas vezes os adultos responsáveis por esta juventude restringe suas ações. Além de divergências representadas pela faixa etária, a juventude presente no grupo, como representante da juventude rural, busca ser ouvida em seus planos. As palavras “direito”, “vencer”, “guerra”, sinalizam símbolos do grupo no que denominam resistência, a partir dos movimentos sociais. Direito à escolha coloca-se como de grande valor, à escolha em ir embora ou ficar, não devido às carências econômicas, sociais, culturais ou educacionais, mas a um sonho de cada indivíduo. Vencer e guerra aparecem como uma luta por garantia de seus territórios, de sua identidade enquanto categoria social, enquanto uma territorialidade construída a partir de apropriação coletiva, não dominação do que é coletivo.

Dinâmica das mãos: A dinâmica das mãos ocorre em dois momentos. No primeiro, cada participante deve recortar em papel o formato de uma de suas mãos para responder à questão - O que suas mãos já fizeram? - No segundo momento, em um papel com uma mão grande desenhada, os participantes deverão para responder à questão - O que suas mãos podem fazer? - Por meio de palavras ou desenho os participantes tem a possibilidade de recordar ações e refletir sobre outras, de forma coletiva. Esta dinâmica foi proposta como forma de sensibilização da juventude rural para a possibilidade de ações de autonomia a partir das questões citadas, com fim de reflexão sobre ações coletivas e luta por direitos. Expostos nas figuras 9, 10, 11 e 12, o resultado gerado, a partir de discussão coletiva, foi a reflexão sobre as práticas ainda invisibilizadas da juventude e as possibilidades de sua valorização.

Figuras 9, 10, 11 e 12: Dinâmica das mãos realizada durante o acampamento regional da juventude rural de Goiás no assentamento Silvio Rodrigues.



Autoria: Dayana Aguiar

Para as mãos confeccionadas de forma individual, ações em comum como plantei, colhi, cortei, estudei, escrevi identificaram suas ações cotidianas. Outras como lutei e ocupei apareceram nas mãos confeccionadas por jovens já inseridos em movimentos sociais. Já na mão confeccionada por todos os jovens participantes apareceram ações como trabalho em grupo, sonhar junto, realizar mutirões, trabalhar de forma cooperativa, conscientizar e lutar.

Exibição de material audiovisual: Como forma de iniciar algumas discussões foi apresentado material audiovisual relacionado aos temas trabalhados. As figuras a seguir representam dois destes momentos, com a exibição do documentário A ilha das flores e da série de discussões apresentadas na programação do canal Futura, denominada Diz aí juventude rural, ambas exibições ilustradas nas figuras 13 e 14.

Figura 10: Exibição de material audiovisual – A Ilha das Flores



Autoria: Dayana Aguiar

Figura 11: Exibição de material audiovisual: Diz aí Juventude Rural



Autoria: Dayana Aguiar

4. O GRUPO FOCAL: AÇÕES E ANÁLISE

Como resultado do encontro inicial com o grupo de jovens do assentamento Silvio Rodrigues, além dos seis grupos focais houve a possibilidade de realizar uma análise das expectativas da juventude rural naquele contexto, a partir de perspectivas de continuidade no campo, relatadas em outros momentos em situações informais. Pudemos identificar elementos de resistência e de busca por autonomia, com um esboço de ações para novas territorialidades. Diversos elementos foram trabalhados como pontos identificados de relevância para a juventude rural. Entre diversos pontos que envolvem discussões sobre a juventude, educação, comunicação, lazer, trabalho e coletividade se destacaram nas atividades realizadas.

Os temas inicialmente identificados como de maior relevância e que tiveram mais elementos geradores de debate foram educação e comunicação. O tema terra e meio ambiente teve pouca relevância, mas foi discutida a noção de pertencimento da juventude, com o acesso à terra e o contato com a natureza proporcionado em um ambiente rural. Os temas política e gênero não foram abordados pelos jovens e decidimos continuar observando como isso se colocaria nos encontros seguintes. Houve algumas pontuações isoladas, mas sem continuidade quando citávamos os dois temas de discussão.

4.1 Resultados a partir dos tempos históricos: passado, presente e futuro

Inicialmente, de forma livre, cada jovem pôde falar sobre o tema em que estaria mais familiarizado a partir de sua realidade, fazendo breve resgate de sua história no assentamento. Nos dois primeiros encontros houve pouca conversa entre jovens e pesquisadoras. O uso das dinâmicas para que o grupo pudesse se sentir mais à vontade para a discussão, além do uso de documentários relacionados ao tema, auxiliaram na participação de todos durante os trabalhos com o grupo focal. Após esse período seguiram-se ricos trabalhos. A discussão sobre os direitos da juventude rural, as políticas oferecidas à categoria social e a necessidade de formação de grupos para fortalecimento deram-se como temas para a permanência da juventude no campo como resistência.

Durante os encontros, com a utilização das ferramentas de comunicação, houve a discussão sobre a juventude rural utilizando os tempos históricos passado, presente e futuro. Os elementos apontados do passado foram bastante pessoais como infância de alguns na

cidade e de outros entre assentamento e cidade. A escola foi demonstrada como elemento de importância, mas que, para alguns, não foi possível uma continuidade nos estudos por diferentes motivos. No presente foram apontados família, escola e lazer como elementos de grande importância para a juventude. Mesmo os que haviam deixado os estudos apontam para o desejo de volta à escola. No tempo presente também apontaram para a dificuldade em seguir com o grupo de jovens do assentamento, pois, muitos dos que participavam das reuniões e ações do grupo no ano de 2013 se mudaram para a cidade para trabalhar ou se casaram e não se interessavam mais pelas decisões do grupo.

Em relação ao presente foram identificados pontos favoráveis e não favoráveis à decisão dos jovens em permanecer no assentamento. Os pontos que se mostraram não favoráveis foram o individualismo, que não permitia o trabalho coletivo e as ações do grupo de jovens, a falta de infraestrutura adequada para reuniões, falta de local destinado ao beneficiamento e armazenamento de alimentos, lazer e festas, a falta de comunicação (acesso à internet e telefone), a distância da cidade e a falta de transporte. Colocou-se como elemento simbólico a acomodação da juventude, com comentários sobre os jovens do assentamento não buscarem seus direitos e não trabalharem coletivamente. Os pontos que se mostraram favoráveis no tempo presente para o grupo foram a expectativa de melhoria na participação de projetos, nas ações da associação, a persistência das famílias com o trabalho diário, poucas ocorrências de violência e possibilidade de desfrutar da natureza.

Com relação ao tempo futuro, os desenhos levaram a uma discussão inicial com relação às dificuldades em permanecer no assentamento. Educação e trabalho foram os pontos de maior relevância para a necessidade futura de migrarem para a cidade. Como motivos de permanência, pontos em comum entre os participantes do grupo, como a tranquilidade do campo, a natureza e a família se mostraram como favoráveis. Outro motivo de permanência é a esperança coletiva de que haja opções de acesso à universidade em um futuro próximo. Para a decisão em ficar, identificamos razões concretas como a proximidade da família, a possibilidade de plantar e colher e a moradia sem custo. Os participantes dos encontros do grupo focal colocaram em evidência a importância das razões simbólicas para o jovem permanecer no campo, como a possibilidade de enxergar melhor as estrelas, o silêncio e a tranquilidade da noite, a vizinhança acolhedora e a humildade das pessoas.

Relacionados diretamente aos temas trabalho e comunidade, as relações no assentamento Silvio Rodrigues contêm em seu histórico uma caracterização enquanto

acampamento diferente da caracterização enquanto assentamento, confirmando uma situação encontrada em outros assentamentos já visitados pela pesquisadora. Quando acampamento a presença de trabalhos coletivos ocorriam de forma contínua, por meio de mutirões, plantio, colheita, cuidados com as crianças e decisões sobre a organização comunitária. Quando se tornou assentamento e houve a divisão das parcelas ou dos lotes para cada família, não ocorreu a continuidade de diversos trabalhos coletivos. Mesmo com a presença de áreas de uso coletivo, os trabalhos passaram, em sua maior parte, a ocorrer de forma individual, cada família buscou realizar trabalhos em seu lote. Não houve uma negação ao coletivo, mas uma nova caracterização dos trabalhos, de acordo com a divisão do espaço realizada.

Mesmo com esse histórico sempre há algum elemento presente caracterizando o trabalho coletivo, muitas vezes realizado para o plantio de grãos como milho, arroz e feijão, em que durante a colheita, é realizada divisão entre as famílias. M.C.S., jovem que acompanha toda a organização comunitária, faz sua observação e verifica que mesmo a comunidade se reunindo para diversos trabalhos, principalmente relacionados à agricultura, a juventude não se encontra ali, não há convite à sua participação. Contribuindo com argumento G. afirma:

Comunidade é o coletivo, é onde as pessoas se encontram, Silvio Rodrigues é uma comunidade, Alto Paraíso é uma comunidade e São Jorge é outra comunidade. Então o que é que está sendo a comunidade, qual a experiência da comunidade? Só tem rivalidade? Eu acho que, tipo assim, tem muitas pessoas que querem fazer, melhorar a comunidade. Só que por falta de organização, de comunicação, as pessoas não conseguem fazer.

Quanto à comunidade e ao processo coletivo de organização comunitária:

M. C. S.: Hoje a comunidade não inclui a juventude rural, até porque os jovens também não se colocam dentro da comunidade. Para muitos, jovem é aquele que fica em casa, os bem jovens, de 16 ou 17 anos, e não participa de nenhuma atividade da comunidade. Podemos formar a comunidade onde o jovem esteja inserido, contagiando mais pessoas, mas com o jovem construindo.

Nessa discussão, a juventude diferencia o trabalho de sua comunidade com o trabalho coletivo, e afirma que a comunidade não necessariamente realiza um trabalho coletivo, e isso caracteriza sua comunidade, a partir do trabalho individual. Quando, nos encontros, o tema trabalho era discutido, havia grande diferença na opinião das jovens e dos jovens. O trabalho rural para muitas jovens é um trabalho muito pesado e sem garantia de renda. Algumas jovens não queriam permanecer no campo, mesmo se fossem oferecidas oportunidades relacionadas

ao trabalho rural. Trabalhos não relacionados à agricultura são por muitas jovens, mais desejados.

M.C.S.: Coletivo é o que se tem dentro das comunidades ou não. A pessoa pode viver em comunidade, mas não fazer as coisas em comunidade, pode ser uma comunidade e um morar perto do outro, mas sem conversa. A comunidade pode ou não ser coletiva. O pessoal pode viver em uma comunidade e não viver trabalhando junto.

O sentido de coletividade foi posto como elemento de grande relevância pelo grupo. O trabalho realizado de forma coletiva, como exposto na fala de M. C. S., é mais que a formação comunitária no assentamento. O coletivo é uma construção de ações e ideais que se complementam em um grupo.

S. R.: No individual fica mais difícil, no coletivo dá pra fazer mais coisas. Se a gente faz o trabalho junto dá mais certo. A agrofloresta, os trabalhos na RECIFRA, se fosse mais gente trabalhando junto, ia ter mais resultado.

Quando questionados sobre o que dificultava o trabalho coletivo, todos concordaram que há muito individualismo, que é muito difícil trabalhar em grupo e que mesmo na realidade dos adultos, o trabalho coletivo gerava conflitos. Já quanto ao trabalho em si e sua representação na sociedade, o grupo indicou que este não deveria ser tão cansativo e tão dispendioso de tempo para a juventude:

S. R. : Eu acho que se tivesse mais oportunidade de lazer, isso já ajudar nas oportunidades de trabalho. Porque com lazer, a gente podia trabalhar, ia ficar mais fácil.

O que se pôde concluir foi que, o trabalho não parece ser o maior empecilho à decisão destes e destas jovens entre ficar no campo ou ir para a cidade. Ocorre que a falta de oportunidades de trabalho com melhor renda que recebida por seus familiares, acaba influenciando mais em sua decisão que o próprio trabalho, em sua exigência de dedicação em esforço como ocorre na agricultura, como afirma K. V.:

Eu acho que as pessoas saem daqui, muitas porque não gostam de morar na roça, mas eu acho que é falta de oportunidade. Na cidade existe a possibilidade da gente fazer uma coisa. É uma chance. Coisa que a gente não tem muito aqui, trabalho, faculdade. Porque não tem muitas coisas pra fazer, não tem lugar pra sair, o único que tem todo mundo já conhece, não tem graça. Penso também na oportunidade de fazer faculdade, ganhar melhor.

Continuando a conversa, perguntamos como alguém do assentamento continuaria próximo à sua realidade, mesmo tendo uma formação profissional que não se caracteriza como trabalho rural, novamente G. responde:

Tem aí muita gente querendo aposentar, tendo que contratar advogado de fora. O cara de fora ainda pega um monte de dinheiro dele (do agricultor). Se tivesse um advogado aqui, já ia conhecer a pessoa, ia ajudar. Se tivesse um advogado aqui dentro ele ia conhecer a realidade, ia estar dentro do problema. Agora vou contratar uma pessoa lá de Brasília pra resolver meu problema? Ele nunca vai saber resolver, você não tem informação deles, e você não vai conseguir passar de forma clara seu problema pra eles. Se fosse uma pessoa aqui de dentro ia estar dentro do problema.

Essa fala representa bem a caracterização de territorialidade em sua forma material e imaterial, construída pelos sujeitos do campo, a partir não só da apropriação material do território, mas com a inserção de formas de trabalhos com indivíduos que conhecem a realidade do campo e de assentamentos de reforma agrária, simbolizando o fortalecimento de identidades, diversificando a atuação no campo e desconstruindo o rural, com outras possibilidades que não somente lidar diretamente com o plantio, mas também colhendo, direitos, afirmação, autonomia. A diversificação de oportunidades em educação e trabalho são de grande importância para a reflexão da juventude rural em sua escolha entre o rural e o urbano.

Durante os encontros, outro tema de muita relevância nas discussões foi a educação, a escola e suas mudanças atuais. Quanto à educação, todos concordaram que era um tema importante e que poderia muito bem ser abordado juntamente aos temas comunidade e coletivo, trabalho, com a perspectiva de autonomia. Quanto à escola e suas atuais mudanças a partir de exemplos de ações nas escolas democráticas, foi dito que:

S.H.: A escola mudou, mas ainda não tá bom. A parte de conteúdo, de matéria, é bom, você aprende. Tem essas outras coisas que tem a ver, alimentação, dá pra conversar. Esse ano eles tão tentando fazer diferente, os alunos que escolhem como será dada a matéria. Esse semestre tá bem difícil, tá confuso, eles ainda não estão fazendo tudo dessa forma, mas tá indo.

É importante relatar a percepção acerca dessas modificações já que, nas denominadas escolas democráticas, o fato de o aluno percebê-las e delas fazer parte, é um avanço muito importante. Quando S.H. relata que ainda está “bem difícil, confuso, mas tá indo”, há uma percepção quanto às mudanças em seu papel como aluno. Vê-se no discurso dos e das jovens do grupo que essa dificuldade maior está principalmente quando agora os alunos escolhem como será dada determinada disciplina, entre outras mudanças de caráter dialógico. Essa liberdade é elemento novo na experiência escolar destes e destas jovens, que parecem não

estar ainda preparados para decidir, e é assim que deve ocorrer, com estímulos iniciais a processos de decisão. Na realidade do grupo identifica-se a constituição de um processo inicial de busca por autonomia na escola:

Ninguém é autônomo primeiro para depois decidir. A autonomia vai se constituindo na experiência de várias, inúmeras decisões, que vão sendo tomadas... A autonomia, enquanto amadurecimento do ser para si, é processo. É vir a ser... É neste sentido que uma pedagogia da autonomia tem de estar centrada em experiências estimuladoras da decisão e da responsabilidade, vale dizer, em experiências respeitosas de liberdade (FREIRE, 1999, p.120).

O processo de abertura ao diálogo entre estudantes e professores é avaliado como positivo e importante para a autonomia dos e das estudantes. Alguns participantes sugeriram que, para facilitar esse diálogo, haja dinâmicas de grupo constantes que estimulem a interação, além de disponibilização de material audiovisual para visualização e discussão. G. afirma que muitas vezes, a mudança não virá do professor, mas do posicionamento dos estudantes com relação à necessidade de mudança, que este estudante deverá sempre se fazer ouvir. Apesar das modificações com relação à democratização da escola, o grupo identificou problemas na infraestrutura da escola, que comprometem a qualidade do ensino, como a falta de laboratórios para as práticas em química, física e biologia.

Já fora da realidade da escola, envolvendo o assentamento, outro tema discutido foi comunicação. Para a juventude rural e, neste recorte espacial como exemplo, a comunicação é extremamente importante, tanto para sua formação educacional, como para inúmeras ações que se tornam possível com uma estrutura de comunicação eficiente. No assentamento Sílvia Rodrigues, há dificuldade para o uso de internet e telefone. O equipamento instalado de recepção de sinal telefônico não atende a todas as famílias e possui sinal, muitas vezes intermitente. Quando falamos sobre conhecimento de políticas públicas e acesso às informações sobre estas, muitos desconheciam, apesar da divulgação via internet.

Ao questionarmos como se dá a elaboração de projetos que envolvem a juventude rural, por meio da disponibilização de editais, o grupo afirmou que a dificuldade no acesso à internet não permite que conheçam o edital em tempo de elaborar uma proposta dentro do prazo de envio da documentação²⁴. O acesso à internet se dá somente a quem tem condições financeiras de instalar uma antena de captação de sinal. Como alternativa a esta carência,

²⁴ Durante o período de pesquisa tive acesso a dois editais de projeto com o tema juventude rural e encaminhei a proposta a um dos jovens por meio de rede social. Quando tivemos um encontro, soubemos que não havia mais tempo de inscrever o grupo no projeto e confirmamos o problema.

quase todos que precisam desse acesso recorrem a alguma *lan house* em Alto Paraíso. No entanto, outras dificuldades como a distância e a falta de transporte, acabam por impedir o acesso à comunicação e desestimular a juventude a procurar alternativas em sua decisão de permanecer no campo.

Além disso, como elemento de grande importância, impõem-se ao jovem urbano uma relação com tempo diferente da relação de tempo com o jovem rural. Não procurando uma generalização, mas apenas desejando ressaltar as diferenças, vemos que o tempo urbano é o agora, é a inserção tecnológica imediata, é a capacitação imediata, assim como o uso do espaço em um movimento que identifica seus sujeitos em um mundo globalizado, em que tudo deve ocorrer de forma imediata. O tempo rural é diferente, o agora rural é outro, não está inserido o imediato, mas o cultivo do que virá amanhã, é um tempo que não usufrui a globalização como é dada ou imposta, não é um tempo concomitante ao tempo urbano.

Acreditamos ser importante essa compreensão porque quando são elaboradas ações públicas para a juventude, como a disponibilidade de políticas públicas ou formas de capacitação, o tempo para que haja uma ação será outro, assim como os meios para a busca desses elementos serão obtidos em um tempo diferente. A forma com que estes sujeitos (rurais) utilizam o tempo, a partir de sua localidade, é diferente de como aqueles sujeitos (urbanos) utilizam esse mesmo tempo, podendo afirmar que há uma coexistência entre eles (SANTOS, 1997).

Quanto ao futuro quase todo o grupo teve uma visão otimista, com prosperidade e trabalho coletivo, com comunicação auxiliando na educação e no trabalho. Um participante do grupo não concordou e acredita que não há expectativas com a juventude, que somente o trabalho com as crianças poderá levar a um futuro melhor.

S. H.: Tem pessoas que querem ficar no assentamento, mas aí tinha que ter uma faculdade aqui perto, que nem o G. falou. Tem jovens também que querem estudar fora, não querem ficar aqui, que é a maior parte e é o que eu lembro. Ter algo disso aqui é uma oportunidade para o jovem ficar aqui dentro. Acho que muitos querem ficar, mas não tem faculdade.

Quando o acesso à universidade foi colocado como elemento de relevância para a decisão sobre a permanência no campo, houve algumas reflexões, como a que segue:

M. C. S.: A perspectiva de futuro, vocês falaram, a gente queria fazer faculdade. Eu to fazendo faculdade e o G. também tá. Pra uma perspectiva de futuro se 10 pessoas daqui se formarem na faculdade, vai melhorar será? Será que é só isso? Será que é só a faculdade? Falam que não tem oportunidade e vão embora? E as oportunidades dos projetos?

Percebemos que a expectativa da juventude quanto ao acesso ao ensino superior é de extrema relevância. A ausência ou a distância de alguma universidade próxima ao assentamento parece ser um fator decisivo quanto à permanência no campo. A universidade mais próxima é a UnB, mas a comunicação quanto às formas de inserção, disponibilidades de cursos e distanciamento ainda relevante da realidade do campo se tornam obstáculos empecilhos na busca pela educação superior. Uma forma de acesso possível à universidade, como afirmou M. C. S. é a educação à distância. Este jovem citou seu exemplo, sendo recentemente aprovado no curso superior de Educação à Distância (EAD) da UnB e atualmente buscando adaptar seu tempo de estudo ao trabalho na agricultura, no grupo de jovens e em suas obrigações na associação. Mas observa que, mesmo com essa facilidade no acesso ao ensino superior, faz falta a internet para a maioria das e dos jovens.

Outro elemento abordado foi o lazer, como elemento que faz grande falta à juventude. Os participantes afirmaram que o lazer era limitado às festas organizadas pela comunidade, os banhos de cachoeira e a prática de esportes, limitada ao futebol, organizado uma vez por semana quando a quadra coberta da CIFRATER é liberada ao uso da comunidade. Perguntamos como o lazer influenciava na decisão sobre a permanência das e dos jovens no assentamento.

Todos concordaram que estavam “na idade” de se divertirem e que ali no assentamento não havia essa possibilidade. S.R. detalhou melhor a importância do lazer: “Eu acho que se tivesse mais oportunidade de lazer, isso já ia ajudar nas oportunidades de trabalho. Porque com lazer, a gente podia trabalhar melhor, ia ficar mais fácil”. O lazer é visto por este jovem, em concordância com os demais, como elemento que faz grande falta, quando comparado às oportunidades de lazer existentes na cidade. Muitos citaram que se divertem melhor durante as férias, porque tem a oportunidade de viajar para casa de parentes, onde tem oportunidade de ir ao cinema, festas urbanas, zoológico e parques.

Quando abordamos o tema identidade, em diversos encontros, para a percepção da juventude rural enquanto sujeito com características formadoras de identidade, houve diversos apontamentos. Inicialmente houve uma tentativa de conceituar:

G: A identidade é o que identifica a pessoa. A identidade dela pode ser gostar e trabalhar no coletivo. Vamos supor: minha identidade é trabalhar no coletivo, então eu vou querer que as pessoas perto de mim trabalhem, não necessariamente fazendo a mesma coisa, mas seguindo um mesmo ideal aqui dentro do assentamento. Se criar uma identidade coletiva pode mudar muita coisa.

Em continuidade partiu-se para a compreensão da juventude como uma identidade coletiva, com necessidade de trabalhos conjuntos e diálogo:

S. R.: Se todo mundo se reunir e ver o que os outros precisam e você pensar igual, tem que falar pra poder ajudar a comunidade no coletivo.

Para a discussão acerca da identidade da juventude rural ali reunida, diversos elementos do grupo focal contribuíram para a compreensão da importância do trabalho coletivo, do diálogo e da troca de conhecimentos sobre políticas públicas, eventos políticos e estudos sobre a categoria. Quanto à participação em grupo de decisão, como a associação, S.H. declara que “Eu acho que não temos voz, na associação e nas reuniões da comunidade, e acho também que o grupo tem pouca força de vontade.”

Como forma de resistência e afirmação de identidade, quando questionados sobre a afirmação enquanto jovem:

M. C. S.: Quando eu estou nos espaços eu nem me identifico como jovem, porque o jovem é reconhecido como irresponsável, imaturo.

A identidade aí deve ser trabalhada também enquanto expressão de territorialidade, como uma apropriação a partir da compreensão de sua importância enquanto indivíduo e enquanto coletivo. O espaço em que a juventude rural não se reconhece é um espaço que intimida e que dificulta sua afirmação, e a torna simbolicamente invisibilizada, mesmo estando fisicamente presente.

4.2 Entre o rural e o urbano: quais as implicações na escolha?

A relação com a cidade passa a ser uma fuga tanto da invisibilidade, com adultos não permitindo sua participação nas decisões familiares e comunitárias, quanto da falta de expectativas no meio rural, expectativas essas múltiplas relacionadas diretamente ao trabalho e à educação:

Não é exagero dizer que os jovens rurais brasileiros não gozam do direito à cidadania quando se trata de admiti-los como sujeitos ou atores políticos com direito a participar das decisões que afetam sua vida e seu futuro. Além disso, da perspectiva dos direitos sociais, mesmo os mais elementares, essa juventude convive com situações de não-reconhecimento, preconceito, marginalidade e exclusão [...] invisibilidade e migração parecem fortalecer-se mutuamente, criando um círculo vicioso em que a falta de perspectivas tira dos jovens o direito de sonhar com um futuro promissor no meio rural (WEISHEIMER, 2005, p.8).

Essas perspectivas traduzem-se para a juventude rural com a discussão sobre oportunidades, negadas pela falta de políticas específicas para essa categoria social. No grupo focal o assunto foi bem explorado, tanto na discussão quanto na exposição de material audiovisual e na explanação de possibilidades de trabalho e educação, ainda limitados à formação técnica em agricultura e pecuária, como bem expressa G:

Porque também uma coisa não é só do campo ou só da cidade, eu posso ter um advogado que trabalha no campo, que nem aqui no assentamento, ou uma coisa pra fazer fora, tipo um projeto, um advogado daqui fazer. Ou um médico se aqui tivesse um postinho. Agora dizer que um desses é só de fora e agronomia é só do campo, não é, por que essa ligação entre campo e cidade é muito viva.

O jovem expressa uma reflexão a partir da realidade do campo imposta historicamente. O desejo por novas territorialidades se expressa em sua fala pela apropriação dos postos de trabalho, pelo atendimento à comunidade e pela caracterização múltipla do campo, que não restrita a apenas uma forma de trabalho, mas com trabalhos que se complementam, abrem oportunidades também à juventude e trazem a afirmação de identidades.

Ao mesmo tempo em que são expostas as contradições entre rural e urbano ou campo e cidade, quando são abordados os temas oportunidades em educação e trabalho, os e as participantes do grupo focal buscam trazer à discussão elementos que aproximem os dois mundos, mesmo que não apenas elementos concretos e presentes, mas elementos futuros, como o mesmo tratamento em relação ao que é oferecido aos jovens da cidade. Para a maioria dos participantes, há formas de contribuir para que optem em permanecer no campo, mas lamentam que essa contribuição, em educação e trabalho no campo venha quando já não terão mais paciência por esperar:

G: Oportunidade de estudo no assentamento é importante. Eu queria continuar dentro do assentamento, mas fiquei longe de tudo, aí tem que ir pra Brasília ou Anápolis e ficar fechadinho numa escola... Houve uma oportunidade, mas tive que ir lá pro Rio Grande do Sul fazer, não tinha essa oportunidade aqui no Estado. Se todos jovens que se formar no ensino

médio e todo ano ele se empenhar pra criar oportunidade aqui dentro, mesmo que seja só um curso de capacitação, curso técnico, ia ser importante porque estimularia os jovens a ficar aqui mesmo. Quem formou deve ter dois ou três que continuou depois da escola. Poderia ser aqui. Oportunidade de emprego, na agricultura ou outra coisa, pra levar seu conhecimento no campo.

Sobre oportunidades de emprego, houve discordância quanto à sua carência, demonstrando a cobrança de muitos jovens quanto à participação em projetos já existentes no assentamento com objetivo de geração de renda.

M. C. S.: Oportunidade de emprego é a gente que cria. Exemplo: eu precisei sair do campo pra gerar emprego aqui? Como exemplo a horta da S. H. que já vende e gera renda sem ela sair daqui.

Nova discordância entre os participantes, quanto ao trabalho e a renda gerada:

K.: mexer com horta não é bom porque tem que passar um tempão plantando e colhendo, pra levar pra lá (para a feira) e depois ganhar uma mixaria.

Diversos pontos conflitantes foram apontadas sobre as oportunidades existentes e a relação juventude/trabalho, sinalizando a diversidade de ideias sobre como os e as jovens poderiam ter para continuar no campo, caso assim desejasse. A quantidade de tempo gasta com o trabalho, sinalizado na discussão como a horta, o desgaste físico ou o valor monetário de determinados trabalhos colocaram-se como elementos de grande importância. Sinalizando e finalizando a discussão, foram reunidos, durante a pesquisa, comentários de jovens do assentamento, em diferentes momentos, sobre a emergência em estabelecer ações para a escolha futura da juventude rural entre ficar no campo ou viver na cidade, não para a imposição presente na negação de direitos:

“Aqui faltam oportunidades.”

“Existem muito mais políticas para a juventude urbana.”

“A diferença entre a gente e a juventude urbana é que eles têm reconhecimento, oportunidades.”

“Queremos conhecer agroecologia pra poder falar sobre ela.”

“Queremos internet pra poder conhecer nossos direitos, porque o movimento fala pra gente lutar, mas ninguém fala pra como faz isso, que tem aquela política, que tem aquele projeto.”

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando começamos a pesquisa junto ao grupo de jovens, confirmamos o que diversos estudos já apontavam. Como um recorte da categoria juventude rural, encontramos a representação de negação de direitos, tanto sociais, quanto políticos, ao percebermos que mesmo entre a juventude e os adultos do assentamento havia uma não aceitação quanto à participação destes enquanto sujeitos políticos. É claro que, com exceções e com uma breve argumentação sobre. Essa negação dos adultos em reconhecer o potencial de atuação política nada mais parece que a continuidade do que foi dado como perspectiva a estes adultos enquanto eram jovens. A exclusão de espaços de discussão também era negada em outras gerações, como um espelho das relações sociais estabelecidas para a juventude. No entanto, ao perceberem isso, há uma maior possibilidade da juventude presente lutar por relações sociais estabelecidas não para ela, mas por ela, enquanto participante de processos de decisão.

Foi possível, mesmo com algumas limitações, levantar problemas e demandas junto à juventude rural do assentamento Silvio Rodrigues. Ao estabelecermos com o grupo recortes temporais, a partir de histórias que remetiam ao tempo passado, seguindo para o tempo presente e futuro em cada grupo focal, conseguimos reunir elementos históricos, do assentamento, demandas presentes e perspectivas futuras.

Para o tempo passado, houve relatos da constituição do assentamento e infância na escola, mas pouco sobre trabalhos junto à juventude. O que obtivemos de dados do assentamento em sua constituição partiu do resgate de histórias contadas pelos familiares das e dos jovens, já que a maior parte do grupo participante da pesquisa era ainda criança na época. O resgate foi uma grande contribuição para caracterizarmos o assentamento desde a ocupação, com histórico de conflitos na CIFRATER, conquistas da associação e a necessidade de muitos jovens em viver na cidade, muitos em busca de trabalho. A volta de outros jovens como força e como incentivos ao grupo em continuar as reuniões e trabalho também contou como um importante elemento gerador discussão. Aí já pudemos identificar a constituição de novas territorialidade, com sujeitos em resistência à expropriação e à fragmentação de identidades. Com a ocupação representando processo de reterritorialização, de forma material e simbólica. A exigência pelo uso do espaço escolar já existente, a associação ativa e a recente formação do grupo de jovens em busca de visibilidade exhibe uma comunidade ativa.

Para o tempo presente, inicialmente encontramos um grupo em reestruturação, ainda com a presença intermitente de alguns jovens, com certa desconfiança quanto à proposta da pesquisa. Compreendendo as necessidades de diálogo acerca do presente para a juventude no contexto apresentado, a realidade do grupo, as ausências e resistências, foi possível exercitar junto a eles o auto-reconhecimento enquanto categoria e traçar proposições reais para discussão. Neste tempo presente estava posta como realidade a escola para a maioria. O EHC, em sua proposta de mudança de postura na comunicação entre alunos e professores, já estava chamando atenção em sua mudança. A abertura ao diálogo em uma escola causou estranhamento no grupo, mas também certo entusiasmo, com a possibilidade do novo. Os projetos produtivos, estabelecidos como ações junto à UnB Cerrado também estiveram durante a pesquisa ocorrendo de forma constante. Em meio a conversas percebemos que a maior parte dos projetos produtivos no grupo não atende às perspectivas das jovens do assentamento.

Entre as atividades estavam o plantio de quintais agroflorestais, com a complementação de criação de aves, construção de viveiros. A maior parte das jovens participantes da pesquisa não mostrou entusiasmo com estas atividades, relacionando o trabalho a grande esforço físico, com pouco retorno financeiro. Neste momento houve embate, pois algumas jovens já envolvidas nas ações junto à UnB Cerrado afirmaram ser positiva a ação para mulheres e que se trabalhassem como coletivo demandaria menor esforço. Como gênero, este foi o único momento de relevante discussão, já que não encontramos abertura para o debate do tema. Enquanto identidade, foi possível perceber a organização coletiva do grupo representante da juventude do assentamento, para as festas e para o acampamento regional da juventude rural, liderado por uma jovem do assentamento inserida no MST. O tempo presente mostrou-se um tempo de experiências educativas, na escola, nos projetos produtivos e no debate junto ao MST.

Para o futuro houve a identificação positiva de envolvimento em movimentos sociais e novos projetos produtivos e culturais para o assentamento. A possibilidade de realizar eventos para a juventude, as modificações na escola e alguns elementos gerados do debate ocorrido durante a pesquisa, levaram à juventude a um olhar mais atencioso quanto à necessidade de organização. Como elemento negativo ocorreu a possibilidade de migração de grande parte das e dos jovens presentes no grupo focal, devido às carências citadas neste trabalho, não devido à escolha pessoal. Compreendeu-se que, mesmo organizados, não era esperada para

um futuro próximo uma real modificação em oportunidades para a escolha da juventude rural em ficar.

Algumas limitações se fizeram presentes durante a execução da pesquisa. Com uma perspectiva inicial da participação de cerca de 15 jovens, havia a possibilidade de formação de dois grupos focais, tanto para maior participação dos presentes quanto para encontrar elementos divergentes e semelhantes, em grupos formados por uma só categoria. No entanto, com o relato de migração para as cidades, como alguns jovens que terminaram o ensino médio e partiram em busca de trabalho ou se casaram, ou ainda não tinham interesse na proposta de pesquisa, tivemos a participação nos encontros de sete jovens, com outros jovens participando ocasionalmente das reuniões. Não houve, com isso, a formação de mais de um grupo focal, impossibilitando a identificação de elementos de divergência entre grupos formados por jovens. No entanto, ressalta-se que além de permitir o encontro de importantes elementos de discussão para a pesquisa, este número de participantes está dentro do sugerido para trabalhos com grupos focais.

Outra limitação foi o tempo de pesquisa, tempo este imposto pela academia que muitas vezes não condiz com o tempo real necessário à realização de trabalhos e pesquisas. Com a dificuldade inicial em encontrar um grupo de jovens no DF e entorno, com histórico de organização e discussão, o tempo de realização da pesquisa no recorte utilizado ficou limitado. Apenas 6 meses para conhecer o assentamento, seu histórico, reunir dados de constituição desde o acampamento, entraves, sucesso, lutas, conhecer o histórico da juventude no local, relações com a escola, trabalho, lazer e cultura, junto a um quadro heterogêneo de ações para o grupo focal, pode ter prejudicado o tempo de análise de conteúdo, não possibilitando uma maior reflexão.

A falta de comunicação também se apresentou como obstáculo ao cumprimento do cronograma de campo. A dificuldade de comunicação entre o grupo, por meio telefônico ou internet limitava o número de participantes no grupo focal, muitas vezes por desconhecimento dos horários ou localização dos encontros, que acabavam sendo adiados de acordo com a agenda de reuniões e festividades do assentamento. Houve o número de encontros previstos, mas algumas viagens com poucos resultados, gerados pelos desencontros.

Enquanto êxito de pesquisa, a utilização das dinâmicas auxiliou o início dos diálogos, como uma forma de deixar o grupo mais à vontade para conversar. Todas as dinâmicas

buscaram incentivar a consciência coletiva, tanto para a execução do grupo focal quanto para outros trabalhos envolvendo o grupo de jovens. Os trabalhos com teatro do oprimido, utilizado na pesquisa, permitiu a sensibilização quanto à categoria juventude rural se identificando enquanto sujeito em busca de perspectivas de direito e não a negação histórica. O teatro imagem, trabalhando o real e o ideal, mostrou-se de grande importância para o grupo nos dois momentos, enquanto realidade e demonstração de trabalho e realidade, e enquanto sonho e perspectiva enquanto objetivo de futuro, com demonstração de lazer e perspectivas de estudo e trabalho. A cartografia social, embora não tenhamos conseguido finalizar as projeções de futuro expostas no papel, pôde transcrever como as jovens e os jovens do assentamento percebem sua realidade e projetam o futuro. Como grupo, possuem semelhança quanto ao desejo de produção em bases agroecológicas, mas além disso, projetam espaços de lazer e trabalho, em uma perspectiva simbólica, mas como forma de apropriação do território.

O grupo focal enquanto método de comunicação com a juventude rural, para a busca de dados e para ajudar a revelar identidades ainda conhecidas, mostrou-se de grande importância para a obtenção dos resultados buscados e cumprimentos dos objetivos propostos. A possibilidade de se utilizar múltiplas ferramentas trazidas por uma proposta aberta ao diálogo e buscando este diálogo de forma mais lúdica, muito contribuiu para a comunicação entre pesquisadora e jovens. Foi possível perceber que a recepção aos jogos, dinâmicas, exibição de audiovisual, oficinas de teatro do oprimido e mapeamento participativo foi positiva. O diálogo foi se enriquecendo e a participação, ainda que ocorrendo de forma um pouco tímida, foi de grande relevância para a pesquisa. Acreditamos também que a pesquisa atuou na afirmação da identidade do grupo de jovens do assentamento, que poderão utilizar os materiais apresentados no grupo focal para continuidade de seus encontros e discussões. O grupo focal enquanto ferramenta que traz outras formas de comunicação e discussão mostra-se como elementos de grande importância no uso em comunidades, tanto para seu conhecimento quanto para possibilitar novas ferramentas e dinâmicas que podem ser utilizadas em práticas e reflexões de cunho político.

Como perspectiva de continuidade da juventude rural no campo, é de extrema importância que haja formas de organização com ferramentas de reflexão e oportunidades de discussão. Para que esta tenha visibilidade como categoria social o caminho deve ser trilhado com oportunidades múltiplas, aqui discutidas e já mencionadas em outros estudos sobre juventude rural. Os jovens ou as jovens que vivem em assentamentos de reforma agrária não deveriam

ser responsabilizados pela negação a direitos. Deveriam ter a possibilidade de constituição de novas territorialidades, mesmo que estas territorialidade não se dessem no campo, mas que fossem geradas pela escolha. As territorialidades devem ser construídas pela oportunidade do diálogo e pela riqueza dos resultados gerados. Se não abrimos esta possibilidade, só nos resta a dominação.

Ainda com algumas lacunas a serem preenchidas em pesquisas posteriores, foi de grande satisfação acadêmica e pessoal, a busca por elementos que pudessem trazer outras perspectivas para a juventude rural que não a de migração para a cidade, propostas por elas, enquanto sujeito de pesquisa. A abertura ao diálogo, possibilitada pela metodologia apresentada foi de grande importância para dar voz a uma categoria com histórico de negação, discriminação e preconceito.

A partir de estudos multidisciplinares foi possível chegar a uma análise da juventude e do território para uma melhor compreensão de processos gerais para essa categoria social. Importante assinalar que o assentamento escolhido para a pesquisa possui histórica discussão sobre a juventude rural local a partir de suas expectativas em identidade, formação política, políticas públicas e continuidade no campo. Foi de grande importância a pesquisa ter sido realizada de forma participativa, pois além da integração entre os participantes do grupo de jovens, houve a oportunidade de contato entre pesquisadoras e comunidade. Além do contato no grupo e com alguns de seus familiares, houve a possibilidade de conhecer membros da associação, professores da escola e outros pesquisadores. Procuramos aproximar a relação pesquisadoras-jovens por meio das dinâmicas e conhecimento de sua realidade de busca por elementos que os auxiliem em sua visibilidade como categoria social.

Quando expomos a autonomia como elemento a ser alcançado para a juventude rural, trazemos um elemento que deve estar disponível a cada indivíduo. As jovens e os jovens, enquanto indivíduos, precisam traçar sua caminhada a partir da disponibilidade de políticas e ações a eles e a elas destinadas, não a partir da escassez destas políticas. Podem, com isso, fazer a escolha ainda negada entre ficar no campo ou partir para a cidade. Ainda, a falta é o que leva à escolha desta categoria em partir. A falta de oportunidades em educação, em trabalho, em lazer, comunicação, transporte, entre tantos elementos que se resumem em não estar ali ou em ser precários quando estão. A busca não é por um pouco a cada manifestação, a cada carta política ou a cada dez anos de estatística de migração. A busca é urgente e por uma plenitude de direitos.

A juventude rural, a partir dos movimentos sociais, se organizando e enfrentando a negação aos seus direitos, possui uma força que não teriam sem uma forma coletiva de luta. Mesmo ainda que de forma incompleta, é nos movimentos sociais que a voz da juventude enquanto categoria é ouvida. Por aí é possível, de forma coletiva, discutir como se impor enquanto grupo, como podem exigir seus direitos, como podem exercer estes mesmos direitos e como compreender sua importância social e territorial. A juventude rural organizada pode se afirmar enquanto identidade e enquanto diversidade. Pode e deve atuar na elaboração de políticas públicas, revelando a si e a todos suas culturas, desejos, necessidades e formas de autonomia. Pode porque é um direito da juventude não ser invisível. Deve porque é uma necessidade da juventude ser vista e ser acolhida, em suas identidades, em seus territórios.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam; ESTEVES, Luiz Carlos Gil. Juventude, juventudes: pelos outros e por elas mesmas. In: **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009. p. 21-56.

ACSELRAD, Henri; COLI, Luis Régis. Disputas cartográficas e disputas territoriais. In: ACSELRAD, Henri (organizador). **Cartografias Sociais e Território**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano Regional, 2008.

ALVES, Rubem. **A escola que sempre sonhei sem imaginar que pudesse existir**. 7.ed. Campinas, SP: Papyrus, 2004a.

ALVES, Rubem. **O desejo de ensinar e a arte de aprender**. Campinas: Fundação EDUCAR DPaschoal, 2004b.

ANTONI, Clarissa de; MARTINS, Carla M.; FERRONATTO, Maria Elisa B.; SIMÕES, Aline; MAURENTE, Vanessa; COSTA, Fábio Rosa da; KOLLER, Sílvia Helena. **Grupo focal: Método qualitativo de pesquisa com adolescentes em situação de risco**. Arquivos brasileiros de psicologia. Vol. 53, n. 2, p. 38-53. Disponível em: <http://www.msmedia.com/ceprua/artigos/clarissa1.pdf> Acesso em 10/09/2014.

BERTRAN, Paulo. **Formação Econômica de Goiás**. Goiânia: Editora Oriente, 1978.

BERTRAN, Paulo. **Uma Introdução à história econômica do Centro-Oeste do Brasil**. Brasília: CODEPLAN, Goiás: UCG, 1988.

BOAL, Augusto. **Teatro do Oprimido e outras poéticas políticas**. 6. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

BOAL, Augusto. **O arco-íris do desejo: o método Boal de teatro e terapia**. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

BOAL, Augusto. **Jogos para atores e não atores**. 12. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

BOURDIEU, Pierre. A juventude é apenas uma palavra. In: **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BRASIL, Lei nº 12.852 de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. Publicado no Diário Oficial da União em 6 de agosto de 2013. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm Acesso em: 10 de fevereiro de 2014.

BRUMER, Anita. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CARNEIRO, Maria José, CASTRO, Elisa Guaraná de. **Juventude Rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CAMPOS, Francisco Itami; SILVA, Sandro Dutra. Coronéis e camponeses: a fronteira da fronteira e a tese da “ficção geográfica” em Goiás. In: SILVA, Sandro Dutra e; PIETRAFESA, Jose Paulo; FRANCO, Jose Luiz Andrade; DRUMMOND, José Augusto; TAVARES, Giovana Galvão (organizadores). **Fronteira Cerrado: sociedade e natureza no oeste do Brasil**. Goiânia: Ed. da PUC Goiás/ Gráfica e Editora América, 2013.

CARNEIRO, Maria José. O ideal rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: SILVA, F.C.T., SANTOS, R., COSTA, L.F.C. **Mundo rural e política: Ensaios Interdisciplinares**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

CARNEIRO, Maria José. Juventude e novas mentalidades no cenário rural. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CASTRO, Elisa; MARTINS, Maíra; ALMEIDA, Salomé Lima Ferreira de; RODRIGUES, Maria Emilia Barrios; CARVALHO, Joyce Gomes de. **Os jovens estão indo embora?: juventude rural e a construção de um ator político**. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, 2009.

CASTRO, Antonio Maria Gomes de; LIMA, Suzana Maria Valle; SARMENTO, Eduardo Paulo de Moraes; VIEIRA, Luis Fernando. **Juventude rural, agricultura familiar e políticas de acesso à terra no Brasil**. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Brasília, 2013.

CLAVAL, Paul. O território na transição da pós-modernidade. **Revista GEOgraphia**. Ano I, n. 2, 1999.

DIAS, Claudia Augusto. Grupo focal: técnica de coleta de dados em pesquisas qualitativas. In: **Revista Informação e sociedade: Estudos**. Vol.10, 2000. Portal de periódicos da UFPB. Disponível em : <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/330/252> Acesso em 10 de março de 2014.

ECOTECH, Consultoria Ambiental. **Projeto de Desenvolvimento de Assentamento – PDA. Assentamento Silvio Rodrigues**. 2006. Disponível por meio de solicitação ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Outubro de 2014.

Educandário Humberto de Campos. **Proposta pedagógica do Educandário Humberto de Campos**. Cidade da Fraternidade: Assentamento Silvio Rodrigues, Alto Paraíso de Goiás, 2013. Em processo de reformulação.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brasil: 500 anos de luta pela terra**. Cultura Vozes, VOZES, v. 93, n. 2, 1999.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais**. Revista Nera, Ano 8, N. 6. Janeiro/Junho de 2005 – ISSN 1806-6755.

FERREIRA, Brancolina; ALVES; Fábio. Juventude rural: alguns impasses e sua importância para a agricultura familiar. In: CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni Maria C. de; ANDRADE, Carla Coelho de (orgs.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, Helana C. A.; MARTINS, Suely A. Juventude e educação do campo: algumas reflexões. In: LENZI, Lucia; CORD, Denise (orgs.). **Formação de educadores em EJA no campo: compartilhando saberes**. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2007.p. 75-93.

FUNES, Euripedes. Sertão Cerrado. In: SILVA, Sandro Dutra e; PIETRAFESA, Jose Paulo; FRANCO, Jose Luiz Andrade; DRUMMOND, José Augusto; TAVARES, Giovana Galvão (organizadores). **Fronteira Cerrado: sociedade e natureza no oeste do Brasil**. Goiânia: Ed. da PUC Goiás/ Gráfica e Editora América, 2013.

GATTI, Bernardete Angelina. **Grupo focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas. Brasília**: Liber Livro Editora. Série Pesquisa v.10, 2012.

GOMES, Sandra Regina. **Grupo focal: uma alternativa em construção na pesquisa educacional.** In: Cadernos de Pós-Graduação, Educação, vol.4 São Paulo, 2005. p.39-45

GÓMEZ, Jorge Ramón Montenegro. Desenvolvimento em (des)construção: provocações e questões sobre desenvolvimento e geografia. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MARQUES, Marta Inez; SUZUKI, Julio Cesar (orgs.). **Geografia agrária: teoria e poder.** 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

GORAYEB, Adryane; MEIRELES, Jeovah. **A cartografia social vem se consolidando como instrumento de defesa de direitos.** Rede Mobilizadores. Disponível em: <http://www.mobilizadores.org.br/entrevistas/cartografia-social-vem-se-consolidando-com-instrumento-de-defesa-de-direitos/> Acesso em 10 de fevereiro de 2014.

GUATTARI, Felix. **As três ecologias.** Tradução: Maria Cristina F. Bittencourt.. 5.ed. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização. Do “Fim dos “Territórios à Multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo. O desenvolvimento do campo no Brasil. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MARQUES, Marta Inez; SUZUKI, Julio Cesar (orgs.). **Geografia agrária: teoria e poder.** 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

IBGE Cidades. **Dados Demográficos 2010. Alto Paraíso de Goiás.** Disponível em <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=520060&search=goiaslalto-paraíso-de-goiaslinfograficos:-informacoes-completas> Acesso em 20 de dezembro de 2014.

JANATA, Natacha Eugênia. **“Fuxicando” sobre a cultura do trabalho e do lúdico das meninas-jovens-mulheres de assentamentos do MST.** Dissertação. Mestrado em Educação Física. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de desportos. Programa de Pós-Graduação em Educação Física, 2004.

KEHL, Maria Rita. A juventude como sintoma de cultura. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (orgs.). **Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. p.89-114.

LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean-Claude. **História dos Jovens. V. 1. Da Antiguidade à Era Moderna.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996. Tradução: Claudio Marcondes, Nilson Moulin.

LIMA, Edvaldo Carlos de. **A territorialidade dos movimentos sociais que lutam por terra e reforma agrária no Pontal de Paranapanema.** Revista Pegada, vol. 6, n. 2: UNESP, 2005. <http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/1315/1312> Acesso em 10 de outubro de 2014.

MAIA, João Marcelo Ehlert. Fundação Brasil Central e as relações entre Estado e territórios no Brasil. In: SILVA, Sandro Dutra e; PIETRAFESA, Jose Paulo; FRANCO, Jose Luiz Andrade; DRUMMOND, José Augusto; TAVARES, Giovana Galvão (organizadores). **Fronteira Cerrado: sociedade e natureza no oeste do Brasil.** Goiânia: Ed. da PUC Goiás/Gráfica e Editora América, 2013.

MANNHEIM, Karl. O problema da juventude na sociedade moderna. In: BRITTO, Sulamita (org). **Sociologia da Juventude, I:** da Europa de Marx à América Latina de hoje. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968. p. 69-94.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo. Do neolítico à crise contemporânea.** Tradução: Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.

MENEZES, Marilda Aparecida de; STROPASOLAS, Valmir Luiz; BARCELLOS, Sergio Botton (organizadores). **Juventude rural e políticas públicas no Brasil.** NEAD/MDA e IICA. Coleção Juventude. Série estudos n.º 1. Brasília: Presidência da República, 2014.

MOREIRA, Ruy. **Formação do espaço agrário brasileiro.** 1. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária.** Estudos Avançados. Vol. 15 n. 43. São Paulo Setembro/Dezembro de 2001.

PAJUR – Programa de Fortalecimento da Autonomia da Juventude Rural. **Portal da Juventude: Secretaria Nacional da Juventude.** Disponível em <http://juventude.gov.br/participatorio/participatorio/acompanhe-ao-vivo-governo-lanca->

[programa-de-fortalecimento-da-autonomia-da-juventude-rural#.VZG4lflVhBc](#) Acesso em 26 de junho de 2015.

PAULO, Maria de Assunção Lima de. **Juventude Rural: suas construções identitárias**. Editora Universitária da UFPE. Recife, 2011.

PAULO, Maria de Assunção Lima de. **Entre a vergonha e o orgulho: o dilema dos jovens rurais em relação à profissão de agricultor**. In: Reunião Equatorial de Antropologia. Fortaleza: IV REAABANNE, 2013.

PESSOA, Jadir de Moraes. **A revanche camponesa – Cotidiano e história em assentamentos de Goiás**. Tese. Doutorado em Ciências Sociais. Departamento de Ciências Sociais. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 1997.

POSSEBON, Alessandra. **Nas ondas do rádio**. Artigo divulgado na Rede Brasileira de Mídia Cidadã, no sítio da Universidade Estadual do Centro-Oeste [2014?]. Acesso em 20 de fevereiro de 2015. <http://www.unicentro.br/redemc/2012/artigos/31.pdf>

Portal da Juventude: Secretaria Nacional da Juventude. Disponível em <http://juventude.gov.br/juventuderural/o-que-e#.VY2VxflVhBc> Acesso em 30 de maio de 2015.

Programa Câmara Ligada. **Juventude Rural. Como garantir a qualidade de vida no espaço rural para e juventude do campo?** Disponível em <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/tv/materias/CAMARA-LIGADA/490066-JUVENTUDE-RURAL.html> Acesso em 26 de junho de 2015.

Projeto Caravana da Luz. Blog de informações sobre as ações do projeto. Disponível em <http://projetocaravanadaluz.blogspot.com.br/search?updated-min=2013-01-01T00:00:00-08:00&updated-max=2014-01-01T00:00:00-08:00&max-results=20> Acesso em 10 de outubro de 2014.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de Investigação em Ciências Sociais: trajectos**. Tradução de MARQUES et. al. 2.ed. Lisboa, 1998.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **Movimentos socioterritoriais, a contrarreforma agrária do Banco Mundial e o Combate à pobreza rural – os casos do MST, CONTAG e MARAM: subordinação e resistência camponesa**. São Paulo, Buenos Aires: Outras Expressões, CLACSO, 2013.

REICHERT, Claudete Bonatto; WAGNER, Adriana. **Considerações sobre a autonomia na contemporaneidade**. Estudos e pesquisa em psicologia, UERJ, RJ, v. 7, n. 3, p. 405-418, dez, 2007.

RIBEIRO, Renato Janine. Política e juventude: o que fica da energia. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (orgs). **Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. p.19-33.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e tempo. Razão e emoção**. 2. Ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1997, p. 251-273.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 13. Ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 17.ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.

SAQUET, Marcos Aurelio. **As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade**. Geosul, Florianópolis, v.22, n. 43, p 55-76, jan./jun. 2007.

SAQUET, Marcos Aurelio. **Abordagens e concepções de território**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SAQUET, Marcos Aurelio. Contribuições teórico-metodológicas para uma abordagem territorial multidimensional em geografia agrária. In: SAQUET, Marcos Aurelio et. al. (orgs). **Territorialidades e diversidade nos campos e nas cidades latino-americanas e francesas**. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SILVA, Vanda. **Jovens de um rural brasileiro: Socialização, educação e assistência**. Caderno CEDES- Centro de Estudos Educação & Sociedade. UNICAMP: Campinas, v. 22, n. 57, agosto/2002, p. 97-115.

SILVA, Adaiane Soares da; CASTRO, Carmen Verônica; STHER, Cláudia Isabel; Almeida, Cleide de Fátima Luncks; QUEIROZ, Denise; LOPES, Joice Aparecida; ANDRIOLI, Liciane; TUNINI, Sandro José; PERETTI, Tatiana. In: **Como se formam os sujeitos do campo? idosos, adultos, jovens, crianças e educadores**. CALDART, Roseli Salete; PALUDO, Conceição; DOLL, Johannes. (orgs). Brasília: PRONERA: NEAD, 2006. p. 75-98.

TEIXEIRA NETO, Antônio. A certidão de nascimento de Goiás: uma cartografia histórica da Fronteira. In: SILVA, Sandro Dutra e; PIETRAFESA, Jose Paulo; FRANCO, Jose Luiz Andrade; DRUMMOND, José Augusto; TAVARES, Giovana Galvão (organizadores). **Fronteira Cerrado: sociedade e natureza no oeste do Brasil**. Goiânia: Ed. da PUC Goiás/Gráfica e Editora América, 2013.

VALADÃO, Adriano da Costa. **Os núcleos de base do MST e a construção da cooperação agrícola: Assentamento Contestado – Estado do Paraná**. Dissertação apresentada ao Programa do Mestrado em Ciências Sociais, da Universidade Estadual de Ponta Grossa, Paraná, 2005.

WEISHEIMER, Nilson. **Juventudes Rurais: mapa de estudos recentes**. Brasília: Estudos NEAD. Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.

APÊNDICE A

GUIA DE CAMPO E PLANEJAMENTO PARA O GRUPO FOCAL

Sabine Ruth Popov Cardoso – mestrandia em meio ambiente e desenvolvimento rural

1º encontro – Conversa com lideranças da juventude e comunidade, interessados em conhecer o projeto.

Conversa inicial com professores da escola.

Material: máquina fotográfica

2º encontro - Conhecendo a juventude do assentamento Sílvia Rodrigues com dinâmica circular. Conversa sobre terra, agricultura, educação, cultura, política e meio ambiente.

Apresentação pessoal da pesquisadora. Exibição de material audiovisual.

Uso de desenhos para demonstrar aspectos do passado, presente e perspectiva de futuro da juventude do assentamento.

Materiais necessários: tinta guache, papel sulfite, pincéis, projetor, computador.

3º encontro – dinâmica com temas relacionados ao local: Assentamento, Alto Paraíso, Chapada dos Veadeiros, Cerrado. O território como resistência.

Dinâmica floresta dos sons

Material audiovisual: Diz aí Juventude Rural:

Roleta magnética: selecionar palavras chave para sortear e iniciar discussão, a partir dos encontros anteriores: A discussão deve ocorrer a partir de palavras, com todos em círculo comentando sobre o tema.

Material: gravador, caderno de anotações, máquina fotográfica, roleta magnética montada, computador, projetor, caixas de som.

4º encontro: Participação no Acampamento Estadual da Juventude Rural.

Registro de imagens e realização da dinâmica das mãos.

Materiais: Máquina fotográfica, caderno de anotações, papel, caneta, tesoura, fita adesiva.

5º encontro – Identificação dos problemas que levam a juventude rural a sair do campo e procurar a cidade. Sair ou ficar? Razões para ficar, razões para sair.

Dinâmica do chocolate para o trabalho coletivo.

Debate sobre ações coletivas.

Visita às áreas de lazer utilizadas pela juventude do assentamento.

Materiais: Máquina fotográfica, cadernos de anotações, gravador, chocolates.

6º encontro: Elaboração de poemas e trabalho com teatro do oprimido.

Discussão sobre o presente. Reflexão sobre o futuro, perspectivas dos e das jovens.

Composição do teatro-imagem: a imagem real e a imagem ideal.

Materiais: cartolina, canetas, máquina fotográfica, gravador, caderno de anotações.

7º encontro: Trabalho com mapas (mapa de projetos futuros, mapa dos sonhos), a partir de oficina em cartografia social. Elaboração de mapa participativo.

Identificação da juventude: desejos, oportunidades, prioridades entre os jovens e as jovens.

Materiais: papel tamanho A1, papel vegetal, papel impresso com imagem de satélite, lápis HB, lápis de cor, máquina fotográfica, caderno de anotações, gravador.

APÊNDICE B

Algumas imagens – A Juventude Rural no Assentamento Silvio Rodrigues

Desenhos: representando aspectos negativos e positivos no tempo presente



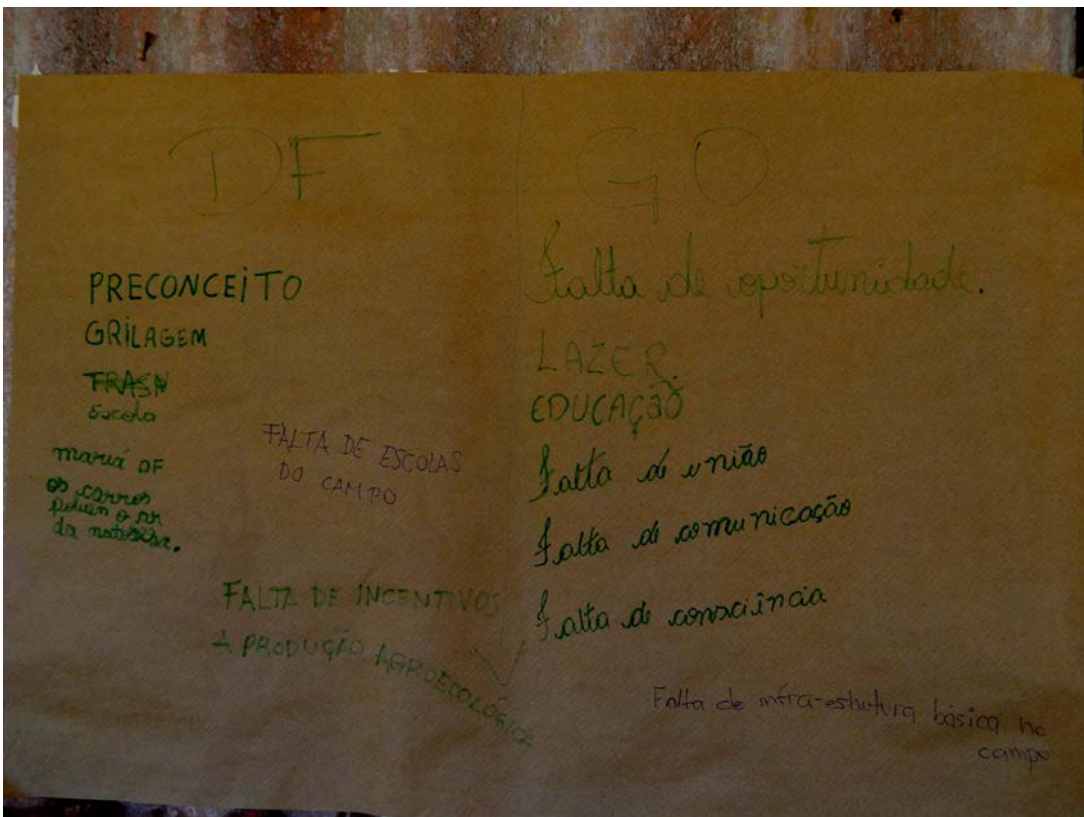
Mesa de representação: Pastoral da Juventude Rural



Conversa com a juventude de Goiás e DF: Acampamento Regional da Juventude Rural



Alguns problemas: Acampamento Regional da Juventude Rural



Conversa com representantes do MST: Acampamento Regional da Juventude Rural



Momento de descontração, sem deixar a bola cair



Futebol em frente a RECIFRA



Oficinas: Acampamento Regional da Juventude Rural



Oficinas: Acampamento Regional da Juventude Rural



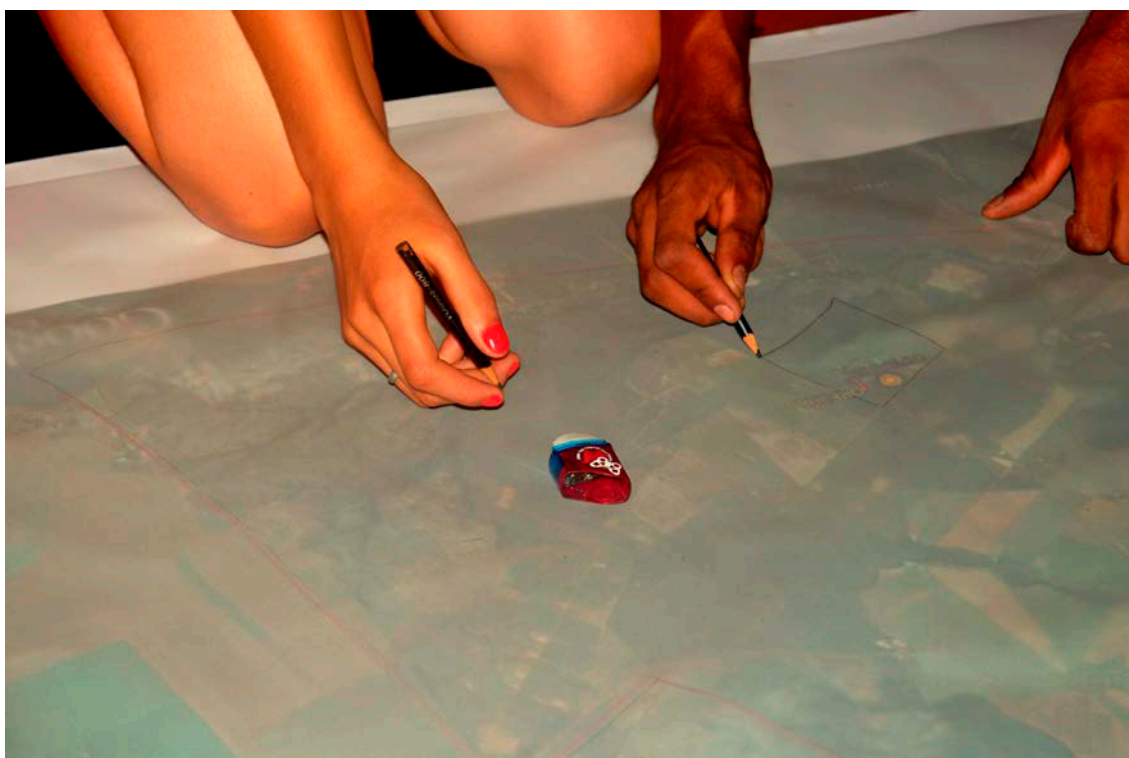
Oficinas: Acampamento Regional da Juventude Rural



Momentos de pesquisa: a roleta magnética



Mãos em desenho: Cartografia social



*Autoria das fotos: Dayana Aguiar e Sabine Popov

ANEXO I

Poemas elaborados pelos e pelas jovens durante os encontros do grupo focal

Marconey Correia da Silva – 21 anos

Em um mundo de rimas
Nos encontramos no descompasso
Incertos se seguimos à risca
Ou seguimos nossos passos.
O certo é ser esperto
Fazer o que sempre mandam,
Mas isso pra mim é pouco
Se o mundo me acha louco
A vida é melhor assim
Verde, alegria, vida
Até no orvalho do capim.

Shamuel Rodrigues – 16 anos

Na juventude rural não tem nenhum mal
Só diversão e alegria
Também com horas de agonia

E sempre vendo o lado bom da vida

O lado dos sorrisos

O lado dos abraços

O lado da felicidade

O lado da liberdade

Sthefanie Heloísa – 17 anos

Todos os jovens merecem saber

Que todos tem o direito de vencer

E é no movimento do Sílvio Rodrigues

Que os jovens lutam para valer

Seguimos em frente

Sem olhar para trás

E pros direitos do MST

A juventude sempre busca mais!

Kelly Vieira – 17 anos

Somos a juventude

Somos a voz desse lugar

Pelo MST

Os jovens estão dispostos a manifestar

Lutar

Vencer

Perder a batalha, mas não perder a guerra.

Marcelo M. Teodoro – 24 anos

Aqui é bom

Dia de quinta-feira

A gente revê os amigos

E joga bola

Tem dia ruim

Que a gente não vê ninguém.